



**TRAJETÓRIA**  
E ESTADO DA ARTE  
DA FORMAÇÃO EM  
**ENGENHARIA,**  
**ARQUITETURA**  
**E AGRONOMIA**

---

VOLUME X  
ARQUITETURA  
E URBANISMO

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DO MEC**

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS  
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep)**

**CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA,  
ARQUITETURA E AGRONOMIA (Confea)**

TRAJETÓRIA E  
ESTADO DA ARTE  
DA FORMAÇÃO EM  
ENGENHARIA,  
ARQUITETURA  
E AGRONOMIA

VOLUME X  
**ARQUITETURA E URBANISMO**



TRAJETÓRIA E  
ESTADO DA ARTE  
DA FORMAÇÃO EM  
ENGENHARIA,  
ARQUITETURA  
E AGRONOMIA

VOLUME X  
**ARQUITETURA E URBANISMO**

© Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)  
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

## ASSESSORIA TÉCNICA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

### **ASSESSORIA EDITORIAL**

Jair Santana Moraes

### **PROJETO GRÁFICO/CAPA**

Marcos Hartwich

### **DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL**

Márcia Terezinha dos Reis

José Miguel dos Santos

### **REVISÃO**

Formas Consultoria e Editoração Ltda.

### **NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA**

Cibec/Inep/MEC

### **TIRAGEM**

3.000 exemplares

## **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP/MEC)**

SRTVS, Quadra 701, Bloco M, Edifício-Sede do Inep

CEP: 70340-909 – Brasília-DF

www.inep.gov.br – editoracao@inep.gov.br

## **CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CONFEA)**

SEPN 508 - Bloco A - Ed. Confea

CEP: 70740-541 – Brasília-DF

www.confea.org.br – ceap@confea.org.br – plqmef@uol.com.br

A exatidão das informações e os conceitos e opiniões emitidos são de exclusiva responsabilidade dos autores.

ESTA PUBLICAÇÃO NÃO PODE SER VENDIDA. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

PUBLICADA EM OUTUBRO DE 2010.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

---

Trajatória e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia / Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ; Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 2010.

3 CD-ROM : il. ; 4 ¼ pol.

Conteúdo: CD 1: Engenharias ; CD 2: Arquitetura e Urbanismo ; CD 3: Engenharia Agrônômica.  
Somente em versão eletrônica.

1. Ensino superior. 2. Engenharias. 3. Arquitetura. 4. Agronomia. I. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

---

CDU 378:62

# SUMÁRIO

Mensagem do Confea **7**

Apresentação do compêndio **9**

Apresentação do Volume X: Arquitetura e Urbanismo **15**

Antecedentes **17**

## **PARTE I - RETROSPECTO DA FORMAÇÃO DE ARQUITETOS E URBANISTAS NO BRASIL**

Capítulo 1 **AS RAÍZES DO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL 29**

A matriz portuguesa: o ensino conventual, o oficial e o público **31**

A matriz portuguesa no Brasil e as aulas de arquitetura militar **35**

A matriz francesa: Beaux Arts e Polytechnique **38**

A formação na Academia Real Militar **42**

A formação na Academia de Belas-Artes **44**

A formação nos Liceus de Artes e Ofícios **47**

A formação do engenheiro arquiteto **50**

A Universidade do Rio de Janeiro e a organização profissional na década de 20 **51**

## Capítulo 2 **O RECONHECIMENTO SOCIAL DA PROFISSÃO DE ARQUITETO E URBANISTA 53**

A Revolução de 30 e as primeiras reformas **55**

A regulamentação do exercício profissional em 1933 **59**

A autonomia dos cursos e o prestígio da profissão **61**

Os casos da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e da Universidade de Brasília **63**

O currículo mínimo de 1962 **65**

O Golpe de 1964 e a reforma universitária **66**

O currículo mínimo de 1969 **68**

Origens da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo:

A criação da Abea e da Comissão de Especialistas em Ensino de Arquitetura e Urbanismo **71**

## Capítulo 3 **A EXPANSÃO E O FORTALECIMENTO DO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL 81**

A Constituinte de 1988 e a recusa do exame de ordem **83**

A construção de diretrizes curriculares **84**

## Capítulo 4 **CONTEXTO ATUAL DO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO 87**

A avaliação institucional **89**

As diretrizes curriculares de 2006 **91**

Comparação dos conteúdos curriculares de 1931 a 2006 **94**

O papel da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo **97**

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 101**

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 111**

## **PARTE II - ANEXO: DADOS ESTATÍSTICOS DO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL**

Dados sobre os cursos de Arquitetura e Urbanismo (Período 1991-2007) **121**

Cursos de Arquitetura e Urbanismo existentes, segundo o Censo Inep 2007, distribuídos por Estado e região **175**

## **SOBRE OS AUTORES 183**

## MENSAGEM DO CONFEA

7

A publicação de um compêndio sobre a *Trajatória e Estado da Arte da Formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia* resulta de um projeto idealizado pelo Inep/MEC desde 2006. Em 2009, o Confea passou a coordenar os trabalhos por meio de sua Diretoria Institucional que, em conjunto com a Diretoria de Avaliação do Inep, realizou inúmeras reuniões com diversos professores colaboradores das Escolas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, os quais se dedicaram com afinco a esta desafiante tarefa.

A obra, composta por três volumes gerais, um para cada categoria – Engenharia, Arquitetura & Urbanismo e Agronomia – , constitui um marco bibliográfico para essas áreas de conhecimento tecnológico. Foi levantado o estado da arte da formação superior, iniciando-se pelos primórdios da formação, que remontam ao século XVIII, mais precisamente ao ano de 1747, com a criação do primeiro curso de Engenharia na França e com referências, ainda, ao primeiro livro técnico da Ciência da Engenharia editado naquele país, em 1729.

Os autores abordam o tema por uma retrospectiva que registra não somente o nascimento dos primeiros cursos da área tecnológica no mundo e no Brasil, mas, também, a evolução da ciência e da formação superior tecnológica, ao longo de quase 280 anos de história do Brasil. Nesse contexto, apresentam minuciosa análise dos diversos enfoques e aspectos pedagógicos pelos quais passaram os cursos da área tecnológica desde 1792, quando foi criado o primeiro curso de Engenharia na Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, no Rio de Janeiro.

Não bastasse a hercúlea tarefa de se levantar toda a situação do ensino superior da Engenharia, Arquitetura & Urbanismo e Agronomia, os autores também destacaram a evolução da regulamentação do exercício da profissão de engenheiro, arquiteto urbanista e agrônomo desde o século XV. Destaca-se, nesta retrospectiva, que, ao longo do século passado, o processo de concessão de atribuições profissionais acompanhou as transformações ocorridas na área da Educação, chegando-se à moderna Resolução nº 1.010, de 2005. Essa resolução do Confea revolucionou a sistemática de concessão de atribuições profissionais, ao encampar os novos paradigmas da reforma educacional preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996, indicando que a graduação é formação inicial, devendo ser complementada com a pós-graduação. Assim, o profissional será estimulado a atualizar-se continuamente, pois a pós-graduação ampliará as suas atribuições em qualquer nova área do conhecimento tecnológico a que vier especializar-se.

Por tudo isso, o Confea se sente orgulhoso com essa parceria com o Inep/MEC, que permitiu oferecer mais uma fonte de consulta sobre a formação tecnológica de grande importância para a sociedade brasileira.

*Marcos Túlio de Melo*  
Presidente do Confea

# APRESENTAÇÃO DO COMPÊNDIO

9

Compêndio composto por 11 volumes sobre a *Trajatória e Estado da Arte da Formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia* no Brasil, em termos de história, evolução, crescimento e atualidade.

A ideia de se publicar um compêndio sobre a trajetória da formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia tem origem no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com a publicação, em 2006, do compêndio *A Trajetória dos Cursos de Graduação na Saúde*. Em 2007, o Inep convidou o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e a Associação Brasileira de Educação em Engenharia (Abenge) para participarem da coordenação e elaboração de compêndio similar ao publicado para a área da Saúde. Para tanto, foi constituído um grupo que se encarregaria de elaborar esse compêndio, constituído por 11 volumes, correspondente ao período de 1991 a 2005, que era o período abrangido pelo Censo da Educação Superior existente à época. Esses volumes seriam constituídos por um volume geral sobre as engenharias, um volume para cada grupo de modalidades de Engenharia, organizados para o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) 2005, e mais um volume para a Arquitetura e outro para a Agronomia. Houve reuniões desse grupo durante o ano de 2007, momento em que os trabalhos foram iniciados, mas por uma série de razões os prazos não puderam ser cumpridos e os trabalhos foram paralisados.

Embora não tenha sido viabilizada em 2007, a ideia de publicação do compêndio não arrefeceu. Em reuniões realizadas no Inep e no Confea em 2008, com objetivo de tratar de questões de avaliação de cursos de Engenharia e do Enade 2008, sempre havia referência à retomada da elaboração do compêndio. Em 2009, por iniciativa do Confea, o seu presidente, engenheiro Marco Túlio de Melo, delegou competência ao conselheiro federal do Confea professor Pedro Lopes de Queirós para articular-se com o presidente do Inep, professor Reynaldo Fernandes, para, assim, dar continuidade à elaboração do compêndio e coordenar os trabalhos de forma conjunta Inep/Confea. Com esse objetivo, foram realizadas, nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2009, reuniões em Brasília convocadas pelo Confea.

No dia 4 de fevereiro, a reunião ocorreu nas dependências do Confea<sup>1</sup> e tratou da recuperação das diretrizes para elaboração do compêndio em termos de estrutura dos volumes (Quadro A.1), determinação dos respectivos coordenadores e das equipes participantes da elaboração dos seus 11 volumes. Também, nessa reunião, foi proposto um cronograma para a consecução desses trabalhos.

No dia 5 de fevereiro, foram realizadas reuniões no Inep<sup>2</sup> com a presença de participantes da reunião do dia 4 e dirigentes do Inep. Nessa reunião, foi feita uma apresentação da proposta de retomada da elaboração do compêndio sobre a trajetória da formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia como uma continuidade dos trabalhos iniciados em 2007, assim como do cronograma de trabalho, da estrutura dos volumes e das respectivas coordenações. Houve concordância do Inep com as propostas apresentadas e ficou estabelecido que a diretora de Avaliação da Educação Superior, professora Iguatemy Maria Martins de Lucena, coordenaria a elaboração desse compêndio juntamente com o professor Pedro Lopes de Queiros.

O presidente do Inep, professor Reynaldo Fernandes concordou com esses encaminhamentos e ainda reafirmou os compromissos diretora de Estatísticas Educacionais, professora Maria Inês Gomes de Sá Pestana, ficou com a incumbência de viabilizar todos os contatos, visando atender às necessidades de dados estatísticos sobre os cursos de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, para a elaboração dos volumes do compêndio. Ficou estabelecido ainda que esta obra, guardadas as suas especificidades, teria projeto gráfico e estrutura semelhante ao adotado para a área da Saúde, publicado em 2006 e que contém 15 volumes organizados como um compêndio.

---

<sup>1</sup> Presentes: Pedro Lopes de Queirós (Coordenador Geral/Ceap/Confea), Andrey Rosenthal Schlee (Abea/UnB), Marcelo Cabral Jahnel (Abeas/Puc-Pr), Márcia R. Ferreira de Brito Dias (Enade/Unicamp), Nival Nunes de Almeida (Abenge/Uerj), Paulo R. de Queiroz Guimarães (Confea), Roldão Lima Júnior (Confea) e Vanderli Fava de Oliveira (Confea/UFJF).

<sup>2</sup> Dirigentes do Inep: Reynaldo Fernandes (presidente), Iguatemy Maria de Lucena Martins (diretora de Avaliação) e Maria Inês Gomes de Sá Pestana (diretora de Estatísticas Educacionais).

## QUADRO A.1 ORGANIZAÇÃO DOS VOLUMES DO COMPÊNDIO

Vol	Composição dos Volumes (*)
I	ENGENHARIA GERAL
II	Engenharia Cartográfica, Engenharia Civil, Engenharia de Agrimensura, Engenharia de Construção, Engenharia de Recursos Hídricos, Engenharia Geológica e Engenharia Sanitária.
III	Engenharia da Computação, Engenharia de Comunicações, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Redes de Comunicação, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Eletrotécnica, Engenharia Industrial Elétrica e Engenharia Mecatrônica.
IV	Engenharia Aeroespacial, Engenharia Aeronáutica, Engenharia Automotiva, Engenharia Industrial Mecânica, Engenharia Mecânica e Engenharia Naval.
V	Engenharia Bioquímica, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, Engenharia Industrial Química, Engenharia Industrial Têxtil, Engenharia Química e Engenharia Têxtil.
VI	Engenharia de Materiais e suas ênfases e/ou habilitações, Engenharia Física, Engenharia Metalúrgica e Engenharia de Fundição.
VII	Engenharia de Produção e suas ênfases.
VIII	Engenharia, Engenharia Ambiental, Engenharia de Minas, Engenharia de Petróleo e Engenharia Industrial.
IX	Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal e Engenharia de Pesca.
X	ARQUITETURA & URBANISMO
XI	AGRONOMIA

(\*) Grupos de Modalidades de Engenharia que foram definidos com base na Portaria do INEP Nº 146/2008 referente ao ENADE 2008. As modalidades não contempladas na portaria foram inseridas nos grupos de maior afinidade com as mesmas de acordo com o enquadramento na tabela da OCDE realizado pelo INEP.

Após o estabelecimento dessas diretrizes gerais, foi estruturado o organograma para o desenvolvimento dos trabalhos e constituídas as coordenações e equipes, conforme disposto no Quadro A.2. Além da coordenação geral, ficou definida uma coordenação para cada um dos 11 volumes.

Para a consecução desses trabalhos, foram realizadas reuniões mensais dos coordenadores, entre março e agosto de 2009, e também das equipes de cada volume em separado. Essas equipes desenvolveram as suas atividades de pesquisa para elaboração do retrospecto e atualidade sobre as modalidades de cada volume. A equipe do Inep tabulou os dados atinentes a essas modalidades, por meio da elaboração de um

conjunto de tabelas e gráficos, que se referiam a número de cursos, vagas oferecidas, candidatos inscritos, ingressantes, matriculados e concluintes, organizados segundo categorias administrativas, organização acadêmica e distribuição geográfica dos cursos. As tabelas, que constam do Anexo de cada volume, foram posteriormente objeto de análise das equipes e referenciadas ao longo do texto de cada volume.

## QUADRO A.2 PARTICIPANTES DO COMPÊNDIO

(Continua)

Coord	Volume/ Atividade	Coordenador	Equipe/Colaboradores
Geral	Inep	Iguatemy Maria Martins (INEP)	Maria Inês G Sá Pestana (INEP); Laura Bernardes (INEP); Nabiha Gebrim (INEP); José Marcelo Schiessl (INEP)
	Confea	Pedro Lopes de Queirós (CONFEA)	Vanderlí Fava de Oliveira (UFJF); Roldão Lima Júnior (CONFEA)
Volumes	Volume I Engenharias	Vanderli Fava de Oliveira (UFJF)	Benedito Guimarães de Aguiar (UFJF); Claudette Maria Medeiros Vendramini (UNICAMP); João Sérgio Cordeiro (UFSCar); Márcia Regina F. de Brito Dias (UNICAMP); Mário Neto Borges (UFSJR); Nival Nunes de Almeida (UERJ); Paulo Roberto da Silva (CONFEA); Pedro Lopes de Queirós (CONFEA); Roldão Lima Júnior (CONFEA)
	Volume II (Civil)	Ericson Dias Mello (CUML); Marcos José Tozzi (UNICENP)	Antonio Pedro F. Souza (UFJF); João Fernando Custódio da Silva (UNESP); Miguel Prieto (MÚTUA-SP); Fredmarck Gonçalves Leão (UNIFEI); Creso de Franco Peixoto (UNICAMP/CUML); Manoel Lucas Filho (UFRN); Vanderli Fava de Oliveira (UFJF)
	Volume III (Elétrica)	Benedito Guimarães de Aguiar Neto (UFJF)	Mário de Souza Araújo Filho (UFJF)
	Volume IV (Mecânica)	José Alberto dos Reis Parise (PUC-Rio) Nival Nunes de Almeida (UERJ)	João Bosco da Silva (UFRN); Lílian Martins de Motta Dias (CEFET-RJ); Vinício Duarte Ferreira (CONFEA); Marcos Azevedo da Silveira (PUC-Rio)
	Volume V (Química)	Ana Maria de Mattos Rettl (UFSC/UNICASTELO)	Adriane Salum (UFMG); Iracema de Oliveira Moraes (UNICAMP); Letícia S. de Vasconcelos Sampaio Suñé (UFBA)

**QUADRO A.2** PARTICIPANTES DO COMPÊNDIO

(Conclusão)

Coord	Volume/ Atividade	Coordenador	Equipe/Colaboradores
<b>Volumes</b>	<b>Volume VI (Materiais)</b>	Luiz Paulo Mendonça Brandão (IME)	Luis M Martins de Resende (UTFPR); Severino Cesarino Nóbrega Neto (IFPB); Vitor Luiz Sordi (UFSCar);
	<b>Volume VII (Produção)</b>	Vanderli Fava de Oliveira (UFJF)	Milton Vieira Júnior (Uninove) e Gilberto Dias da Cunha (UFRGS)
	<b>Volume VIII (Amb/Minas)</b>	Manoel Lucas Filho (UFRN)	Ericson Dias Mello (CUML), Marcos José Tozzi (UP) e Vanderli Fava de Oliveira (UFJF)
	<b>Volume IX (Florestal Agrícola Pesca)</b>	Vanildo Souza de Oliveira (UFRPE)	Adierson Erasmo de Azevedo (UFRPE), Ana Lícia Patriota Feliciano (UFRPE), Augusto José Nogueira (UFRPE), Carlos Adolfo Bantel (Sbef), Glauber Márcio Sumar Pinheiro (Sbef), José Geraldo de Vasconcelos Baracuhy (Abeas), José Milton Barbosa (UFRPE); José Wallace Barbosa do Nascimento (UFCEG) e Renaldo Tenório de Moura (Ibama)
	<b>Volume X Arquitetura</b>	Andrey Rosenthal Schlee (UnB)	Ester Judite Bendjoya Gutierrez (UFPEL), Fernando José de Medeiros Costa (UFRN), Gogliardo Vieira Maragno (UFMS), Isabel Cristina Eiras de Oliveira (UFF) e Wilson Ribeiro dos Santos Jr (PUC-Camp.)
	<b>Volume XI Agronomia</b>	Francisco Xavier R do Vale (UFV)	Claudette Maria Medeiros Vendramini (USF), José Geraldo de V. Baracuhy (Abeas), Márcia Regina F. de Brito (Unicamp) e Ricardo Primi (Unicamp)

O trabalho final é o resultado de um esforço coletivo que reuniu o sistema educacional, representado pelo Inep/MEC, e o sistema profissional, representado pelo Confea/Creas, e ainda contou com importante contribuição do sistema representativo organizado da formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia, representados, respectivamente, pela Associação Brasileira de Educação em Engenharia (Abenge), Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea) e Associação Brasileira de

Educação Agrícola Superior (Abeas), além de outras entidades relacionadas às diversas modalidades de Engenharia que compõem os 11 volumes do compêndio.

Estiveram engajados neste trabalho mais de 60 professores e pesquisadores de diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), entidades e organismos de diversos estados da federação, representando as diversas modalidades contempladas nos volumes do compêndio, num esforço inédito para produzir uma obra que, certamente, é de significativa importância para a implementação de ações no plano educacional, profissional, tecnológico e político do País.

Brasília, dezembro de 2009.

*Iguatemy Maria Martins*  
*Pedro Lopes de Queirós*  
*Vanderli Fava de Oliveira*  
*Coordenadores*

# APRESENTAÇÃO DO VOLUME X: ARQUITETURA E URBANISMO

15

O presente trabalho tem por principal objetivo mostrar o contexto atual do ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil. Deveria chamar-se de *O ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: das raízes ao contexto atual*, no entanto, em função da padronização estabelecida pelos organizadores, optou-se por *Trajatória e Estado da Arte da Formação em Arquitetura e Urbanismo*. Para tanto, lança mão de textos elaborados pelos autores e de textos clássicos produzidos na área e sedimentados ao longo dos anos; cruza informações atualizadas, agora disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep; e considera os resultados de pesquisas desenvolvidas em instituições e programas de pós-graduação preocupados com a qualidade do ensino. Ao mesmo tempo, resgata a trajetória e a contribuição da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, a Abea.

O texto foi estruturado em duas partes. A primeira, *Retrospecto da formação de arquitetos e urbanistas no Brasil*, está subdividida em quatro capítulos: 1 – As raízes do ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil; 2 – O reconhecimento social da profissão de Arquiteto e Urbanista; 3 – A expansão e o fortalecimento do ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil; e 4 – O contexto atual do ensino de arquitetura e urbanismo. A segunda parte, *Dados estatísticos do ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil*, apresenta e discute uma série histórica de dados fornecidos pelo Inep, sobre o ensino na área de Arquitetura e Urbanismo.

*Os Autores*



# ANTECEDENTES

17

Três importantes obras marcam, em diferentes períodos da história da humanidade, a profissão de arquiteto e urbanista, esclarecem o seu surgimento e estabelecem a regulamentação de seu exercício, fixando as diretrizes para a educação em Arquitetura e Urbanismo. São elas: o *Código de Hamurabi* – o mais antigo código que se tem notícia, escrito aproximadamente em 1780 a.C.; o tratado *De Architectura* – escrito por Marcus Vitruvius Pollio, elaborado aproximadamente no ano 40 d.C.; e o tratado *De Re Aedificatoria* – escrito por Leon Battista Alberti no período de 1442 a 1452. Conheçamos os textos e seus autores, por meio de uma rápida contextualização das respectivas obras.

## O Código de Hamurabi

O denominado Código de Hamurabi regulamentava o exercício de cinco profissões – arquiteto, médico, veterinário, advogado e bateleiro.<sup>3</sup> *Khammu-rabi* ou *Hamurabi*, sexto rei sumério durante o período de 1792-1750 ou de 1730-1685 a.C., nasceu em Babel e foi o fundador do primeiro Império Babilônico. Seu nome permanece indissociavelmente ligado ao conjunto de normas que consolidou a tradição jurídica, harmonizou os costumes e estendeu o direito e a lei a todos os súditos. O código estabelecia regras de vida e de propriedade, apresentando leis específicas, sobre situações concretas e pontuais.

<sup>3</sup> Comandante de embarcação, construtor de embarcação.

Embora o *Código de Hamurabi* (1780 a.C.) não seja o primeiro da História, sua importância maior reside no fato de ser o documento legal melhor preservado que reflete a estrutura social da Babilônia<sup>4</sup>, então comandada por Hamurabi.

As escavações arqueológicas realizadas no início do século XX – 1901 – pelo francês Jacques de Morgan permitiram que fossem encontradas importantes obras de literatura. Uma das mais valiosas é a magnífica coleção de leis (século XVIII a.C.) denominada *Código de Hamurabi*, que, junto com outros documentos e cartas pertencentes a diferentes períodos, proporcionam um amplo quadro da estrutura social e da organização econômica do império da Babilônia.

O *Código* é um texto de 281 preceitos (indo de 1 a 282, excluindo a cláusula 13 por superstições da época) que foi encontrado sob as ruínas da acrópole de Susa, por uma delegação francesa na Pérsia, e transportado para o Museu do Louvre em Paris. Consiste em um monumento talhado em dura pedra negra e cilíndrica de diorito denominado *estela*. O tronco de pedra possui 2,25m de altura, 1,60m de circunferência na parte superior e 1,90m na base. Toda a superfície dessa estela cilíndrica de diorito está coberta por denso texto cuneiforme, de escrita arcádica. Em um alto-relevo retrata-se a figura de “Khammu-rabi” recebendo a insígnia do reinado e da justiça de Shamash, deus dos oráculos. O código apresenta disposta, em 46 colunas de 3.600 linhas, a jurisprudência de seu tempo, um agrupamento de disposições casuísticas de ordem civil, penal e administrativa. Mesmo havendo sido formulado a cerca de 4000 anos, o *Código de Hamurabi* apresenta as primeiras tentativas de garantia dos direitos humanos.

18

A seguir encontra-se o capítulo do *Código de Hamurabi* dedicado à regulamentação do exercício de cinco profissões determinadas – advogados, médicos, veterinários, arquitetos e bateleiros.

XIII – Médicos e veterinários; arquitetos e bateleiros (salários, honorários, responsabilidade e choque de embarcações)

215º – Se um médico trata alguém de uma grave ferida com a lanceta de bronze e o cura ou se ele abre a alguém uma incisão com a lanceta de bronze e o olho é salvo, deverá receber dez siclos.

216º – Se é um liberto, ele receberá cinco siclos.

217º – Se é o escravo de alguém, o seu proprietário deverá dar ao médico dois siclos.

218º – Se um médico trata alguém de uma grave ferida com a lanceta de bronze e o mata ou lhe abre uma incisão com a lanceta de bronze e o olho fica perdido, se lhe deverão cortar as mãos.

<sup>4</sup> Babilônia (em babilônio: *Bâb-ilim* ou *Babil*, “porta de Deus”) foi uma das cidades mais importantes da Antiguidade e uma das primeiras cidades construídas no mundo, mencionada em documentos escritos há mais de 5.000 anos a.C., cuja localização é assinalada, atualmente, por uma região de ruínas a leste do rio Eufrates, a 90km ao sul de Bagdá, no Iraque. Babilônia foi a capital do Império Babilônico durante os milênios II e I a.C. A cidade cresceu em importância há 4.000 anos, quando um grande rei, Hamurabi, governou-a. O rei Hamurabi conquistou todas as cidades e as tribos ao redor da Babilônia e dirigiu sabiamente o seu reino. A civilização babilônica, que existiu do século XVIII ao VI a.C., era, como a suméria que a precedeu, de caráter urbano, embora baseada mais na agricultura do que na indústria. O país era constituído por 12 cidades, cercadas de povoados e aldeias. No alto da estrutura política estava o rei, monarca absoluto que exercia o poder legislativo, judiciário e executivo.

- 219º – Se o médico trata o escravo de um liberto de uma ferida grave com a lanceta de bronze e o mata, deverá dar escravo por escravo.
- 220º – Se ele abriu a sua incisão com a lanceta de bronze o olho fica perdido, deverá pagar metade de seu preço.
- 221º – Se um médico restabelece o osso quebrado de alguém ou as partes moles doentes, o doente deverá dar ao médico cinco siclos.
- 222º – Se é um liberto, deverá dar três siclos.
- 223º – Se é um escravo, o dono deverá dar ao médico dois siclos.
- 224º – Se o médico dos bois e dos burros trata um boi ou um burro de uma grave ferida e o animal se restabelece, o proprietário deverá dar ao médico, em pagamento, um sexto de siclo.
- 225º – Se ele trata um boi ou burro de uma grave ferida e o mata, deverá dar um quarto de seu preço ao proprietário.
- 226º – Se o tosquiador, sem ciência do senhor de um escravo, lhe imprime a marca de escravo inalienável, dever-se-á cortar as mãos desse tosquiador.
- 227º – Se alguém engana um tosquiador e o faz imprimir a marca de um escravo inalienável, se deverá matá-lo e sepultá-lo em sua casa. O tosquiador deverá jurar: “eu não o assinalo de propósito”, e irá livre.
- 228º – *Se um arquiteto constrói uma casa para alguém e a leva a execução, deverá receber em paga dois siclos, por cada sar de superfície edificada.*
- 229º – *Se um arquiteto constrói para alguém e não o faz solidamente e a casa que ele construiu cai e fere de morte o proprietário, esse arquiteto deverá ser morto.*
- 230º – *Se fere de morte o filho do proprietário, deverá ser morto o filho do arquiteto.*
- 231º – *Se mata um escravo do proprietário ele deverá dar ao proprietário da casa escravo por escravo.*
- 232º – *Se destrói bens, deverá indenizar tudo que destruiu e porque não executou solidamente a casa por ele construída, assim que essa é abatida, ele deverá refazer à sua custa a casa abatida.*
- 233º – *Se um arquiteto constrói para alguém uma casa e não a leva ao fim, se as paredes são viciosas, o arquiteto deverá à sua custa consolidar as paredes.*
- 234º – Se um bateleiro constrói para alguém um barco de sessenta gur, se lhe deverá dar em paga dois siclos.
- 235º – Se um bateleiro constrói para alguém um barco e não o faz solidamente, se no mesmo ano o barco é expedido e sofre avaria, o bateleiro deverá desfazer o barco e refazê-lo solidamente à sua custa; o barco sólido ele deverá dá-lo ao proprietário.
- 236º – Se alguém freta o seu barco a um bateleiro e este é negligente, mete a pique ou faz que se perca o barco, o bateleiro deverá ao proprietário barco por barco.
- 237º – Se alguém freta um bateleiro e o barco e o provê de trigo, lã, azeite, tâmaras e qualquer outra coisa que forma a sua carga, se o bateleiro é negligente, mete a pique o barco e faz que se perca o carregamento, deverá indenizar o barco que fez ir a pique e tudo de que ele causou a perda.
- 238º – Se um bateleiro mete a pique o barco de alguém, mas o salva, deverá pagar a metade do seu preço.
- 239º – Se alguém freta um bateleiro, deverá dar-lhe seis gur de trigo por ano.

240º – Se um barco a remos investe contra um barco de vela e o põe a pique, o patrão do barco que foi posto a pique deverá pedir justiça diante de Deus, o patrão do barco a remos, que meteu a fundo o barco a vela, deverá indenizar o seu barco e tudo quanto se perdeu.

Mais de 1.200 anos se passaram desde o reinado de Hamurabi até a conquista da Babilônia pelos persas. Durante esse longo período, a estrutura social e a organização econômica, a arte e a arquitetura, a ciência e a literatura, o sistema judicial e as crenças religiosas babilônicas sofreram considerável mudança. Baseados na cultura do Sumer, os feitos culturais da Babilônia deixaram uma profunda impressão no mundo antigo, particularmente nos hebreus e gregos. A influência babilônica é evidente nas obras de poetas gregos como Homero e Hesíodo, na geometria do matemático grego Euclides, na astronomia, astrologia, heráldica e na Bíblia.

### ***De Architectura* – Vitruvius**

O tratado *De Architectura*, obra em dez volumes, elaborado aproximadamente no ano 40 d.C. é a fonte inspiradora de todos os escritos posteriores sobre Arquitetura e Urbanismo. A obra de Vitruvius estabeleceu, ainda, as diretrizes para a educação do profissional arquiteto e urbanista.

**20**

Em 25 d.C., Marcus Vitruvius Pollio, arquiteto romano, realizou seu trabalho na Roma de Augusto, onde escreveu ensaios sobre teorias e técnicas de arquitetura e sobre aspectos afins do urbanismo. Seus escritos, conhecidos como *De Architectura*, foram descobertos apenas no século XV, auxiliando e influenciando com ímpeto o período renascentista nos campos da Arquitetura, da cidade, do Urbanismo e das Artes em geral.

Publicado em italiano pela primeira vez (1486), *De Architectura* foi tempos depois traduzido para as principais línguas ocidentais. A obra ainda é considerada fundamental em matéria de arquitetura clássica antiga. O autor era um estudioso e admirador da arquitetura grega e o seu tratado pretendeu preservar a tradição clássica no traçado de edifícios públicos, mas o que escreveu tinha uma inteligente avaliação humanista. Para ele, tudo o que o homem construía deveria ter como escala o próprio corpo humano e como valores de referência as proporções humanas, e, assim, ele preocupou-se, também, com o estudo das medidas humanas e relacionou-as com a arquitetura.

*De Architectura* constitui o único tratado europeu do período grego-romano (aproximadamente 40 a.C.) que chegou aos nossos dias e serviu de fonte de inspiração a diversos textos desde a época do Renascimento. Os seus padrões de proporções e os seus princípios arquiteturais: utilitas, venustas e firmitas (respectivamente utilidade, beleza e solidez), inauguraram a base da teoria clássica.

Vitruvius inicia seu tratado descrevendo a formação e a educação que um arquiteto deve possuir. O autor logo no primeiro volume, mais precisamente no primeiro capítulo, vê no arquiteto um indivíduo que detém conhecimentos sobre as mais diversas ciências e artes, tidas na época como “verdadeiras”, plausíveis. Geometria, História, Matemática, Música, Medicina, Direito e até mesmo a Astronomia deveriam ser conhecidas pelo arquiteto e urbanista, que, ao contrário de outros profissionais, não deveria se especializar em um único tema, mas sim obter e ampliar seus conhecimentos nas diversas áreas do saber humano.

O trecho apresentado a seguir indica as áreas de conhecimento e as habilidades necessárias à educação e, por decorrência, ao exercício da profissão de arquiteto e urbanista, de acordo com os escritos de Vitruvius no livro 1 do *De Architectura*:

1. A ciência do arquiteto é beneficiada com muitas disciplinas e vários conhecimentos; por seu julgamento são provadas todas as obras que são realizadas pelas outras artes. Ela nasce tanto na prática quanto da teoria. A prática é o exercício habitual da experiência contínua que se executa com as mãos em todo gênero de material que é necessário à representação do projeto. E a teoria é a que pode descrever e explicar as coisas construídas na medida da habilidade e da arte.
2. Por isso os arquitetos que, sem leitura tinham se esforçado para que se exercitassem com as mãos, não puderam ter autoridade pelos seus trabalhos; e os que só confiaram nas teorias e nos seus conhecimentos, parecem ter perseguido uma sombra, não a realidade. Mas aqueles que aprenderam ambas a fundo, como munidos de todas as formas, atingiram mais facilmente com autoridade, aquele que foi seu objetivo.
3. De fato, estas duas estão presentes em tudo e também na arquitetura que é demonstrada e a que demonstra. Demonstrado é o projeto sobre o qual se fala; e o que demonstra a descrição desenvolvida com as explicações das ciências. Por isso o arquiteto deve parecer hábil nos dois sentidos para que seja considerado como tal. E assim também é preciso que seja engenhoso e dócil à ciência. Pois nem o talento sem a disciplina ou a disciplina sem o talento pode fazer o artista perfeito. E que seja culto, perito em desenho, versado em geometria, conheça história, tenha ouvido atentamente os filósofos, saiba música, não seja ignorante de medicina, conheça os pareceres dos juristas, conheça astronomia e as razões do céu.
4. Por que isso é assim, estas são as razões. É preciso que o arquiteto tenha cultura, para que possa melhorar a memória com anotações. Depois é preciso conhecer a ciência do desenho para que possa representar mais facilmente, com reproduções gráficas o aspecto que queira da obra. E a geometria presta vários socorros à arquitetura; primeiro ensina o uso da régua e do compasso, com o qual são feitos mais facilmente os traçados dos edifícios nos seus terrenos e o alinhamento tanto dos níveis quanto dos prumos com uso de esquadros. Do mesmo modo por meio da ótica os raios de luz são levados diretamente de certas regiões dos céus aos edifícios. E pela aritmética são calculados os custos dos edifícios, são explicados os cálculos das dimensões, as questões difíceis da simetria são encontradas com métodos e explicações geométricas.
5. E é preciso que conheça história porque os arquitetos desenham mais freqüentemente em suas obras muitos ornamentos sobre os quais devem responder aos que pedem explicações.

6. Quanto à filosofia, forma o arquiteto de grande espírito, e para que não seja arrogante, mas antes tratável, justo e fiel, sem avareza, o que é muito importante, porque na verdade, nenhuma obra pode ser feita sem confiança e integridade. Que não seja ambicioso nem tenha a alma preocupada em receber recompensas; mas tendo boa fama, preserve com seriedade seu prestígio; e é isto que a filosofia prescreve. Além disto, a filosofia trata da natureza, que se diz em grego *physiologia*. É necessária estudá-las mais cuidadosamente porque apresenta muitas e variadas questões naturais. Como nas aduções das águas. Pois nos seus percursos, tanto na curva quanto nos planos, formam-se ares com as elevações, naturalmente, em um o noutro caso, dos quais ninguém poderá remediar os danos, exceto aquele que saiba a partir da filosofia dos princípios da natureza das coisas.
7. E é preciso conhecer a música para que conheça a teoria canônica e matemática. Deve-se harmonizar os sons dos espaços, o ritmo. As máquinas hidráulicas e os outros, ninguém poderá fazer sem os princípios musicais do círculo, a quarta, a quinta, a oitava, a dupla oitava, a harmonia dos sons.
8. Até a disciplina da medicina é necessária conhecer por causa da inclinação do céu, que os gregos chamam *klimata*, do ar e dos lugares que são saudáveis ou insalubres e da utilidade das águas, pois sem esses princípios não se pode fazer nenhuma habitação salubre.
9. Também é preciso que conheça as leis que são necessárias para os edifícios de paredes comuns, para a divisória das águas pluviais e dos esgotos, das clarabóias. Da mesma forma a adução das águas e outras questões congêneres, é preciso que sejam conhecidos dos arquitetos, a fim de que, antes que se construam os edifícios, cuidem para, feitas as obras, não deixar os processos aos pais de família e para que quando fechar os contratos, possa cuidar, com prudência, tanto do contratante quanto de empreiteiro; e de fato se o contrato estiver bem escrito, será de modo que se desobrigue um do outro sem logro.
10. E com a astronomia se conhece o oriente, o ocidente, o sul, o norte, também a teoria do céu, o equinócio, o solstício, o curso dos astros.

Vitruvius afirma, ainda, que um trabalho artístico é composto pela própria obra em si e também pela dimensão teórica que o constitui. Essa distinção é melhor explicitada no segundo capítulo do primeiro volume.

O segundo volume da obra de Vitruvius refere-se aos materiais usados na construção de edifícios. O trabalho lista os tipos de materiais comumente usados nas construções da época e os relaciona com sua ocorrência na natureza e também com o nível de conhecimento científico do ser humano naquele período histórico.

O terceiro e o quarto volumes tratam das construções, dos templos, onde Vitruvius ressalta a importância da simetria, tanto na arquitetura quanto no próprio ser humano. O autor deixa explícita sua fonte para esses volumes: o arquiteto grego Hermógenes (século II a.C.)

No volume de número V, Vitruvius escreve a respeito dos diferentes tipos de prédios públicos: fóruns, basílicas, teatros e até mesmo portos, quebra-mares e estaleiros. Ele contrapõe o fórum grego ao romano, comentando suas idiosincrasias arquitetônicas, que variavam de acordo com os hábitos de cada civilização.

O volume seguinte (VI) apresenta os edifícios privados; casas urbanas e rurais, mais uma vez focando as peculiaridades presentes nas construções gregas e romanas. Estudos baseados nesse volume apontam a influência de Vitruvius na Itália, principalmente em Pompeia, onde foram encontradas casas nos moldes das que foram descritas por ele. O sétimo volume remete à decoração interior das casas.

O volume VIII, com o título de *De aquae inventionibus*, trata essencialmente de obras hidráulicas. Relógios d'água, meios de se encontrar água e as cisternas são temas detalhados nesse volume. Vitruvius pode ser considerado o pai da ciência da Hidrologia. Os dois últimos abordavam respectivamente a astronomia e a construção de relógios solares, além de maquinaria civil e militar.

Sua redescoberta pelos arquitetos e teóricos da arquitetura e urbanismo renascentistas deu vida ao classicismo dos períodos históricos subsequentes – em toda a Europa, e daí para o mundo, por meio de suas colônias. Os mais importantes tratados dos mestres europeus sobre arquitetura, desde o século XV basearam-se nessa fonte, inspiradora e perturbadora. Perturbadora porque muitos dos principais “nós” conceituais da teoria classicista da arquitetura foram inaugurados justamente por Vitruvius, desde sua concepção dos padrões canônicos, da sua teoria das proporções, até (em especial) seus princípios arquiteturais de *utilitas*, *venustas* e *firmitas* (*utilidade*, *beleza* e *solidez*).

### ***De Re Aedificatoria* – Alberti**

O Tratado *De Re Aedificatoria* escrito por Leon Battista Alberti (1404-1472) é o primeiro grande tratado moderno de Arquitetura e Urbanismo. Elaborado sob a tradição de saber herdada de Vitruvius, a obra define um ofício e uma arte e dá-lhes um conjunto de regras e normas. É a partir desse tratado que a Arquitetura e Urbanismo passa a se constituir, de fato, um ramo do conhecimento.

Leon Battista Alberti, arquiteto e teórico de arte, foi um humanista italiano, ao estilo do ideal renascentista, eminente platônico e filósofo da arquitetura e do urbanismo, pintor, músico e escultor. Personificou o ideal renascentista do *uomo universale*, ou seja, o letrado humanista capaz em numerosos campos de atividade.

Leitor atento de Vitruvius, escreveu seu célebre tratado *De Re Aedificatoria* (durante a década de 1442 e 1452 e só impresso depois de sua morte) tomando como base de referência a arte da Antiguidade. Baseava na música dos números a harmonia das proporções e concebia o edifício como um todo, solidário em cada um de seus elementos. Foi excelente na concepção de plantas e modelos.

Uma célebre frase de Alberti: “Uma obra está completa quando nada pode ser acrescentado, retirado.” Como Vitruvius, Alberti queria que seu texto incluísse tudo aquilo que fosse necessário para

a concepção e controle da construção de edifícios e procurou reunir todo o saber conhecido até aquele momento. De certa maneira pode ser considerado um texto fundador da tradição arquitetônica. É a partir dele que a Arquitetura e Urbanismo passam a constituir, de fato, um ramo do conhecimento.

Para Alberti são seis os princípios de concepção em arquitetura e urbanismo: o meio ambiente, o terreno, o plano do solo, as paredes de suporte, os telhados e as aberturas. Por fim, cabe frisar a importância dada à cidade no Tratado de Alberti – “a mais perfeita das realizações humanas”. O *De Re Aedificatoria* a considera como o “edifício público que supera em dignidade todos os outros”. Para Alberti “a cidade é um todo irreduzível”, enunciando as regras universais relativas à localização ou situação, ao meio ambiente, muralhas, às coberturas e finalmente às “aberturas” da cidade, onde não só é apresentada a diversidade de vias de circulação intra e extraurbanas, mas de praças, de pontes, de portos. Para ele, “não existe diferença entre o procedimento do construtor de edifícios e o do construtor de cidades”, ou em termos atuais entre arquitetura e urbanismo.

Alberti afirma que “todo edifício é um corpo”. Exemplifica sua afirmativa dizendo que um edifício consiste em forma, dependente do espírito, e em matéria, dependente da natureza. Seu trabalho, de acordo com Françoise Choay (1985), estrutura-se em quatro partes: a primeira oferece uma teoria geral da construção; a segunda diz respeito ao nível da comodidade, definida pelo conjunto dos usos que o desejo dos homens, estimulado pela vida social, pode inventar; a terceira é dedicada à beleza e aos ornamentos que dão acesso ao nível do prazer e estabelece a estética arquitetônica preconizada pelo autor; e, finalmente, a quarta trata das leis filosóficas da beleza e da prevenção de erros.

24

É desconcertante observar o quanto é antiga a regulamentação do exercício da profissão de arquiteto e urbanista presente no *Código de Hamurabi* e que até hoje se mantém regulamentado, posto que o seu exercício, sem a formação adequada, pode gerar sérios riscos e até mesmo desastres terríveis para indivíduos, famílias, grupos de indivíduos e para a sociedade como um todo. A atuação técnica e socialmente responsável de arquitetos e urbanistas, em diferentes escalas, vem assegurando, na história, a construção do habitat humano no campo e nas cidades, com adequação a diferentes meios e necessidades individuais e coletivas.

É surpreendente também constatar a amplitude de conhecimentos envolvidos na educação em Arquitetura e Urbanismo descritos por Vitruvius no século I de nossa era. Áreas como as das ciências, das humanidades, das tecnologias, das artes são apresentadas como necessárias e essenciais à formação do arquiteto e urbanista – além de sua atualidade, no que tange ao caráter articulador de conhecimentos e habilidades, até hoje imprimimos a mesma lógica à estrutura de nossos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Esses três exemplos históricos evidenciam em diferentes tempos o perfil de atuação, os conhecimentos necessários e as habilidades exigidas para a educação e o exercício, com responsabilidade, da profissão de arquiteto e urbanista.

É possível, portanto, constatar e reconhecer que a educação de arquitetos e urbanistas, atualmente, apesar de mudanças conjunturais ao longo da história, mantém os conhecimentos e princípios integradores reunidos por Vitruvius e Alberti e, ainda, conservam a regulamentação profissional estabelecida por Hamurabi.



**PARTE I**  
**RETROSPECTO DA FORMAÇÃO**  
**DE ARQUITETOS E URBANISTAS**  
**NO BRASIL**



# CAPÍTULO 1



# AS RAÍZES DO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL 31

## **A matriz portuguesa: o ensino convencional, oficina e o público**

Em Portugal, a trajetória inicial da formação do arquiteto e urbanista<sup>5</sup> pode ser dividida em três fases (PEDREIRINHO, 1994): a do chamado ensino conventual, a do ensino oficial e a do ensino público.

A *primeira* fase está relacionada, principalmente, com a arquitetura eclesiástica e dependia das diferentes ordens ou formas de organização religiosas, no interior das quais o conhecimento arquitetônico era preservado e diretamente repassado do mestre para o discípulo em um processo itinerante, que acompanhava a sequência e a localização das grandes obras. As ordens religiosas concentravam o saber e os conhecimentos, e “estavam na base de uma prática profissional que fazia do *secretismo* [do que se conserva em segredo] um dos mais fortes alicerces para toda uma complexa estrutura de poder” (PEDREIRINHO, 1994, p. 14).

A *segunda* fase, a do ensino oficial, superou a experiência conventual e atingiu, durante a Idade Média, o mundo laico na forma das rígidas corporações de ofício, por meio das quais o conteúdo

---

<sup>5</sup> Por uma questão de consolidação de uma identidade profissional e uniformização de texto, adotaremos sempre a nomenclatura arquiteto e urbanista, independentemente do período histórico abordado.

profissionalizante era, de forma prática, passado do mestre para um de seus aprendizes. A sociedade laica portuguesa apresentava-se rigidamente estratificada, tendo sua base no trabalho da peonagem e servos, a seguir vinham os *mesteirais* (indivíduos com ofícios manuais ou mecânicos) em suas diferentes modalidades, depois os mercadores ou comerciantes e, finalmente, os cavaleiros e fidalgos. Por sua vez, as organizações dos *mesteres* (confrarias)<sup>6</sup> também estavam hierarquizadas em mestres ou oficiais, obreiros e moços. A aprendizagem iniciava-se em geral pelos 13 ou 14 anos de idade e durava de quatro a seis anos, aos quais se seguiam mais três anos de prática da profissão. Findo esse período, os conhecimentos adquiridos eram examinados pelos Juizes dos Ofícios (PEDREIRINHO, 1994). Os obreiros, durante o exame, geralmente, apresentavam para análise e crítica uma obra já executada ou uma maquete de um projeto não edificado (o trabalho era então denominado de *obra prima*). Com a aprovação, o obreiro passava a mestre ou oficial e poderia abrir seu negócio próprio, tenda ou oficina, com até dois aprendizes para ajudá-lo.

Portanto, para liderar o canteiro de obras, a formação exigia o trabalho de quatro a seis anos em um ofício, numa relação mestre-aprendiz de dois para um. Exigia ainda um exame realizado por meio de uma *obra-prima*. Dessa forma, o ensino e a avaliação eram realizados entre pares e a apreciação final era externa.

**32** As características das duas primeiras fases se confundem no Brasil. Inicialmente, os oficiais da Colônia eram poucos em quantidade e qualidade. Sob constante monopólio, diversas atividades manufatureiras não podiam ser exercidas. Entre as permitidas, grande parte era realizada por trabalhadores escravizados, que não partilhavam das prerrogativas e das funções dos artesões livres. Sendo assim, o poder das corporações resultou menor no Brasil do que em Portugal. As disposições municipais que regulamentavam os diversos ofícios eram chamadas de *posturas* da Câmara e determinavam, entre outros aspectos, os exames requeridos para a habilitação profissional. Por outro lado, nas oficinas existentes nos colégios jesuítas, “os irmãos-oficiais exerciam e ensinavam ofícios ligados a atividades de carpintaria, de ferraria e de construção de edifícios [...]” (MANFREDI, 2002, p. 69). Mas quem seriam os primeiros arquitetos-professores? Com o governador-geral Tomé de Sousa, em 1549, chegou o arquiteto Luís Dias, conhecido como *mestre da pedraria* e considerado o decano dos arquitetos no Brasil, uma vez que foi o responsável pelo desenho e implantação da cidade de Salvador e pela execução de importantes edifícios da primeira Capital (ANDRADE, 1997). Em 1577, desembarcou o irmão jesuíta Francisco Dias, arquiteto responsável pelos projetos dos colégios da Companhia de Salvador, Rio de Janeiro, Olinda e Santos. Pouco a pouco, outros mestres foram sendo incorporados à congregação, preservando e difundindo o ofício. No entanto, não podemos esquecer-nos de mencionar o trabalho desenvolvido por religiosos de outras ordens, como o dos arquitetos beneditinos Gregório de Magalhães e Macário de São João ou do inaciano Francisco dos Santos.

<sup>6</sup> As confrarias representavam a associação ou o conjunto de pessoas do mesmo ofício. Os confrades permaneciam sob a “proteção” de um santo especialmente escolhido. Os trabalhadores da construção ficavam sob a bandeira de São José. Sobre a organização da sociedade portuguesa do século XV, ver Moreno (1998).

No Brasil, as corporações de ofício existiram desde muito cedo<sup>7</sup> e foram constitucionalmente extintas em 1824.<sup>8</sup> Como foi dito, a regulamentação das práticas de ofícios era de responsabilidade das câmaras municipais, variando de uma localidade para outra. O mestre Gabriel Ribeiro, autor do projeto da Ordem 3ª de São Francisco de Salvador, por exemplo, habilitou-se em Portugal e registrou sua carta de *examinação* na Bahia em 1699. Em geral, cada mestre não podia ter mais de dois oficiais e o tempo de aprendizado era de, no mínimo, quatro anos. O mestrado não era normalmente atingido por negros, pardos ou índios, contudo, distante da Metrópole, o reconhecimento pessoal e a valorização do trabalho pelas comunidades locais determinaram que alguns aprendizes de origem africana adquirissem o estatuto de mestre – mestre Antônio Francisco Lisboa, Mestre Valentin, mestre Manuel da Cunha, entre outros. Em 1790, um vereador de Mariana registrou que o mestre Manoel Francisco Lisboa (considerado pai de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho) oferecia lições práticas de arquitetura nos canteiros de suas obras (TOLEDO, 1983).

A *terceira fase* do ensino luso, denominada de pública, nasceu da necessidade de formação de quadros para a Coroa. No caso particular da Arquitetura e Urbanismo, a necessidade acelerada pelo rápido desenvolvimento das técnicas de guerra e de navegação, da especialização da chamada arquitetura militar e das constantes conquistas territoriais ultramarinas foram fatores que repercutiram na criação de inúmeras instituições de ensino. Como nos demais lugares da Europa, em Portugal, a formação oficial de arquitetos e urbanistas passou a ser realizada por meio de cursos teórico-práticos ministrados por profissionais considerados habilitados. Ou seja, “institucionalizou-se uma prática teórica alicerçada na experiência” (COTTA, 2007, p. 10). É o caso dos mestres das *cartas de marear*, responsáveis pela Aula de Astrologia (1514); do cosmógrafo e tratadista Pedro Nunes, professor da Aula de Matemática (1547); ou do arquiteto Miguel de Arruda – *mestre das obras e das fortificações do Reino, Lugares de Além e Índia* – que ministrava uma Aula de Arquitetura Militar em seu ateliê (1550).

Em 1559, foi criada a Aula do Paço, onde se ensinava a geometria, a cosmografia e a arquitetura militar aos jovens da Corte. Reformada em 1562, passou a ser denominada de Lições dos Moços Fidalgos para, em 1572, ser formalizada como Escola Particular de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira – considerada por muitos autores a primeira instituição regular portuguesa especialmente voltada para o ensino da arquitetura militar (MOREIRA, 2001; BUENO, 2001). Estrutura pedagógica simplificada, do tipo tutor-discípulo, sob responsabilidade direta do mestre de obras das fortificações do reino (Quadro 1.1). Segundo mencionado por Beatriz Bueno (2001), o quadro docente da Escola foi composto por Pedro Nunes (lente de Matemática e áreas afins, tradutor de Vitruvius e autor de inúmeros tratados), Antônio Rodrigues (lente de Arquitetura Militar e áreas afins e autor do tratado *Arquitetura militar*) e João Baptista

<sup>7</sup> “Sabe-se que as corporações participaram em 1611 numa procissão em Olinda.” (PEDREIRINHO, 1994, p.15).

<sup>8</sup> “Ficam abolidas as corporações de ofícios, seus juizes, escrivães e mestres.” (BRASIL, 1824, Título 8, Artigo 179, Inciso 25).

Lavanha (substituto de Pedro Nunes). Uma instituição marcada pela cultura humanista e pela religião católica, numa época de importação de técnicos italianos (COTTA, 2007) e de tratados de arquitetura (como os de Vitruvius, Alberti, Serlio, Pietro Cataneo e Cosimo Bartoli).

Durante o Período Filipino (1581-1640), o sistema português de ensino de Arquitetura e Urbanismo foi completamente assimilado pelo Reino de Castela. A Aula do Paço da Ribeira foi transferida para Madri em 1583, com a denominação de *Academia das Matemáticas e Arquitetura*, e passou a ser dirigida pelos importantes arquitetos Juan de Herrera e Tiburcio Spannocch (que contavam com a colaboração de professores portugueses e empregavam, com habilidade, os tratados de Palladio e Vignola).

Em 1594, o arquiteto Filipe Terzi foi encarregado de “reabrir” a Aula do Paço da Ribeira, agora como Aula de Arquitetura Civil e Militar, oficialmente batizada de Aula do Risco do Paço da Ribeira. Logo a instituição passou a receber três bolsistas, atendidos – por tempo indeterminado – pelo arquiteto-régio ou por um lente de arquitetura. Os estudantes só eram considerados arquitetos ou medidores quando comprovavam, perante banca, suficiência e talento.

34

Com os novos profissionais que assim se formavam, procurava o rei suprir as necessidades que tinha para o preenchimento dos diversos cargos oficiais dos vastos territórios que administrava, não só pagando os estudos dos seus alunos como lhes garantindo a seguir trabalho. (PEDREIRINHO, 1994, p. 14).

Entre os três primeiros bolsistas da Aula do Paço estava Francisco Frias da Mesquita que, em 1603 (com 25 anos de idade), foi nomeado *arquiteto-mor do Brasil*.

Entre a extinção da “Escola de Moços Fidalgos” e a incumbência de Terzi de ensinar, observa-se uma lacuna de onze anos, na qual ganharam terreno os padres jesuítas que [em 1590] criaram a “Aula de Esfera” no Colégio de Santo Antão, aberta aos jovens nobres e técnicos em geral. De qualquer forma, durante sete anos interrompeu-se o ensino oficial de Arquitetura em Portugal. Não se tratava de uma escola nos moldes tradicionais de hoje, mas de um estágio remunerado junto ao “Mestre de obras de el-Rei”. (BUENO, 2001, p. 351).

Com a restauração da monarquia portuguesa (1640), intensificou-se a preocupação com a formação de arquitetos militares, de maneira que em 1641 Luís Serrão Pimentel organizou a Aula de Artilharia e Esquadria (corte de pedras), transformada em Aula de Fortificação e Arquitetura Militar (ou Aula Régia) de Lisboa, em 1647, primeira instituição portuguesa especialmente destinada à formação de arquitetos, matriz e modelo para inúmeras outras aulas criadas em Portugal e em suas colônias, inclusive no Brasil a partir de 1696-1699.

## QUADRO 1.1 ARQUITETOS DO REI. PORTUGAL (1548-1598)

ANO	NOME	TÍTULO
1548-1564	Miguel de Arruda	Mestre das obras e das fortificações do Reino, lugares de além e Índia
?-1575	Afonso Álvares	Mestre das obras das fortificações
1564-1590	Antônio Rodrigues	Mestre das obras de El-Rei e Mestre das obras das fortificações
1590-1597	Filippo Terzi	Mestre das obras de El-Rei e Arquiteto-mor do Reino
1597	Baltasar Alvares	Arquiteto-mor do Reino
1597	Nicolau Frias	Mestre das obras de El-Rei
1598	Leonardo Turriano	Arquiteto-mor do Reino

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações levantadas por Bueno (2001).

### A matriz portuguesa no Brasil e as aulas de arquitetura militar

35

Em um primeiro momento, Portugal não pretendia povoar o território brasileiro (PRADO JUNIOR, 1979). Dele, só interessava suas possibilidades mercantis. A ideia era ocupá-lo apenas com agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em rudimentares feitorias.

Entretanto, deve-se reconhecer que em função de necessidades práticas, seja no campo da defesa militar, seja no campo das construções para fins administrativos, o processo de colonização exigiu uma atenção permanente por parte da Metrópole portuguesa, no que se refere às necessidades de importação e formação de arquitetos militares. (Abea, 1977a, p. 41).

A esse respeito, Aurélio de Lyra Tavares, no clássico *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil* de 2000, salientou que Portugal desenvolveu, no século XVII, um amplo programa de atividades objetivando a formação de arquitetos locais, a construção de fortificações, o levantamento cartográfico e a organização dos serviços públicos. E assim foi feito. Para o Brasil foram enviados inúmeros técnicos (portugueses e estrangeiros) especializados na arte de construir. Militares com formação, muitas vezes exemplar na ciência da construção, particularmente no campo da arquitetura de fortificações. “Profissionais que representavam um oásis de conhecimento e erudição no meio da soldadesca ignara do exército colonial, no qual muitos oficiais eram analfabetos.” (OLIVEIRA, T., 2005, p. 10). Provavelmente formados na Aula de Fortificação de Arquitetura Militar de Lisboa – ou em outras academias de Portugal ou da

Europa – manuseando com fidelidade tratados como *O engenheiro português*<sup>9</sup> ou o *Método luzitânico*<sup>10</sup> acabaram por representar, no Brasil, uma forma sistemática de ensino de Arquitetura. Antes deles, temos notícia da existência de Aulas de Arquitetura Militar ministradas por Miguel Timermans (1648-50) e por Gregório Gomes Henriques (1694) (CAVALCANTI, 2007).

Oficialmente, o ensino regular da Arquitetura Militar na colônia foi instituído por meio da Carta Régia de 15 de janeiro de 1699, que definia:

[...] aí deveria ser aberta uma aula em que ele possa ensinar a fortificar, havendo nela três discípulos de partido [bolsistas], os quais serão pessoas que tenham capacidade necessária para poderem aprender e se aceitarem terão ao menos dezoito anos de idade, os quais sendo soldados se lhes dará além do soldo meio tostão por dia [...] e todos os anos serão examinados para se ver se adiantam os estudos e se tem gênio para eles [...]<sup>11</sup>.

O método fora aperfeiçoado na Espanha e implantado em Portugal durante o reinado de Felipe II, e implicava no treinamento de três discípulos por mestre. No Brasil, logo foram instituídas as primeiras<sup>12</sup> Aulas regulares de fortificação: a do *Rio de Janeiro* (1699), a de *Salvador* (1699), a de *São Luis* (1699) e a de *Recife* (1701). Em todos os casos, os professores militares atuavam conjuntamente com seus discípulos lendo e discutindo os temas relacionados com a arquitetura e a construção; reproduzindo elementos de arquitetura ou desenhando fortificações, palácios, templos, aquedutos, pontes etc.; e, muitas vezes, registrando o conhecimento adquirido. Vejamos alguns exemplos: no Rio de Janeiro serviu o famoso sargento-mor José Fernandes Pinto Alpoim, responsável pela implantação de um curso de cinco anos e pela publicação, em Portugal, dos livros *Exame de artilheiro* (1746) e *Exame de bombeiros* (1748), ambos fruto de suas anotações de aula. Em Salvador, atuou o sargento-mor José Antônio Caldas, que dividia seu curso em três dias para o estudo da teoria e três dias para aplicações ao desenho. Os estudantes aprendiam a “desenhar toda a qualidade de plantas militares e civis” (OLIVEIRA, M., 2004, p. 100), bem como exploravam o conhecimento da “arquitetura civil”. Em Recife, trabalhou o tenente general Diogo da Silveira Velloso que, além de competente profissional arquiteto e urbanista, foi exímio professor. Responsável pelo arruamento da cidade e pela construção de inúmeras fortificações, Velloso publicou o manual *Arquitetura militar ou fortificação moderna* (1743), provavelmente a reprodução das apostilas feitas para os alunos da Aula militar do Recife, nas quais procurava ser extremamente didático (OLIVEIRA, M., 2005).

<sup>9</sup> De autoria do militar Manoel de Azevedo Fortes. Publicado em Lisboa no ano de 1729.

<sup>10</sup> De autoria do militar Luis Serrão Pimentel. Publicado em Lisboa no ano de 1680.

<sup>11</sup> Documento reproduzido por Cavalcanti (2004, p. 294) e por Pardal (1985, p.85).

<sup>12</sup> Alberto Sousa cita uma Aula em São Luis do Maranhão (SOUSA, 2001) e Nestor Goulart Reis Filho cita uma Aula em Belém do Pará (REIS FILHO, 1996).

No Quadro 1.2 é possível visualizar a cronologia do ensino de Arquitetura Militar em Portugal e no Brasil no período de 1559-1792.

**QUADRO 1.2** CRONOLOGIA DO ENSINO DE ARQUITETURA MILITAR. PORTUGAL E BRASIL (1559-1792)

(Continua)

ANO	DENOMINAÇÃO	PRIMEIRO PROFESSOR E PERÍODO DE ENSINO
Séc. XVI	Aulas (várias)	(vários)
1545	(A) <i>Cadeira no Colégio de Santo Antão (Jesuíta), em Lisboa</i>	(padre jesuíta)
1559	(1) Aula do Paço da Ribeira, em Lisboa	Miguel Arruda
1562	(2) Lições dos Moços Fidalgos, em Lisboa	Afonso Álvares
1572	(3) Escola Particular de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira, em Lisboa	Antônio Rodrigues
1583	(Espanha) Academia das Matemáticas e Arquitetura, em Madri	Juan de Herrera e Tiburcio Spannocch
1590	(B) <i>Aula da Esfera no Colégio de Santo Antão (Jesuíta), em Lisboa</i>	Pe. Francisco Costa (1595-02) e Pe. Luiz Gonzaga (Arquitetura Militar)
1594	(4) Aula do Risco (ou Aula de Arquitetura) do Paço da Ribeira, em Lisboa	Filipe Terzi (1594-97)
1641	(5) Aula de Artilharia e Esquadria do Paço da Ribeira, em Lisboa	Luís Serrão Pimentel (1641-47)
1647	(6) Aula de Fortificação e Arquitetura Militar da Ribeira das Naus (Aula Régia), em Lisboa	Luís Serrão Pimentel (1647-78)
1699	(a)(1) Aula de Fortificação do Rio de Janeiro (com lições desde 1698), no Rio de Janeiro	Gregório Gomes Henriques (1698-01)
1699	(b) Aula de Fortificação de Salvador (com lições desde 1696), em Salvador	José Paes Estevens (1696) e Antônio Rodrigues Ribeiro (1700)
1699	(c) Aula de Fortificação de São Luís do Maranhão, em São Luís	Pedro de Azevedo Carneiro
1701	(d) Aula de Fortificação de Recife, em Recife	Luiz Francisco Pimentel (1701-07)
1719	(7) Academia Militar da Corte (Aula Régia), em Lisboa	Manoel de Azevedo Fortes (1719-54)
1738	(a)(2) Aula do Terço de Artilharia da Praça do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro	José Fernandes Pinto Alpoim

**QUADRO 1.2** CRONOLOGIA DO ENSINO DE ARQUITETURA MILITAR. PORTUGAL E BRASIL  
(1559-1792)

(Conclusão)

ANO	DENOMINAÇÃO	PRIMEIRO PROFESSOR E PERÍODO DE ENSINO
1752	(e) Aula de Fortificação do Grão Pará e Maranhão, em Belém	Pedro de Azevedo Carneiro
1756	(8) Casa do Risco das Obras Públicas (criada em função do terremoto de 1755), em Lisboa	Eugênio dos Santos (1756-60) e Manuel de Maia (1760-63)
1781	Aula de Desenho e Arquitetura Civil, em Lisboa	(não identificado)
1790	Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho de Lisboa, em Lisboa	(vários)
1792	(a)(3) Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, no Rio de Janeiro	(vários)

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações levantadas por Bueno (2001) e por Oliveira (2005).

**38**

**A matriz francesa: Beaux Arts e Polytechnique**

Na Europa, o final do século XVIII e início do século XIX foram marcados por profundas transformações socioeconômicas, na sua maioria, decorrentes da Revolução Industrial. Essas modificações implicaram em uma aceleração do processo de urbanização caracterizado pela concentração de população nos centros urbanos, pela pequena oferta de moradias e pelo agravamento das condições de higiene e segurança.

Aumentam as quantidades postas em jogo: são construídas estradas mais amplas, canais mais largos e profundos [...] o aumento da população e as migrações de lugar para lugar requerem a construção de novas casas [...] o crescimento das cidades requer implementos cada vez mais extensos e capazes; o aumento das funções públicas requer edifícios públicos mais amplos, enquanto a multiplicação das tarefas e o impulso dado pelas especializações requerem tipos de edificações sempre novos. A economia industrial não seria concebível sem um novo aparelhamento de edifícios e de instalações novas – fábricas, lojas, depósitos, que devem ser construídos em tempo relativamente curto [...] (BENÉVOLO, 1976, p. 35).

Na França, o ensino institucionalizado da arquitetura ocorria, desde 1671, na Académie Royale d'Architecture, especialmente criada para atender às demandas de projetos e obras públicas do absolutismo francês:

Voltado para a formação dos “*architectes du roi*” – aqueles indivíduos encarregados do projeto de execução das obras públicas do reino de Luiz XIV – e eivado por uma doutrina neoplatônica, este ensino iria contribuir para a dissimulação da importância dos aspectos práticos da construção enfatizando, mais o caráter estético e formal das obras de Arquitetura e deixaria implícita sua concepção de profissão. (FICHER, 1996, p. 119).

Por outro lado, passou a existir a necessidade de formar e preparar técnicos capazes de assumir os desafios dos novos tempos. Assim, em 1747, foi fundada a École des Pontes et Chaussées; em 1748, a École des Ingénieurs de Mézière; e, finalmente em 1794, foi criada a École Polytechnique. Se até então o ensino de Arquitetura ocorria na Academia, escola fortemente marcada por uma tradição humanista, naquele momento, era chegada a hora de formar profissionais com novos perfis. Em decorrência, a Academia foi extinta em 1793 e, dois anos depois, a arquitetura foi incorporada ao ensino de pintura e escultura na École des Beaux Arts. No Quadro 1.3, apresentamos uma cronologia do desenvolvimento do ensino francês.

**QUADRO 1.3** CRONOLOGIA DO ENSINO FRANCÊS (1648-1816)

ANO	DENOMINAÇÃO	FORMAÇÃO
1648	Académie Royale de Peinture et de Sculpture	Pintor/escultor
1671	Académie Royale d'Architecture	Arquiteto
1675	Corps des Ingénieurs du Génie Militaire	Engenheiro militar
1716	Corps des Ponts et Chaussées	Engenheiro militar
1743	École des Arts (escola particular, de Jacques-Francois Blondel)	Arquiteto
1747	École des Ponts et Chaussées	Engenheiro-arquiteto
1748	École Royale du Génie de Mézières	Engenheiro
1793	<b>Extinção da Académie d'Architecture</b>	
1794	École Polytechnique	Engenheiro-arquiteto
1795	Institut de France (arquitetura + pintura + escultura)	Arquiteto/pintor/escultor
1816	Académie des Beaux-Arts de l'Institut de France	Arquiteto/pintor/escultor
Atual	Ecole Nationale Supérieure des Beaux-Arts	Arquiteto

Fonte: Quadro elaborado a partir de Benévolo (1976) e de Addis (2009).

Nos séculos XVII e XVIII desenvolveu-se em Paris o trabalho arquitetônico na Academia, com ampla base histórica, para atender à demanda de uma arquitetura especializada, de representação oficial e privada, mais do que utilitária. É fato bem conhecido, no Brasil, que em tempos de Napoleão Bonaparte, com a criação da Escola Politécnica e da Academia de Belas-Artes de Paris, as atividades de projeto arquitetônico se tomaram relativamente independentes da construção, com a definição final de duas profissões, ambas envolvendo as atividades de edificação civil e, no caso dos engenheiros, com as outras áreas, do campo que hoje conhecemos como Engenharia Civil, como obras de infraestrutura, cálculos estruturais e instalações. (REIS FILHO, 1996, p. 6).

A transmissão de conhecimento baseada na relação direta no local de trabalho é exemplificada pelo contexto das relações mestre-aprendiz em que a vivência do canteiro e o cotidiano da construção delineavam o universo da formação. Diferentemente desse aprendizado imediato e intenso, a educação escolarizada dos novos profissionais passou a se dar no âmbito da instituição escolar sendo esta, por excelência, um local voltado para a transmissão de saberes e símbolos.

Até o aparecimento do engenheiro civil<sup>13</sup> e das escolas de Engenharia, identificadas com um novo período de racionalismo e progresso científico<sup>14</sup>, o arquiteto era – ao mesmo tempo – o idealizador da forma e o único técnico capacitado para realizá-la.

**40** O projeto arquitetônico, assim como o entendemos hoje, é uma invenção muito recente. No passado, o autor de um desenho, risco ou plano de obra era a mesma pessoa responsável por sua execução, pela transmissão das informações contidas no desenho para os demais trabalhadores, e pela clarificação ou solução de eventuais problemas decorrentes de suas ideias. Dessa forma, era impossível admitir um arquiteto fora do canteiro de obras e o risco pouco significava. Simbolicamente, tal prática foi registrada no famoso conjunto de pinturas murais romanas da abadia de Saint-Savin-sur-Gartempe, na França, inscrita na lista de Patrimônio da Humanidade pela Unesco. Uma porção da abóbada da nave central do templo foi dedicada à *Construção da Torre de Babel*. Trata-se de uma composição de grande movimento. De um lado, temos o arquiteto coordenando os demais trabalhadores e carregando os blocos de pedra; no outro, a figura do próprio Deus supervisionando a obra.

O projeto, entendido como a representação de um conjunto de especificações e símbolos que permitem construir o objeto representado, nasce a partir do século XV, em pleno Renascimento, no momento em que ocorreu a separação entre os responsáveis pelo desenho dos prédios e os responsáveis por sua execução. A cultura medieval não distinguia entre arte e ofício, e os trabalhadores eram classificados segundo os materiais que dominavam e empregavam. Assim, os que se ocupavam da construção eram os *mestres da pedra e da madeira*, formando uma corporação específica (BENÉVOLO, 1983). No interior

<sup>13</sup> A designação "engenheiro civil" foi provavelmente empregada pela primeira vez em 1768.

<sup>14</sup> Segundo Bill Addis, em 1707, foi fundada a Escola Pública de Engenharia de Praga, a "primeira escola pública de engenharia da Europa Central." (ADDIS, 2009, 219).

das várias corporações alguns mestres (os mais famosos e reconhecidos entre os de seu grupo) passaram a se destacar e a serem disputados pelos governos locais, sendo contratados como consulentes de alto nível – responsáveis pelas grandes obras e pelo trabalho das mestranças.

Os “artistas” da Renascença sobreviveram como os herdeiros desses consulentes, e seus trabalhos individuais acabaram por colocar em crise o sistema de organização coletiva das corporações. Tornaram-se peritos internacionais, à disposição dos mais diferentes – e muitas vezes distantes – clientes, patrões ou mecenas. Desse modo, o projeto arquitetônico passou a significar um meio de objetivar as ideias pensadas pelos artistas e expressá-las em uma linguagem compreensível para os incumbidos de executá-las.

Durante o Renascimento foram estabelecidos inúmeros princípios que marcaram e caracterizaram a evolução da disciplina arquitetônica e dos os arquitetos e urbanistas até hoje. Vejamos alguns deles: 1) os profissionais passaram a ser considerados especialistas de alto nível, independentes das corporações medievais e apenas ligados a seus contratantes por uma relação de trabalho baseada na confiança pessoal (BENÉVOLO, 1983); 2) a tarefa principal passou a ser a definição, de antemão, do conteúdo formal da obra a ser executada; 3) as decisões necessárias para uma determinada edificação começaram a ser tomadas antes das operações de sua construção, assim, tornou-se possível distinguir duas fases de trabalho: a do projeto e a da execução; e 4) a sistematização de regras, conceitos e ideias sobre a arquitetura presente e passada, processo traduzido na elaboração e publicação de inúmeros tratados arquitetônicos. Como se tudo isso não bastasse, a modificação da posição profissional do arquiteto foi acompanhada por inovações técnicas e do desenho, das quais vale lembrar o desenvolvimento da geometria descritiva e a definição das regras da perspectiva ou do método perspéctico, com reflexos marcantes não apenas no campo do projeto de arquitetura e da cidade, mas também na pintura e escultura.

41

No quadro dessas inovações, é interessante salientar a visão do tratadista italiano Vincenzo Scamozzi que, em 1615, definiu o edifício como o “fato científico que reside na mente do arquiteto, um fantasma interior; o projeto desenhado não é outra coisa senão um meio com o qual o arquiteto comunicava aos outros suas próprias invenções; a realização concerne aos capatazes, aos imitadores do projeto [...]” (SCAMOZZI apud BICCA, 1984, p. 102). Como consequência geral, a “arte do arquiteto tornou-se uma das artes do desenho, forma separada da matéria, e produto da capacidade do conhecimento para atingir um universal abstrato.” (BICCA, 1984, p. 103). É lícito afirmar que os primórdios da formação escolarizada atual do arquiteto e urbanista afirmaram-se em meio a tantas transformações e contaram com forte influência da tradição europeia. E que é fruto das modificações sociais e culturais ocorridas desde a Renascença, particularmente do novo *status* atingido pelo arquiteto.

Na École Polytechnique de Paris, o Curso de Arquitetura era ministrado, desde 1795, pelo arquiteto Jean Nicolas Louis Durand, criador de um método projetual baseado na utilidade, no emprego de um sistema de regras simples e racionais, que buscava responder ao grande número de tarefas e programas

que se apresentavam. O método compreendia três etapas: a descrição dos elementos de arquitetura (os muros, as aberturas, os arcos, as fundações etc.); o estudo dos métodos gerais de associação desses elementos, por meio dos quais eram obtidas cada uma das partes do edifício (vestibulos, salas, pátios etc.); e o estudo dos métodos de combinação dessas partes para se chegar ao conjunto, ou seja, ao edifício propriamente dito – analisando-se os vários tipos de edificação.

As figuras do tratado de Durand são identificáveis pela grafia, conforme ao gosto da época, porém prenunciam toda a produção dos engenheiros do século XIX. Estão já claros todos os caracteres: o modo de composição por justaposição mecânica, a independência do aparelho estrutural do acabamento dos elementos, a predileção pela cota em números redondos e pelas formas elementares, que reduzem ao mínimo o arbítrio do projetista [...] (BENÉVOLO, 1976, p. 68).

A essas características somou-se mais uma: a aplicação de normas e ornamentos referentes a determinados estilos arquitetônicos do passado que serviam para reforçar o caráter da obra e/ou para dissimular e esconder problemas de projeto.

Por quase toda a sua história, o campo da arquitetura contou, para se reproduzir, com a transmissão de capital simbólico por meio de cadeias de mestres e pupilos e de redes de contatos pessoais. Em princípios do século XIX, o Estado francês criou um novo método de reprodução com a formação de uma escola cuja finalidade era treinar arquitetos, a École des Beaux-Arts. Ao longo dos 150 anos seguintes, o sistema de reprodução do campo foi sendo gradualmente inserido nos sistemas nacionais de educação superior. (STEVENS, 2003, p. 193).

42

### **A formação na Academia Real Militar**

A segunda metade do século XVIII luso foi marcada pelas chamadas *reformas pombalinas*. Durante o reinado de D. José I (1750-1777), o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo<sup>15</sup> governou absoluto. As transformações começaram por Lisboa, vitimada pelo terremoto de 1755, e atingiram fortemente a nobreza, a igreja e o ensino até então estabelecidos. Pombal expulsou os jesuítas e renovou a Universidade de Coimbra, aproximando-a da filosofia da Ilustração, baseada em Descartes, Locke e Newton. Com ajuda do Conde Lippe, reorganizou e regulamentou o exército, estabeleceu bibliotecas em todas as unidades militares e criou o Colégio Real dos Nobres para formar administradores do Estado. No campo da arquitetura militar, entre outras transformações, fomentou a adoção generalizada do texto de Bernard Belidor, *Novo curso de matemática, para uso dos oficiais engenheiros e de artilharia* (especialmente mandado traduzir para o português por Pombal). “*Fomentar, reconstruir, educar, regulamentar, vigiar e punir*, eis os verbos dominantes do vocabulário político do governo pombalino.” (LOPEZ; MOTA, 2008, p. 214).

<sup>15</sup> Secretário de Estado para Assuntos Estrangeiros (1750), Secretário de Estado do Reino – Primeiro Ministro (1755), Conde de Oeiras (1759) e Marquês de Pombal (1769).

Durante a *viradeira* (reação contra o despotismo do primeiro ministro português), que caracterizou a administração de D. Maria I (1777-1816), Pombal foi demitido de suas funções e exilado da Corte, mesmo assim suas reformas geraram frutos duradouros, tendo sido criadas a Aula de Desenho e Arquitetura Civil de Lisboa (1781) e a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho de Lisboa (1790) – originada da antiga Aula de Fortificação e Arquitetura Militar (1647) e da sua sucessora, a Academia Militar (1719).

A Real Academia apresentava uma estrutura dividida em dois anos de estudos de matemáticas (cursados em outra instituição), dois anos para o estudo das fortificações, ou arquitetura militar, e dois anos para o estudo da arquitetura civil. Os conteúdos eram ministrados por cinco lentes, cada um responsável por uma cadeira e auxiliado por um professor substituto (SOUZA, 2001). Tal estrutura foi adotada, a partir de 1792,<sup>16</sup> no Brasil, quando D. Maria I estabeleceu a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho do Rio de Janeiro (que veio a substituir a antiga Aula Militar e a Aula do Terço da Cidade).

O exame dos estatutos da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho do Rio de Janeiro, similares aos da congênere portuguesa, nos permite entrever uma mudança qualitativa da postura face ao ensino da arquitetura militar. O curso ampliou-se de cinco para seis anos, as disciplinas multiplicaram-se e institucionalizou-se definitivamente o ensino de matérias voltadas à Engenharia Civil, tal como definidas pela École des Ponts et Chaussées [...] (BUENO, 2001, p. 532).

A família real portuguesa e boa parte de sua corte desembarcaram no Brasil em 1808. Os acontecimentos políticos que antecederam e sucederam tal viagem são conhecidos. Os desdobramentos econômicos, culturais e educacionais também já foram estudados. Vejamos alguns deles. A primeira medida tomada pelo Príncipe Regente em solo brasileiro foi decretar a abertura dos portos às “nações amigas”, beneficiando diretamente a Inglaterra. Assim foi suprimido o monopólio de comércio e de navegação e, da mesma maneira, o Brasil tornou-se sede do reino e “sede” do comércio, integrado ao mercado mundial.

Até aquela data, em Portugal, o ensino formal de Arquitetura e Urbanismo estava centrado na Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho de Lisboa. No Brasil, os profissionais eram formados nas respectivas Aulas de Arquitetura Militar. Já vivendo no Brasil, em 1810, o príncipe D. João transformou a Real Academia em Academia Real Militar. Destinada a formar técnicos puros, fornecia um curso regular das ciências exatas e de observação, com duração de sete anos que, além de servir aos estudantes militares, era capaz de formar hábeis oficiais, com conhecimento suficiente para atuar em minas, caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas.<sup>17</sup> Para tanto, os professores foram equiparados aos da Faculdade de Matemática de Coimbra, de 1772. Manifestou-se, dessa maneira, o espírito que presidiu a educação do próprio Regente: “à formação ornamentalista, tradicional na Casa dos Bragança, teve associada uma

<sup>16</sup> Segundo levantado por Paulo Pardal, 17 de dezembro de 1792 é considerada a data de início formal dos cursos de engenharia no Brasil (PARDAL, 1985).

<sup>17</sup> Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810. Cria a Academia Militar do Rio de Janeiro. Reproduzida por Telles (1984).

educação em que o útil prevalece sobre o belo, à ciência sobre as letras.” (FONZAR, 1989, p. 42). Ou seja, primeiro preocupou-se com a formação dos técnicos, mais tarde com a formação dos artistas.

## A formação na Academia de Belas-Artes

Com a presença da corte no Brasil, foi necessário criar um sistema simbólico e funcional próprio e adequado. Esse sistema manifestou-se por meio da construção de edifícios monumentais, da modificação da arquitetura existente, do embelezamento urbano do Rio Colonial, do incentivo à atividade científica de conhecimento do país e do impulso a atividades culturais de grande alcance e ligadas à transferência de modelos europeus, como a organização da Capela Real; a fundação da Real Biblioteca, do Real Museu e do Horto Real; a criação do Observatório Astronômico; e a vinda da Missão Francesa, com o objetivo de aqui fundar a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios:

De um lado imagine-se uma série de artistas, formados pela Academia de Artes Francesa, no mais estrito estilo neoclássico, vinculados ao Estado napoleônico e inesperadamente desempregados. De outro, uma corte estacionada nos trópicos, longe, portanto, da metrópole européia e carente de uma representação oficial. Foi dessa maneira, e da conjunção dessas duas situações, que surgiu aquela que é hoje conhecida como a “Missão Francesa de 1816” – ou então a “colônia francesa”, denominação que naquele contexto se deu a tal grupo de artistas, o qual *aportou* no país no início do século XIX. (SCHWARCZ, 2008, p. 13).

44

Não deixa de ser

estranho que o Brasil tenha decidido adotar a matriz francesa de ensino de arquitetura num período em que este vinha sendo criticado na própria França por seu conservadorismo estético e principalmente por preparar profissionais sem conhecimentos suficientes para bem resolver os aspectos funcionais e tecnológicos dos edifícios. (SOUZA, 2001, p. 54).

No entanto, a contratação de artistas-professores franceses, como o arquiteto Grandjean de Montigny, respondia ao disposto no Despacho Real de 1816:

Atendendo ao bem comum que provém aos meus fiéis vassallos de se estabelecer no Brasil uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em que se promova e difunda a instrução e conhecimentos indispensáveis aos homens destinados não só aos empregos públicos da administração do Estado, mas também ao progresso da agricultura, mineralogia, indústria e comércio, de que resulta a subsistência, comodidade e civilização dos povos [...] fazendo-se, portanto necessário o estudo das belas-artes como aplicação referente aos ofícios mecânicos.<sup>18</sup>

<sup>18</sup> Documento reproduzido por Bandeira, Xexéo e Conduru (2003, p. 39).

A Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios foi oficialmente criada em 1816, no mesmo ano em que os integrantes da Missão Francesa desembarcaram no Brasil. Para cumprir os objetivos do Despacho Real, a Missão estava dividida em dois grupos: o do quadro superior (voltado para o ensino das artes puras) e o do quadro complementar (voltado para o ensino das artes mecânicas). Por inúmeros motivos, a Instituição não chegou a funcionar. Mesmo assim, várias vezes trocou de nome: Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil e Academia de Belas-Artes (Quadro 1.4). Em 1826, foi reorganizada e finalmente aberta com a denominação de Imperial Academia de Belas-Artes – já sem o conteúdo técnico-profissional e moldada segundo os padrões *Beaux-Arts*.

Uma comparação entre os dois primeiros nomes da escola, logo deixa perceber quanto à vaidade dos mestres franceses atuou para que o ensino artístico não se quedasse nas medidas que se denunciavam numa escola que às artes e às ciências acrescenta a presença de ofícios que iriam melhor acomodá-la à modéstia e à realidade do ambiente. Em vez disso a denominação academia e a indicação expressa de pintura, escultura e arquitetura civil no novo nome diz de como predominou a enfática vontade de repetir aqui o que era o ensino superior em Paris. (CAMPOFIORITO apud PEIXOTO, 2000, p. 320).

Da análise do Quadro 1.5, que contém a nomenclatura das disciplinas ministradas na Academia, de 1816 a 1931, com os seus respectivos primeiros professores, é possível identificarmos, pelo menos, cinco períodos na história da Instituição. O *primeiro* corresponde à chegada da Missão Francesa e à presença

**QUADRO 1.4** CRONOLOGIA DA ESCOLA DE BELAS-ARTES – RJ (1816-1965)

ANO	MÊS	DENOMINAÇÃO
1816	março	Chegada da Missão Francesa no Rio de Janeiro
1816	agosto	Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios
1820	outubro	Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil
1820	novembro	Academia de Belas-Artes
1826	novembro	Academia Imperial de Belas-Artes
1890	novembro	Escola Nacional de Belas-Artes
1931	abril	Escola Nacional de Belas-Artes da Universidade do Rio de Janeiro
1937	julho	Escola Nacional de Belas-Artes da Universidade do Brasil
		Escola Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil
1965	agosto	Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações contidas em Galvão (1954) e em Peixoto (2000).

no Rio de Janeiro de importantes mestres franceses que, no entanto, pouco contribuíram para o efetivo funcionamento da Instituição. O *segundo período* ocorreu a partir de 1820, quando a Academia foi dirigida pelo pintor português Henrique José da Silva que a fez funcionar precariamente, com a participação dos professores franceses restantes (Grandjean e Debret).

Pelos Decretos de 1816, 1826 e 1831, o ensino de cada arte seria feito, integralmente, por um só professor. Assim, para o estudo da arquitetura os alunos deveriam provar apenas o conhecimento do desenho do natural e a frequência às aulas de geometria elementar e ótica na Academia Militar [...] O caso é que o mestre Grandjean de Montigny foi professor único de sua arte durante muitos anos, e tendo a seu cargo todo o ensino [formou significativo número de arquitetos]. (GALVÃO, 1954, p. 72).

46 Félix Emilio Taunay dirigiu a Academia de 1834 a 1851, sendo responsável pela implantação do *prêmio de viagem*. Em 1854, foi aprovado o projeto de reforma da Instituição<sup>19</sup> que, entre outras coisas, passou a exigir a elaboração dos programas das disciplinas a serem ministradas em conformidade com a orientação acadêmica da escola. Por outro lado, os conteúdos de desenho geométrico e de ornatos e de matemática aplicada passaram a ser exigidos para o estudo da arquitetura. A reforma foi coordenada pelo diretor pintor e arquiteto Manoel Araújo de Porto Alegre (1854-57). “O objetivo era conformar pela primeira vez um método de ensino, fazendo da Academia uma instituição com currículo, disciplinas e método compartilhados por todos os docentes.” (SQUEFF, 2004, p. 178). É importante lembrar que, até então, cada professor era o responsável pelo ensino completo de sua área, o que era realizado com total independência. Uma vez proclamada a República, o novo governo tratou de discutir o modelo educacional vigente e uma comissão de professores foi constituída para, novamente, reformar a Instituição.<sup>20</sup> O *terceiro período* corresponde às administrações do engenheiro Ernesto Gomes Moreira Maia (1871-1890) e do escultor Rodolfo Bernardeli (1890-1914), quando a Academia passou a ser chamada de Escola Nacional de Belas-Artes (Enba), várias disciplinas foram criadas e um novo edifício-sede foi construído<sup>21</sup> (tudo acompanhado de muita polêmica). O *quarto período* foi de relativa tranquilidade, todo ele balizado por inúmeras ações governamentais que colocaram em evidência a Arquitetura e Urbanismo então defendidos pela Escola, a exemplo da construção e inauguração de Belo Horizonte (de 1894 a 1897), da reforma urbana de Pereira Passos no Rio de Janeiro (de 1902 a 1906), do concurso de fachadas para a Avenida Central (1903) e da publicação da primeira revista brasileira sobre arquitetura, *Architectura no Brasil* (1921). O *quinto período* será analisado juntamente com a Revolução de 30, e ficou conhecido como o da Reforma de Lucio Costa, diretor de dezembro de 1930 até setembro de 1931.

Quando da Proclamação da República, só existia um curso formando arquitetos no Brasil, o da Escola de Belas-Artes; e um curso formando engenheiros civis, o da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Estava então estabelecido um sistema educacional caracterizado pela existência de escolas fundamentais

<sup>19</sup> Denominada de *Reforma Pedreira*, em homenagem a José Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império que a promoveu.

<sup>20</sup> Denominada de *Reforma Benjamin Constant*, em homenagem ao ministro da Instrução Pública que a promoveu.

<sup>21</sup> Projeto pelo arquiteto, formado pela Escola de Belas-Artes de Paris, Adolpho Morales de Los Rios, em 1908.

avulsas, de responsabilidade das províncias; e de escolas isoladas de nível superior, de responsabilidade do poder central (como as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador, e a de Engenharia do Rio de Janeiro). Na Bahia, desde 1877, funcionou uma Academia de Belas-Artes, fundada por Miguel Navarro y Cañizares (denominada de Escola de Belas-Artes da Bahia, por força da reforma do ensino secundário e superior da República, em 1891).<sup>22</sup> Mas havia ainda uma outra maneira de formar arquitetos, aquela que se desenvolvia no interior das escolas profissionalizantes, os Liceus de Artes e Ofícios.

### A formação nos Liceus de Artes e Ofícios

Os liceus de artes e ofícios nasceram da iniciativa de entidades da sociedade civil, mantidas por recursos oriundos dos seus sócios ou de doações de benfeitores, e objetivavam formar ou treinar mão de obra especializada em determinadas áreas (CUNHA, 2000; MANFREDI, 2002). Os primeiros liceus brasileiros foram o do Rio de Janeiro<sup>23</sup> (fundado em 1856), o de Salvador<sup>24</sup> (1872), o de Recife<sup>25</sup> (1880), o de São Paulo<sup>26</sup> (1882), o de Maceió<sup>27</sup> (1884) e o de Ouro Preto<sup>28</sup> (1886). “O acesso era livre, exceto para os

**QUADRO 1.5** DISCIPLINAS DA ACADEMIA DE BELAS-ARTES (1816-1931)

(Continua)

NÚMERO	DISCIPLINAS E DENOMINAÇÕES	ANO	PRIMEIRO PROFESSOR E PERÍODO DE ENSINO
1	Paisagem, flores e animais	1816	Nicolau Antonio Taunay (1816-21)*
2	Pintura histórica	1816	Jean Baptiste Debret (1816-31)*
3	Escultura (1816) - Estatuária (1855)	1816	Auguste Maria Taunay (1816-24)*
4	Gravura	1816	Charles Simon Pradier (1816-18)*
5	Arquitetura	1816	Grandjean de Montigny (1816-50)
6	Desenho elementar (1820) – Desenho figurado (1855) – Desenho artístico (1846)	1820	Henrique José da Silva (1820-34)
7	Aula do nu (1820) – Desenho de modelo vivo (1831), Funcionamento regular só a partir de 1890	1820	João Zeferino da Costa (1890-93)

<sup>22</sup> Em 1948, a Escola de Belas-Artes foi incorporada à Universidade Federal da Bahia.

<sup>23</sup> O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi criado pela Sociedade Propagadora das Belas-Artes, por iniciativa do arquiteto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva (ex-aluno de Grandjean de Montigny).

<sup>24</sup> O Liceu de Artes e Ofícios de Salvador foi criado pela Associação Liceu de Artes e Ofícios (de 1872).

<sup>25</sup> O Liceu de Artes e Ofícios de Recife foi criado pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco (de 1836).

<sup>26</sup> O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo foi criado pela Sociedade Propagadora de Instrução Popular (de 1873). A partir de 1890, o arquiteto Francisco Ramos de Azevedo começou a reorganizar o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, objetivando, em curto prazo, criar a Escola de Belas-Artes local.

<sup>27</sup> O Liceu de Artes e Ofícios de Maceió foi criado pela Associação Protetora de Instrução Popular, de 1884.

<sup>28</sup> O Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto foi criado pela Sociedade Artística Ouropretana, de 1886.

NÚMERO	DISCIPLINAS E DENOMINAÇÕES	ANO	PRIMEIRO PROFESSOR E PERÍODO DE ENSINO
8	Osteologia, miologia e fisiologia das paixões. Anatomia e fisiologia artísticas	1832	Joaquim Cândido Soares de Meireles (1837-56)
9	Matemáticas aplicadas (1854-1890)	1854	José Joaquim de Oliveira (1854-1861)
10	História das Belas-Artes, estética e arqueologia (1854) – História das artes (1890) – História das artes e estética (1946)	1854	Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1869-90)
11	Desenho de ornatos (1855-1890)	1855	João Maximiano Mafra (1856-90)
12	Escultura de ornatos, estatuária e modelagem	1855	Honorato Manoel Lima (1855-63)
13	Desenho geométrico (1855) – Desenho geométrico, plantas e desenho topográfico (1890) – Desenho geométrico, noções de topografia e desenho topográfico (1901) – Desenho geométrico, exercício de aguadas e de topografia (1911) – Desenho geométrico e aguadas (1915)	1855	Ernesto Gomes Moreira Maia (1855-88)
14	Pintura (1890) – 1ª Cadeira de Pintura (1946)	1890	Rodolfo Amoedo (1890-1906)
15	Pintura (1890) – 2ª Cadeira de Pintura (1946)	1890	Henrique Bernardeli (1890-1906)
16	História da arquitetura, legislação espacial (1890) – História e teoria da arquitetura e sua legislação e higiene das habitações (1901) – Noções de economia política e de direito administrativo e jurisprudência das construções (1911) – Legislação da construção (1915) – Legislação das construções, contratos e administração (1932)	1890	Diogo Chalréo (1911-32)
17	Elementos de arquitetura decorativa e desenho elementar de ornatos (1890) – Desenho de ornatos e de elementos de arquitetura e composições elementares (1911) – Arquitetura analítica (1931)	1890	Heitor de Cordovile (1890-1904) e Adolfo Morales de los Rios (1905-20)
18	Cálculo e mecânica, materiais de construção e sua resistência	1890	João Eduardo Barbosa (1891-1901)
19	Estereotomia (1890-1911). Em 1911 foi incorporada a Materiais de construção	1890	Sante Bucciarelli (1890)
20	Geometria descritiva (1890) – Perspectiva, sombras e estereotomia (1901)	1890	Sante Bucciarelli (1890-94), Adolfo Morales de Los Rios (1901-05) e Gastão Bahiana (1905-11)

NÚMERO	DISCIPLINAS E DENOMINAÇÕES	ANO	PRIMEIRO PROFESSOR E PERÍODO DE ENSINO
21	Mitologia (1890-1911)	1890	Raul D'Ávila Pompéia (1890-95)
22	Arqueologia, etnografia (1890-1901)	1890	Charles Gustave Paille (1892-1893)
23	Ciências naturais, física e química aplicadas às artes (1890) – História natural, física e química aplicadas às artes (1911-31)	1890	Cincinato Américo Lopes (1891-94)
24	História e teoria da arquitetura (1892) – Teoria e filosofia da arquitetura (1928)	1892	Carlo Parlagreco (1892-1993) e Adolfo Morales de los Rios Filho (1928-38)
25	Materiais de construção, tecnologia das profissões elementares (1901) – Materiais da construção, estudo experimental de sua resistência e tecnologia das profissões elementares (1911)	1901	José Pereira da Graça Couto (1901-1930)
26	1ª Cadeira de Desenho	1911	Modesto Brócos y Gómez (1911-34)
27	2ª Cadeira de Desenho	1911	Lucílio de Albuquerque (1911-39)
28	Matemática complementar	1915	Carlo Cianconi (1915-23)
29	Composição de arquitetura, grau mínimo (1931) – Pequenas Composições (19??)	1931 **	Paulo Ewerard Nunes Pires (1931-46) e Affonso Eduardo Reidy (1931)
30	Urbanismo	1931 **	Atilio Correa Lima (1931-37)
31	Física aplicada às construções, higiene das habitações (1931) – Higiene das habitações e saneamento das cidades (1934)	1931 **	Dulcídio Almeida Pereira (1932-34) e Lucas Mayerhofer (1934)
32	Artes aplicadas, tecnologia, composição decorativa (1931) – Arte decorativa (1933).	1931 **	Roberto Lacombe (1932-37)
33	Arquitetura analítica I e II (antiga Elementos de arquitetura decorativa, de 1890)	1931 **	Raul Pena Firme (1932) e Wladimir Alves de Souza (1933)

\* Indica a contribuição francesa de 1816.

\*\* Indica a reforma de Lucio Costa.

Fonte: Quadro elaborado a partir de Galvão (1954).

escravos. As matérias que constituíam os cursos eram divididas em dois grupos, o de ciências aplicadas e o de artes.” (MANFREDI, 2002, p. 78). O primeiro grupo reunia os conteúdos de aritmética, álgebra, geometria (plana, espacial, descritiva e estereotômica), física, química e mecânica. Já o segundo grupo compreendia o estudo de desenho da figura humana, desenho geométrico, desenho ornamental, desenho de máquinas, desenho de arquitetura civil e regras de construção, desenho de arquitetura naval e regras de construção, escultura de ornatos, além de cerâmica, gravura, xilogravura, pintura e outras técnicas (CUNHA, 2000, p. 124).

No campo das escolas de ofício, vale ainda destacar a experiência teuto-gaúcha da *Gewerbe Schule*<sup>29</sup> criada, em 1914, pela Sociedade de Utilidade Pública *Gemeinnützigen Verein* de Porto Alegre. Coordenada pelo arquiteto Theo Wiederspahn, a escola fazia da arquitetura e da construção o cerne de suas preocupações didáticas (WEIMER, 2003, p. 241).

### **A formação do engenheiro arquiteto**

**50** O exame da evolução da educação institucionalizada mostra que, no Brasil, o ensino de Arquitetura e Urbanismo tem duas vertentes principais. São elas: uma originária da Escola Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro; e outra da Escola Politécnica, em São Paulo (MOTTA, 1977). No entanto, “diferentemente de Paris ou Rio de Janeiro, onde os arquitetos eram formados em uma escola integrada ao ensino artístico, em São Paulo a arquitetura veio a ser estudada como uma das especialidades da engenharia” (FICHER, 2005, p. 25) (formava-se engenheiros-arquitetos preparados para projetar e construir edificações).

A Escola Politécnica de São Paulo foi fundada em 1894. No mesmo ano foi aprovado o curso de engenheiro-arquiteto, que passou a funcionar em 1896. A estrutura didática da Politécnica estava organizada segundo dois momentos: o do curso fundamental (curso preliminar + curso geral em três anos) e o dos cursos especiais (engenharia civil, arquitetura, industrial, com duração de três anos; e agrônomo, com quatro anos) (FICHER, 2005). Assim, a arquitetura era uma das opções à disposição dos alunos após a conclusão do fundamental. Ou seja,

a estrutura que então se adotava em São Paulo não era análoga ao sistema preconizado pela École Polytechnique de Paris. Apenas o curso fundamental correspondia à organização da escola francesa [...] Na Politécnica seguiu-se bem mais o sistema germânico [sequencial e unificado]. (FICHER, 2005, p. 25).

Esse sistema era provavelmente baseado na estrutura da Polytechnikum de Karlsruhe (1832).

Era um curso com alguma formação humanística aplicada, focalizando os problemas da Arquitetura e também os das cidades, quando apenas se começava a usar a palavra Urbanismo. Mas não há

<sup>29</sup> Escola de Ofícios, com nome oficial de Escola Profissional Dominical e Noturna.

dúvida de que todos os problemas de projeto eram examinados com os alunos, inclusive os de desenvolvimento tecnológico, com destaque para o uso do concreto. (REIS FILHO, 1996, p. 60).

Os docentes estavam divididos em três categorias: a dos *lentes catedráticos* (responsáveis pelas cátedras ou cadeiras), a dos *lentes substitutos* (responsáveis pela repetição do conteúdo da cátedra), e a dos *professores de aulas* (responsáveis por conteúdos de caráter prático, os “exercícios”).

No final do século XIX, pelo menos três outros cursos passaram a formar arquitetos no Brasil. Em 1896, foi fundada a Escola de Engenharia de Porto Alegre, ofertando cinco cursos independentes, entre eles o de Arquitetura (com diploma de engenheiro civil). No entanto, o curso foi extinto em 1908 (ROVATTI; PADÃO, 2002). Em 1911, houve uma reforma curricular e os cinco cursos pioneiros foram integrados ao de Engenharia Civil. Ainda em 1896, foi fundada a Escola de Engenharia do Mackenzie College, em São Paulo. Na cidade de Salvador, em 1897, foi criada a Escola Politécnica da Bahia, igualmente formando arquitetos.

## **A Universidade do Rio de Janeiro e a organização profissional na década de 20**

**51**

Conforme o *Relatório sobre o Ensino de Arquitetura no Brasil*, “o ensino superior se desenvolveu, no Brasil, de modo fragmentário, sem as características aglutinadoras de Universidade, apesar das inúmeras tentativas feitas na Colônia, no Império e nos primórdios da República” (Abea, 1977a, p. 41).

Apenas em 7 de setembro de 1920, por meio de um decreto do presidente Epitácio Pessoa, foi instituída a primeira universidade do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro – criada a partir da reunião da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito. Portanto, a Escola Nacional de Belas-Artes (Enba), que então formava os artistas e arquitetos, não foi incluída entre as unidades acadêmicas que geraram a Universidade pioneira.

O interesse manifesto dos profissionais da Arquitetura e Urbanismo pelo acompanhamento das condições do ensino e formação profissional consistiu em importante indicador para a compreensão dos aspectos definidores da profissão no Brasil, forjados ao longo do século XX e que direcionaram a estratégia de afirmação e de expansão da Arquitetura e Urbanismo no meio social.

Essa estratégia, fundada, por um lado, na necessidade de ampliação do contingente de profissionais, impulsionou a luta pela criação de novas escolas e cursos que estivessem adequados, do ponto de vista da concepção e estrutura curricular, à formação de novas gerações comprometidas com o desafio de uma maior inserção política e cultural da profissão no país. Por outro lado, baseando-se no

reconhecimento da crescente diferenciação de atividades e interesses dos profissionais, essa estratégia estimulou a organização nacional dos arquitetos e urbanistas. Em 1911, foi fundada a Sociedade dos Arquitetos e Engenheiros de São Paulo; em 1921, o Instituto Brasileiro de Arquitetura, no Rio de Janeiro; e, em 1922, a Sociedade Central dos Arquitetos, também no Rio. Por fim, resultou, a partir da criação do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em 1924<sup>30</sup>, na construção das três principais entidades nacionais que, meio século depois, atenderiam às demandas específicas e representariam politicamente o segmento profissional – com a incorporação da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea) e da Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA).

Nesse percurso, o ensino, entendido como parte constitutiva do universo da Arquitetura e Urbanismo, mereceu por parte dos profissionais da área contínua atenção. Foi tema presente desde as primeiras reuniões promovidas pela categoria. A questão do ensino integrou-se à busca de afirmação da profissão com a luta pela constituição dos cursos específicos de Arquitetura e Urbanismo desvinculados, portanto, das Engenharias e Belas-Artes.

Ainda na década de 1920, Pedro Augusto Gomes Cardim apresentou o projeto de criação da Academia de Belas-Artes de São Paulo, que passou a funcionar, em 1926, ofertando cursos de pintura e escultura (FEBASP, 2005). Em 1928, foi criado o Curso de Arquitetura da Academia de Belas-Artes – o primeiro a formar arquitetos e não engenheiros-arquitetos no Estado de São Paulo. Por fim, em 1930, foram fundadas a Escola de Belas-Artes e a Escola de Arquitetura de Belo Horizonte (UFMG, 1970).

---

<sup>30</sup> Em 1921 um grupo de 27 arquitetos fundou na Enba, no Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Arquitetura. Em 1922, surgiu a Sociedade Central dos Arquitetos, a partir de uma cisão do grupo anterior. Em 1924, a reaproximação dos dois grupos originou o Instituto Central dos Arquitetos. Em 1934, a partir de uma reforma estatutária passou a se chamar Instituto de Arquitetos do Brasil, denominação que permanece até hoje.

## **CAPÍTULO 2**



# O RECONHECIMENTO SOCIAL DA PROFISSÃO DE ARQUITETO E URBANISTA

55

## A Revolução de 30 e as primeiras reformas

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder inaugurou uma nova etapa da história do Brasil. Trabalhando com habilidade as diferentes correntes e formas de pensamentos que lhe davam sustentação política, Getúlio realizou uma série de modificações estruturais, entre as quais devemos destacar as ocorridas no campo da educação.

Por meio do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, o Governo Provisório criou o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (Mesp) (BRASIL, 1930). O jurista Francisco Campos – que havia se destacado na administração da educação em Minas Gerais e que estava comprometido com a Igreja Católica e com a Legião de Outubro<sup>31</sup> – assumiu a nova pasta. “Com a Revolução de 1930, alguns dos reformadores educacionais da década anterior passaram a ocupar cargos importantes na administração do ensino. Procuraram, então, colocar em prática as ideias que defendiam” (PILETTI; PILETTI, 1997, p. 175).

No mesmo ano da Revolução de 1930, o arquiteto e urbanista Lucio Costa, então com 28 anos de idade, foi nomeado diretor-interventor da Escola Nacional de Belas-Artes (Enba), tendo sido exonerado

<sup>31</sup> Organização fascista que apoiava o governo revolucionário e que, em Minas, foi chamada de Legião Liberal Mineira.

do cargo nove meses depois<sup>32</sup>. À frente da Escola, buscou reestruturar o ensino, tanto do ponto de vista de sua organização quanto de sua orientação. Lucio Costa pretendia “proporcionar aos seus alunos uma opção entre o ensino acadêmico, ministrado por professores catedráticos, que seriam mantidos em suas funções, e o ensino ministrado por elementos mais jovens, identificados com o espírito moderno.” (BRUAND, 1981, p. 72). Para tanto, suprimiu conteúdos, como os de história natural; adotou uma orientação modernista em detrimento da academicista; criou novas disciplinas (Quadro 2.1); e afastou professores e contratou outros, como Gregori Warchavchik (34 anos), Atílio Correia Lima (29), Alexander Buddeus (30),<sup>33</sup> Emílio Baumgart (40) e Affonso Eduardo Reidy (21).

Cabe registrar ainda, pela relevância que apresentaria para a futura atuação e nomenclatura profissional e conseqüentemente para a área de ensino, que “[...] foi nesta reforma que se incluiu a cadeira de Urbanismo, antes desconhecida da maioria.” (BITTAR, 2009).

A reforma promovida por Lucio Costa na Enba está por merecer um estudo detalhado, inclusive a respeito de seus reais desdobramentos:

56

Embora tenha durado pouco [...] e nada tenha restado da reestruturação após a saída de Lucio Costa, esse período foi marcante o suficiente para que uma geração de futuros arquitetos tivesse consciência das transformações em curso na Arquitetura e Urbanismo mundial – consciência impensável numa estrutura conservadora como a que prevaleceu. (SEGAWA, 1997, p. 79).

Em 1931, passados onze anos da criação da primeira universidade brasileira, Francisco Campos aprovou o primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras e apresentou os motivos para a reforma do ensino superior. Segundo o ministro (CAMPOS apud FÁVERO, 2000), faltava para complementar à envergadura universitária da “antiga” Instituição carioca o elemento artístico. Lacuna que foi preenchida com a incorporação da Escola de Belas-Artes e do Instituto Nacional de Música. Também foram incorporadas à Universidade a Faculdade de Educação, Ciências e Letras (que buscava resolver um outro problema: o da falta de professores ou dos professores autodidatas) e a Escola de Minas de Ouro Preto (para reforçar o ensino de Engenharia).

Na reforma Campos, o currículo da Politécnica carioca foi bastante alterado. Entre outras providências, “as duas cadeiras de Materiais de Construção, Tecnologia das Profissões Elementares e de Arquitetura, Higiene e Saneamento foram desmembradas para o fim de constituir três novas cadeiras” (FÁVERO, 2000, p. 44): 1. Materiais de Construção, 2. Construção Civil e Arquitetura e 3. Higiene Geral e Saneamento (sem os

<sup>32</sup> Convidado pelo ministro Francisco Campos e indicado por seu chefe de gabinete Rodrigo de Melo Franco de Andrade. Assumiu em dezembro de 1930 e foi exonerado em 10 de setembro de 1931. O arquiteto Archimedes Memória assumia a direção da Escola em 19 de setembro do mesmo ano.

<sup>33</sup> “Alexander S. Buddeüs era alemão... O arquiteto deve ter chegado ao Rio de Janeiro com cerca de trinta anos, no final da década de 20, pois em 1930 já possuía pelo menos um edifício construído no Rio de Janeiro.” (AZEVEDO, 2007).

conteúdos de história da arquitetura e com ênfase no traçado das cidades). A estrutura curricular da Escola Nacional de Belas-Artes também foi modificada. O curso ganhou autonomia – denominado de Escola –, foi reorganizado ao longo de cinco anos e disciplinas foram criadas. Sobre a nova estrutura, manifestou-se Francisco Campos:

A seriação proposta obedece, rigorosamente, à necessidade de transferir o Curso de Arquitetura da fase rudimentar em que tem vivido entre nós, a um plano mais elevado, em que se satisfaçam, a um só tempo, a exigência de uma base científica sólida e segura, bem como as de uma formação técnica e artística, com raízes profundas em formação cultural de amplos e claros horizontes. (FÁVERO, 2000, p. 48).

Em 1931, o Decreto nº 19.851 criou o Conselho Nacional de Educação (CNE) e equiparou as universidades estaduais ou livres às federais para efeitos de concessão de títulos e fiscalização por parte do governo federal (BRASIL, 1931a). Por sua vez, o Decreto nº 19.852 organizou a Universidade do Rio de Janeiro (BRASIL, 1931b). A Enba ministrava dois cursos didaticamente autônomos: o de Arquitetura e o de Pintura e Escultura. Para cursar Arquitetura passou a ser exigida a idade mínima de 17 anos, a comprovação de “sanidade e idoneidade moral”, além da aprovação no exame prévio de admissão (focado no desenho figurado e geométrico). Por fim, o curso foi organizado conforme a grade curricular apresentada no Quadro 2.1.

**QUADRO 2.1** GRADE CURRICULAR DO CURSO DE ARQUITETURA DA ESCOLA NACIONAL DE BELAS-ARTES (ENBA/RJ) (1931)

(Continua)

ANO	DENOMINAÇÃO
1º	I. Matemática Superior II. Geometria Descritiva III. Elementos de Construção IV. Arquitetura Analítica (1ª Parte) V. Desenho (1ª Parte) VI. Modelagem (1ª Parte)
2º	I. Resistência dos Materiais (1ª Parte) II. Sistemas e Detalhes de Construção (1ª Parte) III. Materiais de Construção IV. Arquitetura Analítica (2ª Parte) V. Desenho (2ª Parte) VI. Modelagem (2ª Parte)
3º	I. Resistência dos Materiais (2ª Parte) II. Sistemas e Detalhes da Construção (2ª Parte) III. História das Belas-Artes IV. Artes Aplicadas (1ª Parte) V. Teoria da Arquitetura (1ª Parte) VI. Composição de Arquitetura (grau mínimo)

**QUADRO 2.1** GRADE CURRICULAR DO CURSO DE ARQUITETURA DA ESCOLA NACIONAL DE BELAS-ARTES (ENBA/RJ) (1931)

(Conclusão)

ANO	DENOMINAÇÃO
4º	I. Física Aplicada às Construções II. Estilo III. Artes Aplicadas (2ª Parte) IV. Teoria da Arquitetura (2ª Parte) V. Composição de Arquitetura (grau médio)
5º	I. Urbanismo II. Topografia – Arquitetura Paisagista III. Legislação das Construções IV. Composição de Arquitetura (grau máximo)
Concurso Final (grau máximo)	

Fonte: Quadro elaborado a partir do Decreto nº 19.852 (BRASIL, 1931b).

**58** Em julho de 1934, Gustavo Capanema assumiu o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (Mesp). Sua nomeação resultou de um acordo de apoio mútuo estabelecido entre a Igreja Católica (via Alceu Amoroso Lima) e o governo federal (via Francisco Campos) (SCHWARTMAN; BOMENY; COSTA, 1984). Acordo que se desdobrou na aprovação das chamadas emendas religiosas, como a facilitação para a implantação do ensino religioso em todo o país e o apoio para a fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre outras medidas.

Ainda no campo do ensino superior, Gustavo Capanema trabalhou no ambicioso projeto da Universidade do Brasil, que apostava na real integração das diferentes unidades de ensino acadêmico a partir da construção de uma Cidade Universitária<sup>34</sup> e da criação de uma unidade aglutinadora, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Capital. A primeira iniciativa nessa linha coube ao governo paulista, que em 1934, instituiu a Universidade de São Paulo, centrada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (SCHWARTMAN; BOMENY; COSTA, 1984). No Rio de Janeiro, Anísio Teixeira tratava de estruturar a futura, e de vida breve, Universidade do Distrito Federal (1935-1938). A Universidade do Brasil foi finalmente criada em 1937, pela Lei nº 452 de 5 de julho, incorporando em sua estrutura inicial a Escola Nacional de Arquitetura, a Escola Nacional de Belas-Artes e a Escola Nacional de Engenharia (ex-Escola Politécnica) (BRASIL, 1937).

<sup>34</sup> A realização dos primeiros projetos para a Cidade Universitária desdobrou-se na participação de arquitetos como Marcello Piacentini, Vitorio Morpurgo, Le Corbusier e Lucio Costa.

## A regulamentação do exercício profissional em 1933

A primeira Constituição Republicana, a de 1891, em seu Título IV, art.72, §24, garantiu a todo o cidadão brasileiro e aos estrangeiros residentes no país o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial (BRASIL, 1891). Assim, até 1933, o exercício da Arquitetura e Urbanismo foi livre. Por exemplo, ao se analisar as biografias dos “arquitetos e construtores” que trabalharam no Rio Grande do Sul, é possível identificar inúmeros atores com ou sem formação institucionalizada (WEIMER, 2004). Encontraremos o *irmão jesuíta* Antônio Sepp que deixou registrado como projetou e ergueu o templo e a missão de São João Batista (1697); o *arquiteto militar* José da Silva Paes, que construiu fortes no Rio de Janeiro, Santos e Santa Catarina e fundou a primeira vila do Rio Grande (1737); o *estudante* de arquitetura militar Manuel Vieira Leão, autor da matriz da vila de São Pedro (1755); o *desenhista e aquarelista* Dominique Pineau, projetista da Escola Eliseu Maciel de Pelotas (1881); o *engenheiro de estradas, arquitetura e hidráulica* Manoel Itaquí, professor de arquitetura na Escola de Engenharia; e o *arquiteto* – registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura (CREA) como *construtor licenciado* – Theodor Wiederspahn, responsável por algumas das mais importantes edificações do Estado (de 1908 a 1952); entre muitos outros construtores, mestres de obras, canteiros, carpinteiros, empreiteiros, ou simplesmente proprietários.

Na década de 1920, começaram a surgir as primeiras leis estaduais sobre o tema da regulamentação profissional. Os arquitetos e urbanistas passaram a discutir a construção de uma estrutura própria de acompanhamento e fiscalização do exercício profissional em seus vários aspectos. Em 1932, o Sindicato Nacional de Engenharia apresentou diretamente ao Ministro do Trabalho, Joaquim Pedro Salgado Filho, um anteprojeto de lei. E, em 11 de dezembro de 1933, foi promulgado por Getúlio Vargas, o *Decreto nº 23.569*, que regulamentou o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor (BRASIL, 1933).

A partir de 1933, o exercício profissional passou a ser permitido somente para: os diplomados pelas Escolas ou Cursos de Engenharia, Arquitetura ou Agrimensura oficiais; os habilitados cujos diplomas tenham sido reconhecidos em virtude de lei federal; os diplomados por escolas ou institutos técnicos superiores estrangeiros e que tenham revalidado os seus diplomas, de acordo com a legislação federal do ensino superior; e os diplomados por escolas ou institutos estrangeiros que tenham registrado seus diplomas até 18 de junho de 1915, de acordo com o Decreto nº 3.001, de 9 de outubro de 1880 (BRASIL, 1880), ou os registraram consoante o disposto no art. 22, da Decreto nº 4.793, de 7 de janeiro de 1924 (BRASIL, 1924).

O Decreto de 1933 definiu também que os profissionais só poderiam exercer legalmente a Engenharia, Arquitetura ou a Agrimensura, após o prévio registro de seus títulos, diplomas, certificados-diplomas e cartas no Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (Mesp) ou de suas licenças

no, então criado, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura (Confea)<sup>35</sup> – a ser apoiado pelos Conselhos Regionais (responsáveis por examinar os polêmicos requerimentos e processos de registro de licenças profissionais)<sup>36</sup>.

Conforme o art. 30 do Decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933, ao arquiteto ou engenheiro-arquiteto cabia: a) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares; b) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras que tenham caráter essencialmente artístico ou monumental; c) o projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo; d) o projeto, direção e fiscalização das obras de arquitetura paisagística; e) o projeto, direção e fiscalização das obras de grande decoração arquitetônica; f) a arquitetura legal, nos assuntos mencionados nas alíneas a e c do artigo; e, finalmente, g) perícias e arbitramentos relativos à matéria de que tratam as alíneas anteriores.

Os arquitetos e o ensino de Arquitetura saíram deste processo bastante prejudicados. Não se compreendeu o papel que os arquitetos teriam que desempenhar nesse momento histórico. Na verdade prevaleceu o conceito que o tipo de formação da antiga Academia de Belas-Artes tinha criado para o arquiteto. Uma espécie de técnico menor, um desenhador, ignorante das exigências da lei da gravidade e do comportamento das estruturas. (ARTIGAS, 1977, p. 32).

**60** Instituído como um sistema multiprofissional com câmaras especializadas e articulado com os Conselhos Regionais, a criação do Confea significou um revés na luta pelo desenvolvimento autônomo da profissão.

É preciso assinalar que o processo de institucionalização da profissão (a começar pela regulamentação inicial, em 1933) se dá paralelamente à adoção e difusão entre os arquitetos brasileiros da teoria e do estilo específico de arquitetura sustentados pelo chamado movimento internacional de arquitetura moderna, deslanchado na Europa no início do século. A concomitância de ambos os processos – de diferenciação e de ordenamento legal, a nível institucional, e de renovação de princípios teóricos e do estilo, ao nível sócio-cultural – fez com que o sistema de crenças do arquiteto brasileiro se formasse paulatinamente dentro do novo marco: o modernismo, razão porque pretendemos buscar nos “pioneiros” desse movimento, no Brasil, os elementos da matriz da ideologia ocupacional. (DURAND, 1972, p. 26).

Sem contar com uma representação paritária entre as profissões, o campo da Arquitetura e Urbanismo até hoje é em várias circunstâncias considerado como mais uma das inúmeras “modalidades” da Engenharia. As perspectivas de saída desse sistema multiprofissional e a criação de um organismo

<sup>35</sup> “Em sua concepção atual, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia é regido pela Lei nº 5.194 de 1966, e representa também os geógrafos, geólogos, meteorologistas, tecnólogos dessas modalidades, técnicos industriais e agrícolas e suas especializações, num total de centenas de títulos profissionais.” (AFONSO; FLEURY, 2009).

<sup>36</sup> Ver exemplos de situações equivocadas causadas por este procedimento em Weimer (2004).

próprio ressurgem, desde então, nos períodos de intensificação de contatos e discussões na categoria profissional.

Segundo o *Relatório Nacional sobre o Ensino da Arquitetura e Urbanismo*:

As duas primeiras atribuições, relativas à construção e ao urbanismo (definidas no Dec. Lei 23.569) são também partilhadas com os engenheiros civis. Esta superposição funcional no campo da atividade dessas profissões resulta da consideração, pelo legislador, da arquitetura como uma das várias especializações da engenharia. Esta concepção, normal para o país na época, quando ainda era válido o conceito consciente do Engenheiro Politécnico, está já totalmente ultrapassada. É implícita no reconhecimento pelo Governo da necessidade de criação das Faculdades de Arquitetura, inteiramente separadas das escolas de Engenharia, com a função precípua de formar arquitetos, mas não traduzida em diploma legal caracterizando a arquitetura como atividade própria e com características perfeitamente definidas cujo exercício é privativo daqueles que receberam formação especializada. Os arquitetos estão há longo tempo, através de seu órgão de classe, o Instituto de Arquitetos do Brasil, empenhados em luta tenaz pela revisão da referida regulamentação para definir o exercício da arquitetura como apanágio dos arquitetos. (CESAR, 1961).

## **A autonomia dos cursos e o prestígio da profissão**

Do ponto de vista do ensino, já nas primeiras décadas do século XX, observava-se um descontentamento entre os profissionais e estudantes dos cursos voltados para a formação em Arquitetura e Urbanismo no interior das escolas de Belas-Artes ou de Engenharia. A integração entre o ensino e a profissão foi um elemento fundamental na luta pela constituição das primeiras escolas de Arquitetura e Urbanismo autônomas, berços dos primeiros cursos de formação acadêmica na área, acabando por definir conjuntamente uma concepção de ensino e formação na área, cujos traços podem ser percebidos até hoje.

A realização do I Congresso Nacional de Arquitetura, em 1945, no Rio de Janeiro, impulsionou vigorosamente essa demanda ao propiciar simultaneamente a reorganização do IAB e por apresentar como principal deliberação do evento o engajamento profissional na fundação de novas faculdades de Arquitetura e Urbanismo autônomas.

O que se pode chamar de luta pela autonomia do ensino de Arquitetura teve sua fase mais intensa entre 1947 a 1960, tendo se iniciado na Politécnica e no Mackenzie, São Paulo, estendendo-se posteriormente a outros Estados. Foi nesse período que amadureceram as diretrizes básicas do ensino que até hoje, vem sendo aplicadas. Os primeiros modelos de ensino evoluíram de uma posição acadêmica (tradição Belas-Artes) e tecnocrática (tradição Politécnica) para uma posição modernista, no sentido estético, influenciada pela Bauhaus e por Le Corbusier e, ao mesmo tempo, voltada para uma compreensão mais ampla dos problemas da construção no país. (ARTIGAS, 1977, p. 53).

Essa conexão passou a acompanhar a evolução histórica da profissão no país, comparecendo como questão de relevo nos momentos em que se buscou definir novos currículos, novas estruturas e práticas didático-pedagógicas mais adequadas à ampliação das atribuições e de novas demandas para a atuação profissional.

Embora por volta da década de 30 existissem no Brasil muitos engenheiros que, ao final de sua formação acadêmica, optaram por especialização em arquitetura, vindo a sustentar o título de engenheiro-arquiteto; embora outros, enquanto engenheiros simplesmente se tenham destacado pela sua atuação no urbanismo e pela preocupação estética de seus projetos e tenham sido chamados, vez ou outra, de arquitetos; embora ainda atuassem profissionalmente no Brasil arquitetos estrangeiros ou formados em escolas de belas-artes do país – é certo que por esta época o arquiteto não era, entre nós, socialmente visto como um profissional específico e diferenciado do engenheiro; nem mesmo legalmente se reconhecia a distinção. (DURAND, 1972, p. 25).

62 De 1933 (quando da Regulamentação) até o início da década de 1950, o ensino de Arquitetura e Urbanismo, bem como todo o sistema de organização e representação da profissão, passaram por um período de reorganização e expansão. Em 1939, o Instituto de Belas-Artes de Porto Alegre (de 1908) aprovou a criação de um Curso Técnico de Arquitetura (com 14 disciplinas em três anos), logo transformado em Curso Superior de Arquitetura (1944) (ROVATTI; PADÃO, 2002). Em 1943, foram instalados os Departamentos de Minas Gerais e de São Paulo do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Como visto, os paulistas realizaram, em 1945, o I Congresso Brasileiro de Arquitetos. Em suas conclusões, o evento recomendou a criação de faculdades de Arquitetura independentes das escolas de Engenharia e de Artes (ROVATTI; PADÃO, 2002). Mesmo assim, ainda em 45, foi aprovado o Curso de Arquitetura da Escola de Engenharia de Porto Alegre; e, no Nordeste, foi instituído o Curso de Arquitetura da Escola de Belas-Artes de Pernambuco, juntamente com a Universidade do Recife (1946, atual UFPE). Por outro lado, também em 1945, a Faculdade Nacional de Arquitetura foi desvinculada da Enba do Rio de Janeiro. Em 1947, o governo federal reconheceu a Faculdade de Arquitetura Mackenzie. Na ocasião desse reconhecimento, 12 de agosto, Adolfo Morales de los Rios tornou público o primeiro estudo sobre a evolução do ensino de Engenharia e de Arquitetura no Brasil (MORALES DE LOS RIOS, 1977). Ainda em 1947, o Instituto de Belas-Artes de Porto Alegre aprovou a criação de um Curso de Urbanismo. Um ano depois, foi instalado o Departamento do Rio Grande do Sul do IAB, que promoveu o Congresso Brasileiro de Arquitetos. Como desdobramento, em 1948, ocorreu a fusão dos cursos de Arquitetura do Instituto de Belas-Artes e da Escola de Engenharia de Porto Alegre, originando a futura Faculdade de Arquitetura (oficialmente instalada em 1952) da Universidade do Rio Grande do Sul (criada em 1947). No mesmo período, foi instituído o Instituto Nacional de Pedagogia, atual Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Com a consolidação dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e com a maturação e divulgação do ideário da Arquitetura Moderna no Brasil, a luta pela adoção de um currículo mínimo como base para uma

formação unificada em nível nacional incorporou diversas reivindicações relativas ao ensino e também à prática profissional, já então regida pela legislação federal que passou a regulamentar as atribuições e o exercício profissional.

Já em 1958, a presença, a contribuição e a responsabilidade dos arquitetos nas grandes tarefas de planificação e construção do Brasil era tão grande e tão importante, que este ano ficou marcado por duas ocorrências significativas que iniciaram um novo período de atuação política dos arquitetos brasileiros: em primeiro lugar, as reivindicações por uma nova regulamentação profissional apresentada na forma de projeto de lei ao então presidente da República Juscelino Kubitschek, e, conseqüência disto, em segundo lugar, o 1º Encontro Nacional de Estudantes e Arquitetos, no qual foram examinadas, pela primeira vez em escala nacional, as relações entre o ensino e a profissão. (MILAN, 1962).

### **Os casos da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e da Universidade de Brasília**

A criação, em 1945, da *Faculdade Nacional de Arquitetura* (FNA/RJ), ao separar definitivamente o curso de Arquitetura da Escola de Belas-Artes, demarcou simbolicamente o surgimento dos cursos autônomos na área. Criada pelo Decreto-Lei nº 7.918, de 31 de agosto de 1945, a nova FNA foi instalada no antigo edifício recuperado de Hospício Pedro II, localizado na Praia Vermelha (BRASIL, 1945).

63

Novo currículo, autonomia, a afirmação internacional da Arquitetura Brasileira, uma Cidade Universitária e mais uma vez a Faculdade Nacional de Arquitetura mudaria de endereço, para um edifício exclusivamente projetado para seu uso, pelo Arquiteto Jorge Machado Moreira, premiado na Bienal de 1957, filiado diretamente aos princípios corbusianos. [...] Só em 1961, a Faculdade passaria a ocupar seu endereço atual, na Ilha do Fundão, chamando-se, posteriormente, de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, uma das maiores e mais importantes do país, responsável pela formação de eminentes profissionais não só conhecidos no Brasil, mas também no cenário internacional, tais como Oscar Niemeyer, Sérgio Bernardes, Maurício Roberto, Afonso Eduardo Reidy, para ficar apenas com alguns. (BITTAR, 2009).

A *Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo* (FAU/USP) foi criada em 1948. Segundo o arquiteto e urbanista Vilanova Artigas, teve suas origens ligadas à instalação do IAB-SP e a realização do I Congresso de Arquitetos, e as suas raízes mais profundas estão no curso de Arquitetura da Escola Politécnica da USP.

Organizou-se adaptando-se ao currículo padrão que era da Escola Nacional de Belas-Artes, com suas disciplinas de Plástica, Modelagem, Arquitetura de Interiores, Grandes e Pequenas Composições etc... Mas também conservou o programa de ensino técnico que caracterizava o curso de Arquitetura da Escola Politécnica. (ARTIGAS, 1977, p. 33).

Em 1957, os professores Abelardo Souza, Hélio Duarte, Vilanova Artigas e Rino Levi receberam a incumbência de definir as linhas mestras para uma grande reforma do ensino na Instituição. O foco central de preocupações era a contradição entre a pouca relevância dada à “Composição Arquitetônica” no quadro do ensino e a importância do domínio dessa habilidade no campo profissional. Em contrapartida, sugeriram uma nova estrutura, na qual o “atêlier” passou a constituir a chamada “espinha dorsal” do curso, com as demais disciplinas para ele convergindo. Implantou-se assim, na FAU/USP, uma concepção curricular focada em quatro áreas de interesse (Comunicação Visual, Desenho Industrial, Edifício e Urbanismo) e uma estrutura didático-pedagógica com três departamentos: o de Projeto, o de Tecnologia e o de História da Arquitetura e Estética do Projeto (MOTTA, 1977).

A *Universidade de Brasília* (UnB) foi criada no contexto da construção da nova capital do país e de plena valorização profissional do arquiteto e urbanista. No simbólico dia 21 de abril de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek inaugurou Brasília e, como primeiro ato oficial, assinou mensagem encaminhada à Câmara dos Deputados propondo o estabelecimento da Fundação Universidade de Brasília – uma Instituição baseada na integração entre institutos centrais (divididos em departamentos), faculdades e órgãos Complementares com o objetivo de consolidar a cidade-capital, promover a cultura nacional e servir de modelo para as demais universidades. Criada em 1961, propunha uma estrutura nova, com cursos preparatórios para todos os alunos (4 semestres), bacharelado (+ 2 semestres), formação especializada de graduação (+ 4 semestres) e estudos de pós-graduação (+ 4 semestres) (BRASIL, 1961). Assim, os estudantes de Arquitetura e Urbanismo iniciavam seus estudos básicos optando entre as disciplinas oferecidas pelos Institutos de Matemática, Física, Química, Geociências, Biologia, Ciências Humanas, Letras e Artes (principalmente neste, organizado e dirigido pelo arquiteto Alcides da Rocha Miranda). Após esse período preparatório, passavam a receber o treinamento especializado e profissionalizante na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB) e no seu órgão complementar, o Centro de Planejamento Regional (Ceplan)<sup>37</sup>. Por fim, já com o título profissional, poderiam ainda desenvolver estudos de pós-graduação. Os mestrandos eram admitidos como instrutores e colaboravam com o ensino de graduação.

O curso de Arquitetura e Urbanismo da UnB entrou em funcionamento em fevereiro de 1962, tendo Oscar Niemeyer como o seu primeiro coordenador. Seguiu um currículo desenhado por Edgar Albuquerque Graeff, Ítalo Campofiorito e João Filgueiras Lima (Lelé), com o conteúdo estruturado em três “troncos”: teoria, composição e tecnologia. Os trabalhos então desenvolvidos – por professores, mestrandos e graduandos –, na maioria das vezes, implicavam em projetar e executar as edificações para a Cidade Universitária ou para outros órgãos do governo (numa total integração entre teoria e prática).

O golpe de 1964, entretanto, veio interromper a experiência de uma nova universidade, sepultando o projeto imaginado por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Três vezes invadida e constantemente desrespeitada pelos militares, a instituição decaiu diante da rotina das perseguições, delações, prisões, afastamentos,

<sup>37</sup> Atualmente denominado Centro de Planejamento Oscar Niemeyer.

demissões e desaparecimentos. De modo que, já em outubro de 1965, 223 docentes pediram demissão de suas funções acadêmicas.

A Universidade de Brasília tinha 305 docentes. Foram expulsos 16 e 233 demitiram-se. Saíram, portanto, 79%. Os estudantes, compreendendo a situação moral em que os professores se encontravam, manifestaram-lhes solidariedade com diversos atos e declarações, embora conscientes de que as demissões lhes causariam dificuldades no prosseguimento dos estudos. Não conhecemos outro exemplo, no Brasil nem no exterior, de tanta harmonia de pontos de vista e união da maioria dos professores e dos estudantes em defesa da autonomia da uma universidade. (SALMERON, 1999, p. 237).

### **O currículo mínimo de 1962**

Os frequentes debates sobre os rumos do ensino no final da década de 50, e nos agitados anos 60, continuaram a contar com uma intensa participação dos arquitetos e urbanistas. Em geral, na raiz dessa discussão encontravam-se as reflexões de uma geração de profissionais preocupados com a urgente necessidade de elaboração de um currículo mínimo próprio para os cursos da área.

A experiência brasileira em matéria de currículo mínimo para a formação de arquitetos e urbanistas resumia-se, até então, a dois momentos. Primeiro, o período entre 1945 e 1962, em que todos os cursos do país tomavam por modelo o currículo da Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA/RJ). No entanto, “durante a década de 50, ficou perfeitamente claro que pouco poderia ser feito em termos de renovação de estruturas curriculares e metodológicas de ensino/aprendizado enquanto as escolas continuassem constringidas a adotar o modelo da FNA.” (CEAU, 1979). Em decorrência, desdobrou-se uma campanha de quase uma década que conduziu à formulação de um currículo mínimo nacional, formalmente apresentado durante o III Encontro de Diretores, Professores e Estudantes de Arquitetura – realizado em São Paulo em 1962 – e aprovado pela Portaria Ministerial de 4 de dezembro do mesmo ano.

O projeto elaborado em 1962 preocupou-se, em seus considerandos, em não reproduzir o modelo que pretendia superar; e apontou para uma visão de formação generalista, única do arquiteto e urbanista. Para tanto, buscou impedir a “fragmentação” da formação do profissional em áreas especializadas e defendeu o aprimoramento e o preparo do arquiteto em setores específicos por meio de atividades complementares.

A Portaria Ministerial nº 159 de 14 de junho de 1965 fixou a carga horária mínima de 4.050 horas-aulas e a duração mínima dos cursos em cinco anos (BRASIL, 1965).

No Quadro 2.2 são apresentados os conteúdos mínimos que deveriam ser observados na organização dos cursos de Arquitetura, com base no currículo mínimo de 1962.

## QUADRO 2.2 CONTEÚDOS MÍNIMOS A SEREM OBSERVADOS NA ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DE ARQUITETURA (1962)

Matérias	1. Cálculo
	2. Física Aplicada
	3. Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções
	4. Desenho e Plástica
	5. Geometria Descritiva
	6. Matérias de Construção
	7. Técnica de Construção
	8. História da Arquitetura e da Arte
	9. Teoria da Arquitetura
	10. Estudos Sociais e Econômicos
	11. Sistemas Estruturais
	12. Legislação, Prática Profissional e Deontologia
	13. Evolução Urbana
	14. Composição Arquitetônica, de Interiores e de Exteriores
	15. Planejamento

Fonte: Quadro elaborado a partir de currículo mínimo do Curso de Arquitetura (Abea, 1977a, p. 72).

66

O conceito de um currículo mínimo efetivo, aberto para diferentes experimentações, pretendia, por um lado, garantir a manutenção da profissão do arquiteto e urbanista como uma habilitação única em todo o território nacional e, ao mesmo tempo, aceitar a incorporação de tradições culturais regionais, adequando os cursos às dimensões e ao desenvolvimento sociocultural do país.

A rápida aprovação do currículo mínimo permitiu que sua implantação nos cursos existentes se efetivasse num momento fecundo de discussões e efervescência política na área de Arquitetura e Urbanismo, refletindo as condições políticas da sociedade.

O movimento por reformas no ensino foi amplificado com as possibilidades de renovação que o currículo mínimo apontava, alcançando na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, nos Seminários de Ensino da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul e nos Fóruns de Ensino da FAU/USP resultados inéditos.

### O Golpe de 1964 e a reforma universitária

A repercussão internacional e nacional da arquitetura e do urbanismo modernos brasileiros nos anos 50 inscreveu suas realizações entre as principais referências simbólicas do país, com a construção

de Brasília coroando esse processo. As manifestações estéticas da arquitetura e do urbanismo confundiam-se, à época, com o sentido da inovação e participavam da vontade coletiva, alimentada pelos planos de desenvolvimento, de construção de um novo país.

As realizações modernistas conferiram materialidade a um ideário que havia congregado intelectuais, pensadores e artistas comprometidos com a busca de novos valores e de identidades culturais e com a transformação do país. Porém a instauração de longo período de ditadura no Brasil, a partir do golpe militar de 1964, resultou na frustração dessas expectativas.

Pode-se dizer que, até o final dos anos 60, as perspectivas de ampliação do alcance social e da inovação tecnológica e profissional do arquiteto e urbanista corresponderam a uma busca de constante reformulação do ensino e dos métodos de aprendizado e experimentação desenvolvidos nas escolas existentes.

Simultaneamente, foi promulgada a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regulamentou o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo no Brasil, caracterizou as atividades profissionais, definiu as responsabilidades e os direitos dos envolvidos. Estabeleceu também o papel do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), dos Conselhos Regionais (Creas) e das diferentes câmaras especializadas, bem como os procedimentos para o registro dos profissionais ou de suas empresas (BRASIL, 1966). A reafirmação do Confea como multiprofissional frustrou as expectativas dos arquitetos e urbanistas quanto à criação de um conselho exclusivo, demanda reiterada pela categoria desde 1933.

67

O modelo de estruturação curricular pretendido pela categoria correspondia, no campo do ensino, à ampliação e valorização social da atividade do arquiteto e urbanista como um profissional do projeto, estabelecida como um paradigma da profissão pela repercussão da arquitetura e do urbanismo modernos.

A mobilização nacional organizada em torno da adequação dos cursos a esse modelo reforçou, apesar da crítica de desvirtuamento da proposta encaminhada pela categoria, a promulgação do currículo mínimo de 1969.

As resoluções dos encontros então realizados propunham a implantação de um currículo comum em nível nacional, construído a partir de uma conceituação específica da Arquitetura e Urbanismo e do perfil profissional revelado pelo movimento moderno, como a possibilidade de estabelecer uma ruptura definitiva com o ensino tradicional herdado das escolas de Engenharia e Belas-Artes.

Edgar A. Graeff comenta a respeito:

[...] Falo dos memoráveis e quase esquecidos Encontros Nacionais de Arquitetos, Estudantes e professores de Arquitetura, realizados em diversos estados da federação entre meados da década de 50 e ano histórico de 1962. Este foi, sem dúvida sem nenhuma dúvida possível, o mais alto momento do pensamento brasileiro voltado para a questão da formação profissional do arquiteto. Dele germinou por um lado a experiência radical que se tentou realizar na Universidade de Brasília entre 1962 e 1966 e por outro, resultou no primeiro currículo mínimo para formação de arquitetos. (GRAEFF, 1983, p. 22).

Por outro lado, a repressão imposta pelo regime militar à universidade atingiu duramente o ensino de Arquitetura e Urbanismo, com a prisão de estudantes e professores, a cassação de docentes e a interrupção de vigoroso processo de mudanças que ocorria em importantes escolas do país.

A repressão iniciada em 1964 expurgou da Universidade Brasileira centenas de estudantes e docentes, se não os mais competentes pelo menos aqueles que lutavam mais conseqüentemente pelas reformas necessárias ao aperfeiçoamento do ensino. Na área de arquitetura, talvez aquela que revelara maior vitalidade inovadora entre 1956 e 1962, a política repressiva definiu-se com muita clareza: foram mais profundamente feridas as escolas da UnB, da URGs, da USP e da UMG, exatamente onde o processo de mudanças curricular e metodológico se encontrava mais desenvolvido. Caracterizou-se, em todos os casos, como subversão às tentativas de mudar as estruturas e os métodos de ensino. (GRAEFF, 1983, p. 23).

**68** A reformulação do currículo mínimo de 62 passou a ocupar progressivamente o centro das atenções. Interpretado como mais uma das normatizações presentes nos instrumentos legais que passaram a definir o ensino universitário por meio da Reforma Universitária, o currículo mínimo foi identificado, no interior dos cursos, como uma das razões estruturais para a queda da qualidade do ensino e para o empobrecimento da atividade acadêmica.

Numa síntese ligeira, parece evidente que a Reforma Universitária, implantada sem participação ou mera consulta aos principais interessados – os alunos e professores da universidade brasileira – subverteu a ordem universitária, gerando nas escolas um relacionamento caracterizado por equívocos e desentendimentos entre as administrações, os professores e os estudantes. (CEAU, 1979).

À desqualificação da universidade e à massificação do ensino, promovidas pela implantação da Reforma Universitária, correspondeu também o dismantelamento progressivo do ideário de uma Arquitetura e Urbanismo comprometidos socialmente com a transformação do país e com a busca de novas soluções estéticas e tecnológicas.

### **O currículo mínimo de 1969**

A implantação do currículo mínimo de 1962 objetivava adequar a formação desenvolvida nas escolas às especificidades do exercício da profissão e da atuação do arquiteto e urbanista na própria sociedade. Porém, a implantação do currículo mínimo para o ensino de Arquitetura e Urbanismo em 1969,

instituído no bojo da Reforma Universitária, estava centrada em novos parâmetros. Tanto o parecer da Comissão Especial do CNE, que o circunstanciava, quanto as normas para a aplicação dos novos currículos mínimos não contemplavam o sentido e a profundidade das mudanças alcançadas nos movimentos de reforma do ensino que a antecederam.

Os conteúdos mínimos e o tempo de duração a serem observados nos cursos foram fixados a partir do entendimento do currículo mínimo como o núcleo de matérias (considerado o mínimo indispensável para adequada formação profissional) a serem desdobradas em disciplinas (Quadro 2.3). Os conteúdos presentes no currículo mínimo de 1962, na forma de disciplinas, passaram a ser estruturados em ciclos básicos e profissionais. Essa rearticulação, assim como outros itens das normas, visava promover a adequação do ensino de Arquitetura e Urbanismo às novas formas de organização da universidade propostas na Reforma Universitária, possibilitando o oferecimento das matérias básicas por meio de ciclos básicos, institutos, centros universitários etc.

**QUADRO 2.3** CONTEÚDOS MÍNIMOS A SEREM OBSERVADOS NA ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DE ARQUITETURA (1969), RESOLUÇÃO CFE Nº 3, DE 23 DE JUNHO DE 1969

<b>Matérias Básicas</b>	1. Estética, História das Artes e, especialmente, da Arquitetura
	2. Matemática
	3. Física
	4. Estudos Sociais
	5. Desenho e Outros Meios de Expressão
	6. Plástica
<b>Matérias Profissionais</b>	1. Teoria da Arquitetura, Arquitetura Brasileira
	2. Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções
	3. Matérias de Construção, Detalhes e Técnicas da Construção
	4. Sistemas Estruturais
	5. Instalações e Equipamentos
	6. Higiene da Habitação
	7. Planejamento Arquitetônico

Fonte: Quadro elaborado a partir de em Currículo Mínimo do Curso de Arquitetura (Abea, 1977a, p. 72).

Os demais itens da Resolução CFE nº 3 de 23 de junho de 1969 (BRASIL, 1969) incluíam diversas recomendações sobre biblioteca, estágios e viagens de estudos. As normas para sua aplicação denotavam uma visão tecnocrática e padronizadora, indiferente às dinâmicas de mudanças de procedimentos didático-pedagógicos em andamento nos cursos.

Do ponto de vista da criação de cursos, especialmente por instituições privadas, o currículo mínimo acabou por se constituir num roteiro facilitador para o cumprimento das formalidades necessárias

à autorização de funcionamento e reconhecimento dos novos cursos. Deslocou-se o entendimento do currículo, do ponto de vista dos procedimentos educativos, da noção de um todo, para um conjunto de disciplinas e atividades formativas, estruturadas a partir de determinados objetivos. Mais do que um instrumento homogeneizador do ensino e da formação profissional, que garantisse um núcleo básico comum aos arquitetos e urbanistas em escala nacional, a observância do currículo mínimo foi se reduzindo, na essência, ao atendimento cartorial do disposto nas normas.

Progressivamente, observa-se uma redução da questão do ensino, do ponto de vista epistemológico, a uma focalização da dimensão curricular desvinculada do contexto que lhe deu origem. De uma maneira geral, ao longo do período de vigência do currículo mínimo, reduziu-se a dimensão curricular à composição de grades curriculares, em que os conteúdos previstos eram contemplados formalmente, por meio de disciplinas justapostas até o limite das cargas horárias previstas.

O crescimento exponencial dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, mais do que uma resposta efetiva aos problemas urbanos, espaciais e ambientais apontados, expressou na área os resultados das políticas e estratégias governamentais adotadas para a educação superior. O núcleo central da política de expansão do ensino superior então adotada, a Reforma Universitária de 1969, consistia na ampliação do número de vagas na universidade com o mínimo de comprometimento do Estado com os custos subsequentes.

**70**

O conjunto de medidas implantadas nessa reforma – entre as quais se incluem o aumento de vagas, a introdução da departamentalização, a matrícula por disciplinas, a instituição dos cursos básico e profissionalizante, o vestibular unificado por região e ingresso por classificação e a fragmentação do grau acadêmico da graduação (Abea, 1977a) – teve por principal objetivo viabilizar essa transformação, atraindo os interesses empresariais para o setor.

A implantação da Reforma Universitária no auge repressivo da ditadura militar, aliada ao descaso e à omissão dos órgãos governamentais com a manutenção de padrões de qualidade adequados, acabou por transformar o ensino superior em produto mercadológico controlado por empresas educacionais. As condições políticas em que esse processo ocorreu, com a supressão das liberdades democráticas, contribuíram efetivamente para a ruptura da interlocução da universidade com a sociedade, comprometendo a formação acadêmica e profissional de gerações de estudantes.

A proposta de criação de cursos alternativos e mais flexíveis que os das faculdades tradicionais era utilizada, do ponto de vista das mantenedoras privadas, para viabilizar a existência de novas escolas enquanto empreendimentos empresariais. Após atrair estudantes e professores interessados em vivenciar uma experiência educacional diferente, diversas propostas renovadoras de ensino na área não sucederam ao reconhecimento oficial dos cursos e à disposição das empresas privadas em maximizar os lucros com o ensino.

O salto verificado na expansão de novos cursos coincidiu, de fato, com um deslocamento da importância da Arquitetura e Urbanismo no tecido sociocultural brasileiro. Ainda às voltas com a definição tardia de seu estatuto profissional e social no país, os arquitetos e urbanistas passaram a se ressentir da diminuição do prestígio político e da perda de inserção e influência institucional.

Apesar do inconformismo e espírito de luta que marcaram gerações de arquitetos, urbanistas e estudantes no país, as dificuldades interpostas ao livre debate e às atividades associativas contribuíram para um esgarçamento entre o universo profissional e o acadêmico. Tornaram-se diluídos de maneira significativa, ao longo da ditadura militar, os laços de conexão das instituições de ensino com os temas e reflexões que de certa forma direcionavam e posicionaram a Arquitetura e o Urbanismo no cenário nacional. Assim como a interação do meio profissional com os rumos da formação escolar.

O distanciamento progressivo da educação escolarizada do arquiteto e urbanista das candentes demandas sociais – com graus variados do ponto de vista teórico-conceitual, da atualização tecnológica e da atuação prática – acabou por tornar rarefeita e episódica a contribuição oferecida pelas escolas às questões sociais, que contam com imediato interesse profissional.

A cada nova faculdade de Arquitetura e Urbanismo que iniciava suas atividades, assistia-se, via de regra, nos 25 anos de vigência do currículo mínimo, a um renovado conflito. Contrapunham-se, de um lado o desejo de alguns docentes e estudantes, reunidos em torno de um projeto de curso, e, de outro, uma estrutura empresarial, alimentada pela oferta de vagas para um mercado cativo, mais voltada para a produção de diplomas do que para a formação de profissionais com capacidade intelectual e técnica para enfrentar desafios.

71

### **Origens da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo: a criação da Abea e da Comissão de Especialistas em Ensino de Arquitetura e Urbanismo**

Com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino no país, o Ministério da Educação, por meio de seu Departamento de Assuntos Universitários, atual Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), instituiu as primeiras *Comissões de Especialistas de Ensino* (CEEs) em todas as áreas de conhecimento.

A criação de Comissões de Especialistas de Ensino tinha por função

ampliar a capacidade técnico-executiva do Ministério, através de estudos, planejamento, supervisão e assistência às Instituições de Ensino Superior em visitas periódicas para observação de suas instalações, equipamentos, qualificação de docentes, organização didática, padrões de ensino, pesquisa etc. (MEIRA et al., 1995, p.15).

De acordo com o livro *Condições & Diretrizes para o Ensino de Arquitetura e Urbanismo* (1995), considerado referência para todos os que atuam na área, foi inegável o papel positivo desempenhado pelas Comissões de Especialistas na administração do ensino superior do país, constituídas por profissionais envolvidos diretamente com o ensino e com a atuação profissional nas respectivas áreas de conhecimento, representando assim o pensamento e os anseios de docentes, professores, profissionais, estudantes e dirigentes das instituições de ensino superior, transformando-os em ações concretizadas pelo Ministério da Educação.

No caso específico da área de Arquitetura e Urbanismo, a primeira Comissão de Especialistas de Ensino em Arquitetura e Urbanismo foi instituída pela Portaria Ministerial n.º 699 de 18 de dezembro de 1973 (BRASIL, 1973), a partir da indicação de seus membros, na época, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) – única entidade existente de abrangência nacional e, por isso, a “representante” dos interesses dos profissionais arquitetos e urbanistas envolvidos com a educação superior, em atendimento à solicitação do Ministério da Educação

Na mesma ocasião, de modo a atender a demanda do próprio Ministério da Educação foi criada, no interior da única entidade dos arquitetos e urbanistas existente até então (o Instituto de Arquitetos do Brasil), a Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (Abea) (ABEA, 1977a), com o intuito de canalizar para as instâncias governamentais as questões específicas da área de educação de futuros arquitetos e urbanistas e, ainda, reunir as demandas, as sugestões e os problemas vivenciados pelas instituições de ensino superior que ofereciam cursos de Arquitetura e Urbanismo e encaminhá-las ao Ministério da Educação para análise e busca de solução. Nasce assim o canal de diálogo entre a entidade de ensino da área de Arquitetura e Urbanismo (Abea), recém-criada, e as instâncias governamentais dedicadas ao ensino, no âmbito do Ministério da Educação (MEC).

A primeira Comissão de Especialistas de Ensino em Arquitetura e Urbanismo (Ceau) deveria alcançar os seguintes objetivos:

- proceder ao levantamento completo da situação atual do ensino de Arquitetura e Urbanismo no País, bem como a avaliação do desempenho dos Cursos e Estabelecimentos que os oferecem-;
- propor às autoridades superiores medidas corretivas, não só concernentes ao apoio e orientação aos Estabelecimentos/Cursos carentes, bem como a suspensão do funcionamento daqueles que se mantenham sem as condições mínimas e indispensáveis para o cumprimento de suas finalidades;
- propor às autoridades superiores da Educação as medidas julgadas necessárias ao aprimoramento do ensino de Arquitetura e Urbanismo;

- assessorar o Departamento de Assuntos Universitários na elaboração de planos, programas e projetos de interesse do ensino de Arquitetura e Urbanismo;
- assessorar o Conselho Federal de Educação no exame de pedidos de autorização e reconhecimento de estabelecimentos ou Cursos de Arquitetura e Urbanismo. (MEIRA et al., 1995, p. 16).

Durante o período de vigência dessa primeira Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (1973-1978)

foram visitadas escolas de Arquitetura e Urbanismo e realizadas reuniões de avaliação sobre aspectos gerais e específicos referentes à situação do ensino no setor. Em função da situação constatada foram elaborados relatórios específicos, bem como foram formuladas recomendações ao Departamento de Assuntos Universitários (DAU/MEC) visando ao acionamento de medidas necessárias à correção do funcionamento de alguns Estabelecimentos ou Cursos. (MEIRA et al., 1995, p. 16).

A rapidez de expansão do setor, aliada à efetiva ausência de acompanhamento por parte dos organismos federais responsáveis pelo ensino superior, resultou num processo de desorganização acadêmico-administrativa da área. A recém-criada Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, buscando retomar o contato entre os cursos e recompor o vínculo institucional com os organismos governamentais responsáveis, complementava:

No caso específico da Arquitetura e Urbanismo, é de causar preocupação o ritmo acelerado de aumento do número de escolas ou cursos, sem que até o presente tenha sido desenvolvida qualquer ação sistematizada com o propósito de aferir o padrão de desempenho da formação profissional que vem sendo oferecida em todo o País. A falta de avaliação e, conseqüentemente, o desconhecimento do tipo de preparação, que atualmente se desenvolve dos futuros arquitetos leva os órgãos superiores da Educação ao temor justificado de uma proliferação pura e simples de mais uma carreira universitária, sem a preocupação que o MEC está difundindo do estudo prévio da viabilidade, não só quanto à demanda discente, como ainda no que diz respeito ao mercado de trabalho da profissão. (Abea, 1975, p. 8).

A dispersão era de tal ordem que a primeira iniciativa da Comissão de Especialistas foi realizar, em convênio com a FAU/USP, em 1974, amplo *Diagnóstico das condições de ensino e pesquisa em Arquitetura e Urbanismo no Brasil*, em cujo relatório se encontra registrado:

Os dados disponíveis evidenciam, sobre quase todos os aspectos, as dificuldades que o setor Arquitetura e Urbanismo vem encontrando para se organizar, de modo a atender os objetivos básicos universitários, cobrindo, além dos cursos de graduação, seus complementos indispensáveis: o ensino pós-graduado, as atividades de pesquisa e a prestação de serviços à comunidade. [...] Esse quadro recomenda a adoção de algumas medidas de ordem geral, sendo a principal delas a suspensão de autorização de funcionamento de novos cursos, sem prévia e completa audiência à

Ceau, até que se consiga estabelecer um grau razoável de controle sobre a qualidade do ensino ministrado e que o reforço das condições trabalho universitário, nas instituições existentes, permita supor que a criação de novos cursos não venha agravar ou manter os níveis atuais de dificuldade. (CEAU, 1979, p. 17).

Ao investigar o panorama e as condições em que se promovia a formação escolarizada do arquiteto e urbanista em nosso país no início dos anos 70, podemos observar que as preocupações com a situação do ensino e a formação profissional transcendiam o âmbito da universidade.

A busca por uma maior integração entre a universidade e a sociedade, além de constituir um dos principais pontos de interesse de docentes e estudantes no interior dos cursos existentes, comparecia de maneira constante nos diversos eventos da comunidade profissional, conforme é possível depreender das leituras dos anais e deliberações dos principais congressos e reuniões realizados.<sup>38</sup> Registra-se ali o esforço realizado de buscar reconstruir, ao tratar das questões do ensino, as referências comuns acerca das mudanças ocorridas e elaborar parâmetros para enfrentar os problemas detectados.

A partir dos anos 70 vai sendo confirmada, no meio acadêmico e profissional, uma reversão de expectativas quanto à continuidade das atividades da Arquitetura e do Urbanismo nos moldes conhecidos pelos integrantes do movimento moderno, quando a presença simbólica da Arquitetura e Urbanismo, potencializada em grande parte pela aproximação em vários níveis com o Estado, identificava-a com um projeto de modernização do país.

74

No Quadro 2.4 é possível visualizar os cursos de Arquitetura e Urbanismo existentes no Brasil em 1977.

---

<sup>38</sup> Refere-se aos Congressos Brasileiros de Arquitetos promovidos pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), aos Encontros Nacionais sobre Ensino de Arquitetura organizados pela Abea, aos Encontros Nacionais de Estudantes de Arquitetura e aos Encontros Nacionais de Sindicatos de Arquitetos da FNA.

**QUADRO 2.4** CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO EM 1977

(Continua)

NÚMERO	REGIÃO	CURSOS
1	Região Norte	1. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Tecnológico da Universidade do Pará (Belém)
2	Região Nordeste	1. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes e Comunicação da Universidade de Pernambuco (Recife)
3		2. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal)
4		3. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa)
5		4. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Alagoas (Maceió)
6		5. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará (Fortaleza)
7		6. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (Salvador)
8	Região Centro-Oeste	1. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (Brasília)
9		2. Curso de Artes e Arquitetura da Universidade Católica de Goiás (Goiânia)
10	Região Sudeste	1. Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte)
11		2. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)
12		3. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Bennett de Ensino (Rio de Janeiro)
13		4. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Silva e Souza – Sociedade Educacional (Rio de Janeiro)
14		5. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Santa Úrsula (Rio de Janeiro)
15		6. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro)
16		7. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Barra do Pirai (Barra do Pirai/RJ)

**QUADRO 2.4** CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO EM 1977

(Conclusão)

NÚMERO	REGIÃO	CURSOS
17	Região Sudeste	8. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ)
18		9. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (São Paulo)
19		10. Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie (São Paulo)
20		11. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos (Santos/SP)
21		12. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Brás Cubas (Moji das Cruzes/SP)
22		13. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Moji das Cruzes (Moji das Cruzes/SP)
23		14. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Farias Brito (Guarulhos/SP)
24		15. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Campinas/SP)
25	Região Sul	1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)
26		2. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo/RS)
27		3. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (Pelotas/RS)
28		4. Faculdade Canoense de Arquitetura e Urbanismo (Canoas/RS)
29		5. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Porto Alegre – Sociedade de Educação Ritter dos Reis (Porto Alegre)
30		6. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Setor de Tecnologia da Universidade Federal do Paraná (Curitiba)
31		7. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica do Paraná (Curitiba)

Fonte: Quadro elaborado a partir da Abea (1977b).

As discussões, coordenadas pela Ceau e promovidas pelas comissões de ensino nos cursos de Arquitetura, propiciaram ainda um movimento nacional, com a participação das três entidades profissionais que retomaram, com o de Ouro Preto, em 1977, a luta nacional pela reformulação do currículo mínimo e as teses de organização do ensino com foco nas atividades do projeto.

Já no período 76/81, houve um processo de estudos e discussões, que teve início com a formulação de subsídios para a reformulação do ensino na área. As decisões foram sintetizadas na *Carta de Ouro Preto*, que se constituiu desde então, em documento básico das discussões posteriores. Em dezembro de 1979, reunião nacional congregando, além da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura e Urbanismo, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-DN) e Federação Nacional de Arquitetos (FNA), representantes dos corpos discentes e docentes da maioria dos cursos do país, avaliaram a questão da formação profissional e definiu diretrizes básicas para a elaboração de proposta de novo currículo mínimo encaminhado ao Ministério da Educação e Cultura [...] (CEAU, 1994).

Porém o interregno que se estabeleceu, a partir de 1982, com a não aprovação, pelo Conselho Federal de Educação, da proposta de reformulação do currículo mínimo encaminhada conjuntamente pelas entidades, assistiu a um processo de esmorecimento da atividade unificada da categoria profissional e, sobretudo, do meio acadêmico.

Todo o trabalho desenvolvido pela Comissão de Especialistas de Ensino foi acompanhado de muito perto pela entidade de ensino. Como já registrado, os membros da Ceau foram indicados pela Abea, e esta encontrava-se sediada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

A Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (Abea), nessa ocasião, como o próprio nome da entidade registrava, reunia os cursos de Arquitetura e Urbanismo existentes no país (trinta e um) (ABEA, 1977b) e se caracterizava por representar os interesses e visões dos representantes desses cursos – diretores ou coordenadores, conforme o caso. Os dirigentes/representantes falavam em nome dos cursos, opinavam e decidiam a partir de entendimentos muitas vezes pessoais sobre os possíveis rumos dos cursos em funcionamento na época. Por meio de seu Conselho Superior (COSU), órgão máximo e único de deliberação, a Abea se concentrou na necessidade urgente de *reformulação do currículo mínimo* – Resolução nº 3, de 25 de junho de 1969, conforme atestam os documentos produzidos naquela ocasião pela entidade (ABEA, 1977a). – que deveria sintetizar a opinião e as necessidades de todas as escolas brasileiras. Essa característica na representação e visão da entidade – reunindo para deliberação apenas os dirigentes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo – se manteve por mais de uma década, apesar da insatisfação de muitos docentes e estudantes com os rumos da entidade, que segundo estes últimos não representavam, dessa maneira e de fato, a área de ensino de Arquitetura e Urbanismo.

Algumas iniciativas dessa época merecem destaque. Dentre elas a proposta de trabalho conjunto entre a Ceau – órgão assessor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU/MEC) – e a Abea para a elaboração de Roteiro de Trabalho visando à discussão ampla e abrangente do ensino em cada curso de Arquitetura e Urbanismo, que resultasse em propostas para o *novo currículo mínimo*. O Roteiro de Trabalho se encontra na íntegra no documento *Subsídios para Reformulação do Ensino da Arquitetura* publicado pela Abea em 1977 (Abea, 1977b).

O caminho para se chegar a esta proposta é a constituição, em todas elas (Escolas), de Comissões de Avaliação de Ensino para efetuar um diagnóstico da situação atual e a definição dos novos objetivos. Para auxiliar esse trabalho a diretoria da Abea, com as propostas do Conselho (Superior), elaborou um roteiro base para a execução dessas tarefas. (Abea, 1977b).

Com os resultados do extenso levantamento das condições vivenciadas nos cursos de Arquitetura e Urbanismo em funcionamento, a Comissão de Especialistas da área, agora com nova composição, passa a colaborar com a Secretaria de Educação Superior do MEC, em 1981, na elaboração do Programa Integrado de Melhoria do Ensino de Graduação em Arquitetura (Pimeg-ARQ). A justificativa era que os cursos em sua maioria haviam se sensibilizado com a discussão do novo currículo mínimo, cuja proposta estava em processo de encaminhamento ao Conselho Federal de Educação (CFE) e sua aprovação abriria, certamente, “uma rara oportunidade de mudanças no sistema de ensino-aprendizagem, por mais conservadoras e rotineiras que muitas delas possam ser.” (BRASIL, 1981).

78 O Programa visava promover as condições básicas para alcançar quatro objetivos, a saber: 1) apoiar e assessorar ao docente, propiciando treinamento em serviço, por meio de cursos (atualização, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado), seminários, encontros ou outra modalidade equivalente; 2) propiciar um apoio mútuo às diversas escolas da área de Arquitetura por meio do incentivo de permuta de docentes, de produção e intercâmbio de material didático, inclusive de materiais autoinstrucionais; 3) estabelecer uma rede funcional de bibliotecas, inicialmente, em âmbito regional, mas com vistas a um sistema nacional de apoio mútuo; e 4) melhorar as condições de instalação e equipamentos da área por meio de uma cooperação que favoreça diversas instituições da região no uso comum de laboratórios e oficinas (BRASIL, 1981).

Para iniciar a implantação do Pimeg-ARQ foram selecionados cursos de Arquitetura e Urbanismo de nove universidades consideradas polos concentradores das atenções do Programa. Assim, a Universidade Federal do Ceará (UFCE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) foram as instituições escolhidas, considerados os “critérios de vitalidade demonstrada pelas escolas na procura de renovação e [...] seguindo critério regional, visando concentrar recursos e experiências e facilitar a rápida difusão dos resultados alcançados.” (BRASIL, 1981). A seleção, considerada preliminar, previa a inserção de outras instituições desde que demonstrassem, na prática, seu potencial, principalmente no plano das inovações estruturais e metodológicas.

Interessante frisar que os cursos de Arquitetura e Urbanismo selecionados para participação no Pimeg-ARQ, e que foram contemplados, coincidiam com as instituições existentes há mais tempo e com maior tradição na área, eram as que contavam com docentes experientes e com alta capacitação, e, ainda,

eram as que possuíam melhor infraestrutura para a oferta educacional em Arquitetura e Urbanismo. Significa dizer que as melhores instituições receberam todos os recursos alocados no Programa, e dessa forma se qualificaram ainda mais para a oferta de seus respectivos cursos, enquanto as que estavam iniciando suas atividades se consolidaram sem qualquer apoio do Programa, inclusive os cursos que iniciavam as suas atividades nas próprias instituições federais.

Dentre as modalidades operacionais do Pimeg-ARQ se encontravam: 1) *intercâmbio de docentes entre as universidades comprometidas com o Programa*, de implementação imediata; *participação em cursos e estágios de curta duração* – no máximo dois meses – em instituições de reconhecido nível acadêmico no Brasil e no exterior; *promoção de cursos e ciclos de palestras de caráter regional* – “cursos itinerantes”; e *cursos de especialização em Arquitetura*, em médio prazo e em caráter experimental; 2) *projeto de equipamentos e instalações* visando à complementação e melhoria do que já existe nos cursos selecionados, como, por exemplo, bibliotecas, oficinas, laboratórios, ateliês; 3) *projeto biblioteca* com o objetivo de apoiar, financeira e tecnicamente, as bibliotecas quanto aos recursos humanos, acervo e instalações físicas; e, ainda, 4) *projeto editorial* para elaboração e difusão de materiais didáticos/instrucionais envolvendo as nove universidades, tanto em termos de produção de novos materiais quanto em intercâmbio com os demais cursos de Arquitetura e Urbanismo existentes no território nacional.

O Pimeg-ARQ se desenvolveu ao longo dos anos 80 possibilitando o intercâmbio de docentes, envolvendo as nove universidades selecionadas; capacitação de professores brasileiros em cursos de curta duração no exterior; produção e difusão de material didático considerado exemplar e inovador; reprodução de diapositivos pertencentes a coleções de renomados docentes, em especial sobre a Arquitetura Brasileira; e organização de publicação com a bibliografia mínima necessária para os cursos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU, 1976).

A Abea continuou acompanhando as ações da Ceau e as discussões e propostas desenvolvidas no âmbito da União Internacional dos Arquitetos (UIA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para a profissão e a educação de arquitetos e urbanistas. Os Encontros Nacionais sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo, as Reuniões do Conselho Superior e os Congressos da Abea passaram a receber cada vez mais críticas relativas à representatividade dos associados e em decorrência das decisões. O que se questionava era a ausência ou pouca participação de docentes e discentes nas discussões e decisões da Abea. Como eram representantes das escolas, em geral dirigentes, os docentes e discentes não participavam ou não representavam a instituição. Muitas vezes um contradizia o outro nas plenárias decisórias, sendo que o dirigente é quem representava oficialmente a instituição e era quem votava e decidia.

Após infindáveis e recorrentes conflitos internos, em Belo Horizonte no ano de 1985, a Abea, cuja sigla significava Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, é refundada e ressurgiu como Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, fortalecida e ampliada, congregando docentes, discentes,

dirigentes, instituições de ensino superior com oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, profissionais e interessados na educação em Arquitetura e Urbanismo. Esse ano – 1985 – é um importante *marco na história da entidade*, pois é a partir dele que se inicia a *nova etapa de atuação* com resultados expressivos e mudanças rápidas e impressionantes para a área de Arquitetura e Urbanismo no Brasil.

# CAPÍTULO 3



# A EXPANSÃO E O FORTALECIMENTO DO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

83

## A Constituinte de 1988 e a recusa do exame de ordem

Nos anos 80, a redemocratização do país e a ampla mobilização dos setores vinculados à Educação – por meio do Fórum Nacional pela Educação<sup>39</sup> – trouxeram novamente ao rol das mudanças prioritárias no país a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O projeto de lei, elaborado por esse Fórum em 1988 foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 1993 tendo sido encaminhado ao Senado Federal onde foi cotejado com um substitutivo apresentado pelo senador Darcy Ribeiro, que acabou sendo posteriormente aprovado.

As entidades representativas da área de Arquitetura e Urbanismo participaram ativamente do processo de discussões em torno da Constituinte, com as atenções concentradas especialmente nas questões relativas à Reforma Urbana, à desregulamentação das profissões e ao exame de ordem, temas com profundas repercussões para o exercício profissional. “É bom lembrar que o tema da desregulamentação das profissões foi tratado pela chamada Comissão Afonso Arinos, quando dos estudos pré-constitucionais, que tentou introduzir na Constituição Brasileira a versão neoliberal da desregulamentação.” (CEAU, 1994, p. 19).

<sup>39</sup> Participavam do *Fórum Nacional pela Educação* movimentos populares, educadores, estudantes, e trabalhadores da educação. Por meio de “audiências públicas” foram ouvidos representantes de todos segmentos envolvidos com a educação nacional (CEAU, 1994).

Após intensa mobilização das categorias profissionais envolvidas, a Constituição de 88 acabou por definir que: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (Cap. I, art. 5º, XII), sendo remetida para legislação posterior a definição relativa à regulamentação das profissões (BRASIL, 1988).

Vale registrar, pelas decorrências posteriores na elaboração das novas diretrizes curriculares para a área, a intensa campanha realizada pela Abea, Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) e pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), e compartilhada pelos demais Conselhos Federais – à exceção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela não inclusão dos artigos relativos à desregulamentação e especialmente quanto ao Exame de Ordem.

A participação ativa nesse processo nacional de definições acerca dos temas relativos à atividade profissional incentivou a rápida busca de superação do currículo mínimo de 1969. Assim, procurando superar o reconhecido anacronismo vigente, após o Seminário Nacional debater e encaminhar ao Ministério da Educação a proposta consolidada de novas diretrizes curriculares para o ensino de Arquitetura e Urbanismo toma forma por meio da Portaria MEC nº 1.770/94 (BRASIL, 1994).

A nova LDB, em tramitação no Senado naquele momento, já previa como uma de suas principais normativas a adoção de novas diretrizes curriculares para todos os cursos universitários.

**84**

As discussões que conformaram as novas diretrizes curriculares resgataram e atualizaram muitas das questões debatidas quando da implantação do currículo mínimo.

Pode-se verificar nelas a permanência de um cerne comum ao longo da evolução recente do ensino de Arquitetura e Urbanismo. Aparentemente, as questões foram as mesmas; o que se alteram são os contextos, a ordem e a forma de enfrentá-las.

### **A construção de diretrizes curriculares**

O currículo mínimo de 1969 passou a determinar as normas relativas à organização dos cursos de Arquitetura e Urbanismo ao longo de 25 anos até a edição das novas diretrizes curriculares, em 1994 (Portaria MEC nº 1.770/94). As características do ensino de Arquitetura e Urbanismo nesse período resultaram em grande parte do fato de o movimento vigoroso, que alimentava a busca de afirmação de uma concepção de ensino e formação profissional adequada – traduzida historicamente na luta por um currículo próprio para a Arquitetura e Urbanismo –, ter se limitado, em algum momento, e se transformado na luta por um currículo mínimo para os cursos de Arquitetura e Urbanismo. A luta pelo estabelecimento de uma concepção própria da educação escolarizada do arquiteto e urbanista, capaz de resgatar e atualizar os fundamentos históricos da profissão, cedeu terreno à luta em torno da ideia de um currículo mínimo.

Assim, a busca de novas alternativas ao modelo anterior, centralizado e rígido, foi substituída pela luta pela reformulação desse instrumento formal, mudança que passaria a ser vista como uma estratégia capaz de completar a difícil integração das práticas do ofício com o saber escolarizado da universidade, e possibilitar a homogeneização da qualificação profissional nos vários pontos do país.

A partir dessas considerações, é possível supor que a dimensão curricular acabou ganhando relevo para o ensino e para o meio profissional da Arquitetura e Urbanismo menos pela expressão articulada de um projeto pedagógico com métodos próprios de ensino, e, sim, pela capacidade de dar suporte e visibilidade a um pensamento mais abrangente de mudança.

Nesse sentido, a ideia de um conjunto de intenções e propostas de nova organização do ensino de Arquitetura e Urbanismo em nível nacional – que passará a ser identificada como currículo – viria corporificar, no meio, nos movimentos de mudanças no ensino, as aspirações coletivas por um novo modo de ver a formação e a prática profissionais. Ao integrar-se a esse processo por meio de formulações circunstanciais – “currículo próprio”, “currículo mínimo”, “currículo pleno adequado”, “currículo invisível”, “diretrizes curriculares” –, sintetizou em cada momento significativo desse percurso a natureza e a dimensão dos objetivos pretendidos.

Desse ponto de vista, a dimensão curricular passa a ocupar na área do ensino de Arquitetura e Urbanismo um papel conexo e similar ao desempenhado, no meio profissional, pela reivindicação de construção de um sistema próprio de regulação do exercício e da prática da profissão. Compõem e podem ser vistos, articuladas em vários momentos significativos, como expressões da busca de diferenciação do campo da Arquitetura e Urbanismo perante as demais profissões e a estrutura de ensino universitário desenvolvido.

Dessa forma, a importância da dimensão curricular na evolução do ensino da Arquitetura e Urbanismo derivou, em grande parte, do fato de se constituir num instrumento político capaz de sintetizar documentalmente as demandas profissionais emergentes, e de criar renovadas expectativas de mudança, no bojo dos movimentos reivindicatórios.

Portanto, o estudo e a análise da dimensão curricular podem contribuir, como um fio condutor, para o entendimento do desenvolvimento do ensino de Arquitetura e Urbanismo.

No começo dos anos 90, as atenções voltaram-se, a exemplo do que ocorria na universidade brasileira, para as atividades programadas de avaliação da área. A *Ceau, articulada com as diretrizes de atuação da Abea* e com o apoio nos cursos, estruturou um processo avaliativo baseado inicialmente na realização de inventários voltados para o reconhecimento da situação da área. As informações obtidas subsidiariam uma jornada de discussões regionais e nacional – os Seminários sobre Acompanhamento Institucional do Ensino de Arquitetura e Urbanismo – quando se discutiria a adoção de novas diretrizes

curriculares para o ensino de Arquitetura e Urbanismo, visando à superação das deficiências apresentadas pelo currículo mínimo então vigente.

As diretrizes curriculares de 94 para o ensino de Arquitetura e Urbanismo, ao encerrar a vigência do currículo mínimo de 69, reavivaram o debate que sempre esteve presente nos momentos significativos para a formação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil.

# CAPÍTULO 4



# CONTEXTO ATUAL DO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO

89

## A avaliação institucional

Os anos 90 ficaram marcados pela intensa expansão do sistema do ensino superior no Brasil e pela retomada do papel regulatório do Estado. A recomposição das Comissões de Especialistas no âmbito da Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC) em 1992 possibilitou uma interlocução direta do MEC com as entidades de ensino das mais diversas áreas. No que diz respeito à Arquitetura e Urbanismo, a Comissão de Especialistas de Arquitetura e Urbanismo (Ceau) desempenhou papel fundamental para que o ensino da área alcançasse os níveis de homogeneidade e qualidade hoje reconhecidos.

Para encaminhar a revisão do currículo mínimo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, a Ceau coordenou no período de fevereiro de 93 a setembro de 94 um processo de reflexão e de avaliação baseado em exame aprofundado da problemática educacional na área. Durante o ano de 1993 os trabalhos de análise da Ceau tomaram por base, entre outros, os estudos em andamento na Abea, notadamente dados e informações do *Inventário dos cursos, escolas e faculdades de Arquitetura e Urbanismo* (BRASIL CEAU/SESu/MEC, 1994), realizado com o apoio do Confea, além de dados e informações de diversos órgãos governamentais e entidades de classe da área. Os resultados do diagnóstico preliminar foram apresentados no Relatório do ano de 1993 (BRASIL CEAU/SESu/MEC, 1994).

Tendo em vista o quadro observado, a Ceau definiu como prioridade de ação para o ano de 1994 a realização de *cinco seminários regionais* (Natal, Cuiabá, Porto Alegre, Vitória e São Paulo) e *um seminário*

*nacional* (Brasília) com o objetivo de promover uma discussão sobre aperfeiçoamento de uma política nacional de educação do arquiteto e urbanista, que pudesse ter seus reflexos na qualidade de ensino, na produção científica e tecnológica e no mercado de trabalho, buscando estimular a integração do sistema educacional com o desenvolvimento econômico e social.

As questões relativas aos currículos, já em debate na maioria dos cursos, enunciaram a necessidade da revisão do currículo mínimo de 1969. Tendo por base as discussões ocorridas nos seminários regionais, a Ceau sistematizou as contribuições num primeiro documento apresentado ao seminário nacional (UnB, setembro de 1994), que foi analisado, debatido e ao final resultou na formalização da proposta do novo currículo, a qual foi levada ao MEC.

Com base nessa proposta, em 21 de dezembro de 1994, o então ministro da Educação Murílio de Avellar Hingel promulgou a Portaria MEC nº 1.770/94, que fixou as “diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo” (BRASIL, 1994).

A nova diretriz curricular, em seu art. 10, fixou o prazo de dois anos para que os cursos de Arquitetura e Urbanismo buscassem os meios necessários para o integral cumprimento da Portaria.

**90** As conclusões desse ciclo de autoavaliação conjunta da área de ensino, desenvolvida previamente com os cursos e nos seminários regionais e nacional, realizados no período de 1993 a 1994, subsidiaram a definição dos padrões de qualidade e o enunciado dos requisitos estabelecidos para a abertura e funcionamento dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, referenciados na publicação *Ensino de Arquitetura e Urbanismo – Condições & Diretrizes*. (MEC/SESu/CEAU, 1994). Essas recomendações subsidiaram ainda a elaboração do documento *Perfis da área & padrões de qualidade*, publicado pela Ceau em 1995 (MEC/SESu/CEAU, 1994).

A publicação da *Charter for architectural education*, pela Unesco em conjunto com a União Internacional dos Arquitetos (UIA), em junho de 1996, demonstrou pela similaridade que apresentava o acerto das decisões encaminhadas no Brasil para o aperfeiçoamento e atualização da educação dos arquitetos e urbanistas (UIA; UNESCO, 1996).

Ainda no ano de 1996, o Congresso Nacional aprovou e foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a LDB (BRASIL, 1996). Pelo novo ditame, ficavam extintos os currículos mínimos e eram instituídas as *diretrizes curriculares*.

O MEC, fazendo cumprir o que determinava a LDB, iniciou em 1997 o processo de definição das novas diretrizes curriculares com a publicação dos editais nº 4 e nº 5, os quais convocavam as áreas do ensino superior a apresentarem propostas para as novas diretrizes curriculares. O Grupo de Trabalho de Ensino de Arquitetura e Urbanismo do Confea organizou, em conjunto com a Abea e a Federação Nacional

de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (Fenea), diversos encontros no período de fevereiro a maio de 1998 em São Paulo, em Brasília, em Porto Alegre e em Recife com a finalidade de discutir uma proposta coletiva da área.

Todas as contribuições encaminhadas resultaram na proposta de Resolução das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo, protocolada no MEC ainda no ano de 1998. Essa proposta de diretrizes curriculares tramitou no Conselho Nacional de Educação (CNE) durante oito anos e, reafirmando o documento de 1994, foi finalmente aprovada no dia 2 de fevereiro de 2006 por meio da *Resolução CNE/CES nº 6/2006* (BRASIL, 2006).

Esse instrumental regulatório tem embasado os processos avaliativos oficiais pelos quais a área de Arquitetura e Urbanismo tem passado. Foi assim com os Roteiros de Avaliação para Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento, instituídos pela Ceau ainda sob a coordenação da Secretaria de Ensino Superior SESu/MEC. Também fundamentou os instrumentos de avaliação instituídos pelo Inep quando o mesmo passou a realizar os procedimentos de avaliação do ensino da área a partir de 2002. Os Provões de 2002 e 2003, assim como as provas do Enade de 2005 e 2008, também tiveram por base essa produção construída pelo coletivo da área de ensino em parceria com MEC.

### **As diretrizes curriculares de 2006**

No dia 3 de fevereiro de 2006, o *Diário Oficial da União* publicou a Resolução nº 6 do Ministério da Educação (CNE), que instituiu as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, revogando a Portaria Ministerial nº 1.770 de 1994.

A aprovação dessa resolução representou a *consolidação* de uma conquista para a área de educação em Arquitetura e Urbanismo, na sua constante busca de melhoria das condições de ensino. Embora a resolução não tenha mantido as exigências quantitativas (número de laboratórios ou de títulos na biblioteca, por exemplo) contempladas no instrumento anterior e que serviam como referência para a aprovação dos pedidos de abertura e reconhecimentos dos cursos no país, a área continua lutando por exigências institucionalizadas de meios para oferta e condições de ensino nos cursos existentes.

Assim, a partir de 2006, os cursos devem apresentar projetos pedagógicos contendo a descrição das competências, habilidades e perfil(is) desejados para os futuros arquitetos e urbanistas, assegurando:

a formação de profissionais generalistas, capazes de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, à organização e à construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a

conservação e a valorização do patrimônio construído, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis. (BRASIL, 2006).

A resolução define quatro princípios balizadores para a elaboração dos novos projetos pedagógicos de curso:

1. a qualidade de vida dos habitantes dos assentamentos humanos e a qualidade material do ambiente construído e sua durabilidade;
2. o uso de tecnologia em respeito às necessidades sociais, culturais, estéticas e econômicas das comunidades;
3. o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável do ambiente natural e construído;
4. a valorização e a preservação da arquitetura, do urbanismo e da paisagem como patrimônio e responsabilidade coletiva. (BRASIL, 2006).

No Quadro 4.1 são apresentados os conteúdos curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, de acordo com a Portaria nº 1.770 de 1994 e com a Resolução nº 6 de 2006.

## 92

### QUADRO 4.1 CONTEÚDOS CURRICULARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

(continua)

	1994	2006
I – Matérias de Fundamentação (1994) e Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação (2006)	1. Estética e história das artes	1. Estética e história das artes
	2. Estudos Sociais e ambientais	2. Estudos sociais e econômicos 3. Estudos ambientais
	3. Desenho	4. Desenho e meios de representação e expressão
I – Matérias Profissionais (1994) e Núcleo de Conhecimentos Profissionais (2006)	1. História e teoria da arquitetura e urbanismo	1. Teoria e história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo
	2. Projeto de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo	2. Projeto de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo

	1994	2006
I – Matérias Profissionais (1994) e Núcleo de Conhecimentos Profissionais (2006)	3. Planejamento urbano e regional	3. Planejamento urbano e regional
	4. Tecnologia da construção	4. Tecnologia da construção
	5. Sistemas estruturais	5. Sistemas estruturais
	6. Conforto ambiental	6. Conforto ambiental
	7. Técnicas retrospectivas	7. Técnicas retrospectivas
	8. Informática aplicada à arquitetura e urbanismo	8. Informática aplicada à arquitetura e urbanismo
	9. Topografia	9. Topografia
III	Trabalho Final de Graduação	Trabalho de Curso

Fonte: Quadro elaborado a partir de na Resolução nº 6/2006 (BRASIL, 2006) e na Portaria nº 1.770/94 (BRASIL, 1994).

As seguintes habilidades e competências compoirão a formação do profissional generalista arquiteto e urbanista:

- a) o conhecimento dos *aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído*;
- b) a compreensão das questões que informam as ações de *preservação da paisagem e de avaliação dos impactos no meio ambiente*, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável;
- c) as habilidades necessárias para *conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções*, considerando os fatores de custo, de durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, e de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários;
- d) o conhecimento da *história das artes e da estética*, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo;
- e) os conhecimentos de *teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo*, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa;
- f) o domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infra-estrutura e de trânsito, necessários para a *concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional*;
- g) os conhecimentos especializados para o *emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos*, para a definição de instalações e equipamentos

prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infra-estrutura urbana;

- h) a compreensão dos *sistemas estruturais* e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações;
- i) o entendimento das *condições climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas*;
- j) as *práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades*;
- k) as habilidades de *desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação*, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais;
- l) o conhecimento dos *instrumentais de informática* para tratamento de informações e representação aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional;
- m) a habilidade na elaboração e instrumental na *feitura e interpretação de levantamentos topográficos*, com a utilização de *aero-fotogrametria, foto-interpretção e sensoriamento remoto*, necessários na realização de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e no planejamento urbano e regional. (BRASIL, 2006).

94

O *projeto pedagógico* deverá demonstrar claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas, tendo em vista o perfil desejado, e garantindo a coexistência de relações entre teoria e prática, como forma de fortalecer o conjunto dos elementos fundamentais para a aquisição de conhecimentos e habilidades necessários à concepção e à prática do arquiteto e urbanista.

Os conteúdos curriculares foram distribuídos em dois núcleos, coroados pela atividade síntese denominada *trabalho de curso* (denominação infeliz para o já consolidado *trabalho final de graduação* que, por decisão do Congresso da Abea de 2008, deverá ser mantido). O núcleo de conhecimentos de fundamentação é composto pelos campos de saber que fornecem o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado, enquanto o *núcleo de conhecimentos profissionais* é composto por campos de saber destinados a estabelecer as atribuições profissionais e a responsabilidade técnica e social, conforme apresentados no Quadro 4.1. Entre os conteúdos curriculares obrigatórios, a resolução consagrou o *Estágio Curricular Supervisionado*.

### **Comparação dos conteúdos curriculares de 1931 a 2006**

O Quadro 4.2 permite comparar – mesmo que com algumas distorções conceituais – as construções curriculares propostas em 1931, 1962, 1969, 1994 e 2006, respectivamente pela Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro e pelos pareceres do Ministério da Educação: 336/62, 389/69, pela Portaria MEC nº 1.770/94 e pelo Parecer nº 112/05 que deu origem à Resolução nº 6/2006.

**QUADRO 4.2** COMPARAÇÃO ENTRE AS DISCIPLINAS DA ENBA DE 1931, OS CURRÍCULOS MÍNIMOS DE 1962 E 1969 E AS DIRETRIZES CURRICULARES DE 1994 E 2006

(Continua)

Enba 1931		Currículo 1962		Currículo 1969		Diretriz 1994		Diretriz 2006	
DISCIPLINAS		MATERIAS		MATERIAS		MATERIAS		CONHECIMENTOS	
História das Belas-Artes		História da arquitetura e da arte		Estética, História das artes e, especialmente, da arquitetura		Estética e história das artes		Estética e história das artes	
Arquitetura analítica									
Estilo									
Matemática superior		Cálculo		Matemática					
Física aplicada às construções		Física aplicada		Física					
Resistência dos Materiais		Resistência dos materiais e estabilidade das construções		Resistência dos materiais e estabilidade das construções					
Sistemas e Detalhes de Construção		Sistemas estruturais		Sistemas estruturais		Sistemas estruturais		Sistemas estruturais	
Modelagem									
Desenho		Desenho e plástica		Plástica		Desenho		Desenho e meios de representação e expressão	
Geometria descritiva		Geometria Descritiva		Desenho e outros meios de expressão					
Artes aplicadas									
Teoria da arquitetura		Teoria da arquitetura		Teoria da arquitetura, Arquitetura brasileira		História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo		Teoria e história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo	
Materiais de construção		Materiais de construção		Materiais de construção, detalhes e técnicas da construção					
Elementos de construção		Técnica de construção				Tecnologia da construção		Tecnologia da construção	
				Instalações e Equipamentos					

**QUADRO 4.2** COMPARAÇÃO ENTRE AS DISCIPLINAS DA ENBA DE 1931, OS CURRÍCULOS MÍNIMOS DE 1962 E 1969 E AS DIRETRIZES CURRICULARES DE 1994 E 2006 (Conclusão)

Enba 1931	Currículo 1962	Currículo 1969	Diretriz 1994	Diretriz 2006
Composição de arquitetura	Composição arquitetônica, de interiores e de exteriores Planejamento	Planejamento arquitetônico	Projeto de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo	Projeto de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo
Urbanismo	Evolução urbana		Planejamento urbano e regional	Planejamento urbano e regional
Topografia – Arquitetura Paisagista			Topografia	Topografia
Legislação das Construções	Legislação, prática profissional e deontologia			
	15. Estudos sociais e econômicos	Higiene da habitação Estudos sociais e econômicos	Conforto ambiental Estudos Sociais e Ambientais	Conforto ambiental Estudos ambientais Estudos Sociais e Econômicos
			Técnicas retrospectivas	Técnicas retrospectivas
			Informática aplicada à arquitetura e urbanismo	Informática aplicada à arquitetura e urbanismo
			Trabalho Final de Graduação	Trabalho Final de Graduação

Fonte: Quadro elaborado a partir da legislação pertinente.

Das quinze cadeiras então ofertadas (em uma ou duas partes), apenas uma foi de fato suprimida, a de Artes Aplicadas (que tratava das artes menores: mobiliário, vitrais, cerâmica etc.); seis perderam autonomia e seus conteúdos foram incorporados como fundamentos para outras disciplinas (matemática, física, resistência dos materiais, geometria descritiva, modelagem e legislação); três foram reagrupadas (arquitetura analítica, estilo e elementos de construção); e seis mantiveram-se desde 1931. Fazem parte desse “núcleo” os conteúdos de: 1. história das artes, 2. desenho, 3. teoria da arquitetura, 4. materiais de construção, 5. projeto (com diferentes denominações) e 6. sistemas estruturais. A esses seis, somou-se – desde o primeiro currículo mínimo adotado em 1962 – o conteúdo de estudos sociais e econômicos.

O currículo mínimo de 1969, por sua vez, introduziu as matérias de Estética (associada à História das Artes) e Higiene da Habitação e Instalações e Equipamentos.

Os novos conhecimentos incorporados a partir das diretrizes de 1994 (Quadro 4.1) refletem algumas práticas já consolidadas nos cursos, preocupações da sociedade brasileira e, particularmente, dos arquitetos e urbanistas, tais como: planejamento urbano e regional (o crescimento das cidades e dos centros metropolitanos), técnicas retrospectivas (a preservação do patrimônio cultural brasileiro) e estudos ambientais (“buscando despertar a atenção crítica para as questões ambientais”) (BRASIL, 1994). Por sua vez, Higiene da Habitação foi transformada em Conforto Ambiental (como condicionante da forma e da organização espacial) e foi criada a matéria de Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo (utilização de instrumental atualizado).

97

### **O papel da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea)**

O incentivo à abertura de novos cursos, notadamente no ensino privado, induzido pela política expansionista adotada pelo MEC nos anos 90, permitiu que, dos 72 cursos existentes no país em 1994, chegássemos ao início de 2009 – quinze anos depois – com mais de 200 cursos na área de Arquitetura e Urbanismo.

A participação da Abea, a partir da reestruturação da entidade como Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo em 1985, foi fundamental para o enfrentamento dos problemas advindos do rápido crescimento e disseminação dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no país e para a permanente busca de qualificação do ensino neste período.

Em 1990, foi iniciado o reconhecimento (estado da arte) da área a partir do *Inventário dos cursos de Arquitetura e Urbanismo* conduzido pela Abea. A autoavaliação conjunta da área de ensino, desenvolvida previamente nos cursos, subsidiou os seminários regionais e nacional, realizados em 1993 a 1994 pela Ceau, que resultaram na promulgação da Portaria MEC nº 1.770/94 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de Arquitetura e Urbanismo. Os padrões de qualidade e os requisitos estabelecidos para a

abertura e funcionamento dos cursos de Arquitetura e Urbanismo até hoje são adotados nos instrumentos regulatórios oficiais.

No período de 1995 a 1996 a ação da Abea teve por foco a reavaliação dos projetos pedagógicos dos cursos e das práticas acadêmicas correspondentes, com o objetivo de “redesenhar” os currículos plenos, adequando-os às exigências decorrentes da nova base legal expressa nas Diretrizes Curriculares e Conteúdos Mínimos de 1994, e na nova legislação para o ensino superior (LDB).

A partir de 1997 a Abea contribuiu ativamente com o processo de avaliação externa dos cursos correspondente à verificação periódica – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento – e ao exame anual de qualificação dos alunos concluintes – o antigo Provão e o atual Enade.

Em 1998 a Abea protagonizou o processo de definição das novas Diretrizes Curriculares, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2006, incentivando a ampla participação do conjunto dos cursos de Arquitetura e Urbanismo do país no debate e na formulação de propostas consolidadas pelo Grupo de Trabalho de Ensino de Arquitetura e Urbanismo do Confea e protocoladas no MEC.

Mais de uma década após a definição pela Ceau, com total apoio e participação da Abea, do document, em novembro de 2008 a Abea realizou o Encontro sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo no qual o tema central da discussão foi o referido documento. Setenta e seis representantes de mais de cinquenta instituições de ensino aprovaram indicações para a atualização do documento, as quais foram sistematizadas para apreciação do Congresso Nacional da Abea, a realizar-se em novembro de 2009 em Brasília.

**98**

Fiel aos compromissos técnicos e sociais da Arquitetura e Urbanismo a Abea tem atuado em várias frentes, tais como a participação como membro efetivo do Conselho da Cidade desde sua criação; na luta pela universalização da acessibilidade contemplada pela Lei Federal nº 10.098/00 (BRASIL, 2000) e pelo Decreto-Lei nº 5.296/04 (BRASIL, 2004), e na aprovação da Lei Federal nº 11.888/08 (BRASIL, 2008a), relativa à assistência técnica, que assegura às famílias de baixa renda a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de interesse social. Em conjunto com as demais entidades nacionais da categoria profissional, reunidas no Colégio Brasileiro de Arquitetos (CBA), a Abea tem se empenhado nos últimos dez anos na construção de um Conselho de Arquitetura e Urbanismo desvinculado das demais categorias profissionais que hoje integram o sistema multiprofissional Confea.

Ao longo dessa trajetória tanto as necessidades diagnosticadas como a natureza da profissão de arquiteto e urbanista definiram as exigências para a educação escolarizada dos arquitetos e urbanistas, estabeleceram padrões de qualidade para o ensino na área e promoveram a constante atualização das exigências legais atinentes ao ensino e ao exercício profissional. Para tanto, foram fundamentais a contribuição e a aprovação das entidades profissionais de ensino e de estudantes.

A história da profissão e do ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil reafirmam as características que ao longo dos tempos marcaram o trabalho dos arquitetos e urbanistas – das mais remotas civilizações aos dias de hoje – e que podem ser constatadas no acervo edificado, no desenho das cidades, em obras de arte e em documentos que fazem parte do patrimônio da humanidade.

ADDIS, B. Edificação: 3000 anos de projeto, engenharia e construção. Porto Alegre: Bookman, 2009.



# **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



ADDIS, B. *Edificação: 3000 anos de projeto, engenharia e construção*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

AFONSO, A. A.; FLEURY, N. [*Breve história da engenharia*]. Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/plen/SessoesPlenarias/visualiza.asp?ID\\_SESSAO=842](http://www.al.rs.gov.br/plen/SessoesPlenarias/visualiza.asp?ID_SESSAO=842)>. Acesso em: 15 jun. 2009.

AMORIM, L. M. E. et al. *Ensino de Arquitetura e Urbanismo - condições & diretrizes*. MEC, SESu, CEAU: Brasília, DF, 1994.

ANDRADE, R. M. F. *Artistas coloniais*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

ARTIGAS, V. Contribuição para o relatório sobre ensino de arquitetura e urbanismo. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. *Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil*. São Paulo, 1977.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. Documentos básicos: Comissão de Especialistas no Ensino de Arquitetura e Urbanismo – CEAU. São Paulo, 1975.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. *Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil*. São Paulo, 1977a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. *Subsídios para a reformulação do ensino de arquitetura*. São Paulo, 1977b.

AZEVEDO, P. O. de. Alexander S. Buddeüs: a passagem do cometa pela Bahia. *Arquitextos*, n. 81, jan. 2007. Disponível em: <[www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq081/arq081\\_01.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq081/arq081_01.asp)>. Acesso em: 15 jun. 2007.

BANDEIRA, J.; XEXÉO, P.; CONDURU, R. *A missão francesa*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BENÉVOLO, L. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BENÉVOLO, L. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BICCA, P. *Arquiteto a máscara e a face*. São Paulo: Projeto, 1984.

BITTAR, W. S. M. [*História da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo*]. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://fau.ufrj.br>>. Acesso em: 23 maio 2009.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução CFE nº 3. Fixa os mínimos de Conteúdo e Duração a serem Observados na Organização dos Cursos de Arquitetura. [Brasília], 1969.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 6, de 2 de fevereiro de 2006. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 3 fev. 2006.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição política do Império do Brasil. *Leis, Alvarás e Cartas Imperiaes*, Rio de Janeiro, 22 abr. 1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2009.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2009.

BRASIL. Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933. Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 15 dez. 1933. Disponível em: <<http://app.crea-rj.org.br/portalcreav2midia/documentos/decreto23569.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2009.

BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 1930. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d19402.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2009.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 1931a. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=40255>>. Acesso em: 2 jun. 2009.

BRASIL. Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a Organização da Universidade do Rio de Janeiro. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 1931b. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=48640>>. Acesso em: 2 jun. 2009.

BRASIL. Decreto nº 3.001, de 9 de outubro de 1880. Estabelece os requisitos que devem satisfazer os Engenheiros Civis, Geographos, Agrimensores e os Bachareis formados em mathematicas, nacionaes ou estrangeiros, para poderem exercer empregos ou commissões de nomeação do Governo. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1880. Disponível em: <<http://www6.senado.gov/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=70640>>. Acesso em: 20 maio 2009.

BRASIL. Decreto nº 4.793, de 7 de janeiro de 1924. Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1924. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1924. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=42330>>. Acesso em: 26 maio 2009.

BRASIL. Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008. Dispõe sobre o censo anual da educação. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 7 abr. 2008b. Seção 1, p. 3. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=256989>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 3 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2009.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.918, de 31 de agosto de 1945. Dispõe sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1945. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=31760>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 20 dez. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 26 dez. 2008a. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=258240>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 dez. 1945. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=113645>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 452, de 5 de julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1937. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102890>>. Acesso em: 2 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 dez. 1966. Disponível em: <[www.confea.org.br/normativos](http://www.confea.org.br/normativos)>. Acesso em: 10 jun. 2009

106

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. Portaria Ministerial nº 699 de 18 de dezembro de 1973. Cria a Comissão de Especialistas no Ensino de Arquitetura e Urbanismo. [Brasília], 1973.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. *Programa integrado de melhoria do ensino de graduação em arquitetura (PIMEG-ARQ)*. Brasília, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.770, de 21 de dezembro de 1994. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 1994. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ar\\_geral.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ar_geral.pdf)>. Acesso em: 2 jun. 2009.

BRASIL. Portaria Ministerial nº 159, de 14 de junho de 1965. Fixa novos critérios à duração dos cursos superiores. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1965.

BRASIL. Secretaria de Ensino Superior. Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. *Relatório 93*. Brasília, 1994.

BRASIL. Secretaria de Ensino Superior. Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. *Perfis da área & padrões de qualidade: Expansão, Reconhecimento e Verificação Periódica dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo*. Brasília, 1995.

BRUAND, Y. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

BUENO, B. P. S. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CAVALCANTI, N. *Arquitetos & engenheiros: sonho de entidades desde 1798*. Rio de Janeiro: Crea-RJ, 2007.

CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro setecentista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO. *Belas Artes 80 anos*. São Paulo, FEBASP, 2005.

CESAR, R. C. Relatório apresentado para o Encontro Nacional de Educadores, promovido pela Confederação Nacional das Indústrias. *Cadernos de Estudos*, Porto Alegre, n. 15, 1961. Não paginado.

CHOAY, F. *A regra e o modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985. (Coleção Urbanismo).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO. *Bibliografia mínima para escolas de arquitetura*. Brasília, 1976.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO. *Subsídios para reformulação do novo currículo mínimo*. São Paulo, 1979.

COTTA, F. A. Estados-nacionais e exércitos na Europa moderna: um olhar sobre o caso português. *Revista de História e Estudos Culturais*, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, jul./set. 2007.

CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

DURAND, J. C. G. *A profissão de arquiteto: estudo sociológico*. Rio de Janeiro: CREA-GB, 1972.

FÁVERO, M. L. de. *Universidade do Brasil: guia dos dispositivos legais*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.

FICHER, S. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ed. da USP, 2005.

FICHER, S. Profissão de arquiteto e ensino de Arquitetura: mitos e perspectivas. *Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação*, São Paulo, p. 117-121, 1996. Edição especial.

FONZAR, J. *Pequena história da educação brasileira*. Curitiba: Folha de Rostov, 1989.

GALVÃO, A. *Subsídios para a história da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Enba, 1954.

GRAEFF, E. A. Um balanço crítico das lutas pelo novo currículo mínimo. *Revista Projeto*, São Paulo, n. 54, 1983.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). *Resumo técnico: censo da educação superior 2007*. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

LOPEZ, A.; MOTA, C. G. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Senac, 2008.

MANFREDI, S. M. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MEIRA, M. E. et al. *Condições & diretrizes para o ensino de Arquitetura e Urbanismo*. Brasília: MEC, SESu, 1995.

MILAN, C. B. *O ateliê na formação do arquiteto*. São Paulo: Ed. da USP, 1962.

MORALES DE LOS RIOS, A. Evolução do ensino da Engenharia e da Arquitetura no Brasil. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. *Sobre a história do ensino de Arquitetura no Brasil*. São Paulo, 1977.

MOREIRA, R. O ensino arquitetônico: entre a teoria e a prática. In: SOUSA, A. *O ensino da Arquitetura no Brasil Imperial*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2001.

MORENO, H. B. As quatro ordens da sociedade quatrocentista. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 107-119, 1998. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg5-5.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg5-5.pdf)>. Acesso em: 11 maio 2009.

MOTTA, F. Subsídios para relatório sobre ensino de arquitetura UIA-Unesco, 1974. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. *Sobre a história do ensino de Arquitetura no Brasil*. São Paulo, 1977.

OLIVEIRA, M. M. (Org.). *Arquitetura militar ou fortificação moderna: escrito por Diogo da Sylveyra Vellozo – 1743*. Salvador: Ed da UFBA, 2005.

OLIVEIRA, M. M. *As fortificações portuguesas de Salvador quando cabeça do Brasil*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2004.

OLIVEIRA, T. Breve histórico do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. In: REGINO, A. N. (Org.). *Arquitetura atribuição do arquiteto*: homenagem ao centenário do arquiteto Eduardo Kneese de Mello. São Paulo: FEBASP, 2005.

PARDAL, P. *Brasil, 1792*. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1985.

PEDREIRINHO, J. M. *Dicionário dos arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade*. Porto: Afrontameto, 1994.

PEIXOTO, G. R. *Reflexos das luzes na terra do sol*. São Paulo: ProEditores, 2000.

PILETTI, N.; PILETTI, C. *História da educação*. São Paulo: Ática, 1997.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1979.

REIS FILHO, N. G. (Org.). *100 anos de ensino de Arquitetura e Urbanismo em São Paulo*. São Paulo: USP, FAU, 1996.

ROVATTI, J.; PADÃO, F. (Orgs.). *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*: Faculdade de Arquitetura: 1952-2002. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SALMERON, R. *A universidade interrompida*: Brasília 1964-1965. Brasília: Ed. da UnB, 1999.

SCHWARCZ, L. M. *O sol do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARTMAN, S.; BOMENY, H. M.; COSTA, V. M. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SEGAWA, H. *Arquitetura no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: Ed. da USP, 1997.

SOUSA, A. *O ensino da Arquitetura no Brasil Imperial*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2001.

SQUEFF, L. *O Brasil nas letras de um pintor*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

STEVENS, G. *O círculo privilegiado*: fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Brasília: Ed. da UnB, 2003.

TAVARES, A. L. *A Engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

TELLES, P. C. S. *História da Engenharia no Brasil*: séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984.

TOLEDO, B. L. de. Do século XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó. In: ZANINI, W. (Org.). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983. p. 88-298.

UIA/UNESCO charter for Architectural education. Paris: Unesco, UIA, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Escola de Arquitetura UFMG: 1930-1970*. Belo Horizonte: Serviço gráfico da Escola de Arquitetura, 1970.

WEIMER, G. *A vida cultural e a Arquitetura na República Velha rio-grandense: 1889-1945*. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 2003.

WEIMER, G. *Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.

# **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**



ALVAREZ, J. M. *Arquitetura monumental e vontade de potência*. Rio de Janeiro: Oficina Letras & Artes, 1991.

ARTIGAS, V. *A função social do arquiteto*. São Paulo: Nobel, 1989. (Coleção Cidade Aberta).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 01*: caderno preparatório para o X ENSEA e V CONAbea – grupo de consultores. Niterói, 1991a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 02*: caderno preparatório para o X ENSEA e V CONAbea – informática & processo constituinte. Niterói, 1991b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 03*: caderno preparatório para o X ENSEA e V CONAbea – avaliação. Niterói, 1991c.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 06*: anais do XII COSU-Abea, X ENSEA e V CONAbea. Niterói, 1991d.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 08*: inventário. Etapa I – cadastro, projetos de pesquisa, projetos de extensão e professores. Rio de Janeiro, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 11*: anais do seminário nacional: critérios para avaliação da educação do arquiteto e urbanista. Rio de Janeiro, [1992].

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 12*: anais do seminário nacional de pós-graduação em arquitetura e urbanismo. Florianópolis, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 14*: anais do I seminário nacional sobre extensão em Arquitetura e Urbanismo. Campinas, 1994a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 15*: anais do seminário nacional sobre pesquisa na educação do arquiteto e urbanista. Cuiabá, 1995a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 16*: anais do XII seminário nacional sobre ensino de Arquitetura. Belém, 1994b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 17*: anais do XIII encontro nacional sobre ensino de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 1995b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 20*: anais do XV encontro nacional sobre ensino de Arquitetura e Urbanismo. Práticas pedagógicas no ensino de arquitetura e urbanismo. Campo Grande, 1998.

**114** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 21*: anais do XVI encontro nacional sobre ensino de Arquitetura e Urbanismo. Ética para o III milênio. Londrina, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 23*: anais do XVIII encontro nacional sobre ensino de Arquitetura e Urbanismo. Projeto político pedagógico. Belo Horizonte, 2002a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA. *Caderno 24*: anais do XIX encontro nacional sobre ensino de Arquitetura e Urbanismo. Projeto pedagógico in/exclusão social. Natal, 2002b.

BRASIL. Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. *Diagnóstico das condições de ensino e pesquisa em arquitetura e urbanismo no Brasil*. [Brasília]: MEC, 1974.

BRASIL. Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. *Condições & diretrizes*. Brasília: MEC, SESu, 1995.

BRASIL. Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. *Perfis & padrões de qualidade*. Brasília: MEC, SESu, 1996a.

BRASIL. Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. *Roteiros de avaliação para abertura e funcionamento de cursos de arquitetura e urbanismo*. Brasília: MEC, SESu, 1996b.

CASTRO, O. F. de. *Deontologia da Engenharia, Arquitetura e Agronomia*: legislação profissional. Goiânia: CREA-GO, 1995.

CHOAY, F. *Urbanismo: utopias e realidades: uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação e marco referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior*. Piracicaba: Ed. da UNIMEP, 1998.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1998, Paris, França. *Tendências de educação superior para o século XXI: anais da conferência mundial sobre o ensino superior*. Tradução de Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves. Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

CORONA, E. *Bibliografia mínima para escolas de arquitetura*. São Paulo: CEAU, 1976.

DELORS, J. et al. *Educação, um tesouro a descobrir*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, UNESCO, Ministério da Educação).

FICHER, S. Mitos e perspectivas: profissão de arquiteto e ensino de arquitetura. *Projeto*, n. 185, maio, 1995.

FIORI, E. *Cadernos de reforma universitária 1: aspectos da reforma universitária*. Porto Alegre: UEE, [1962].

FREIRE, P. *A pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura).

GADOTTI, M. *História das idéias pedagógicas*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001. (Série Educação).

GRAEFF, E. A. A desmoralização do ensino público. *Revista da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília*, Brasília, n. 1, 1998.

GRAMSCI, A. *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUNN, P. O departamento de tecnologia e o currículo da FAUUSP. *Sinopses Memória*, FAU/USP, São Paulo, 1993.

GUTIERREZ, E. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2004.

HADJI, C. *A avaliação desmitificada*. Tradução de Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul - Artmed Editora, 2001.

HARGREAVES, A. et al. *Aprendendo a mudar: o ensino para além dos conteúdos e da padronização*. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul - Artmed, 2002.

HOBBSAWN, E. J. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO DE AÇÃO CULTURAL. *Cuidado, escola!: desigualdades, domesticação e algumas saídas*. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LEVY, C. R. M. *Exposições gerais da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1990.

MATURANA, H.  *Emoções e linguagem na educação e na política*. Tradução de José F. Campos Fortes. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

MEIRA, M. E. Configurações preconizadas: Laboratórios de Informática (Labinf), de Conforto (Labcon) e de Tecnologia (Labtec). In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 1999, Londrina, PR. *Cadernos Abea n. 23*. Londrina: Abea, 1999

MEIRA, M. E. patrimônio cultural e formação profissional. ARQUIAMÉRICA, set. 1992, Ouro Preto, MG. *Anais...* Ouro Preto, MG: Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, 1992.

116

MEIRA, M. E. Técnicas retrospectivas: manutenção e reabilitação da paisagem construída. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO – Práticas Pedagógicas, 15., 1998, Campo Grande, MS. *Cadernos Abea n. 22*. Campo Grande, MS: Abea/UNIDERP, 1998.

MONTEIRO, A. M. R. G. *O ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: a expansão dos cursos no estado de São Paulo no período de 1995 a 2005*. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

MORAES, J. C. (Org.). *500 anos de engenharia no Brasil*. São Paulo: Ed. da USP, 2005.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma reformar o pensamento*. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000b.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Tradução Maria Alexandre e Maria Alice Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez Editora e Unesco, 2000a.

MORIN, E. Problemas de uma epistemologia complexa. In: \_\_\_\_\_. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Biblioteca Universitária/Publicações Europa-América, 1996.

NICOLUESCU, B. et al. *Educação e transdisciplinaridade*. Tradução de Judite Vero, Maria F. de Mello e Américo Sommerman. Brasília: UNESCO, 2000.

OLIVEIRA, I. C. E. de. *Aqui & Agora (hic et nunc)*. Cadernos Abea, Abea, Rio de Janeiro, n. 24, 2002.

OLIVEIRA, I. C. E. de. *Desejo e desenho na Amazônia urbana*. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

OLIVEIRA, I. C. E. de. Exame nacional de cursos (Provão): perigo & oportunidade. *Abea/Revista Vitruvius*, 2001. Disponível em: <<http://www.abea-arq.org.br>> e <<http://www.vitruvius.br>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

OLIVEIRA, I. C. E. de. *Jogando com a complexa sustentabilidade na Amazônia urbana*. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

OLIVEIRA, I. C. E. de; PERES, V. (Orgs.). *A educação do arquiteto e urbanista: reflexões da Professora Maria Elisa Meira*. São Paulo: Ed. da Unimep, 2001.

OLIVEIRA, V. F. *A trajetória dos cursos de graduação em engenharia*. [S.l.]: mimeo, 2007.

PEREIRA, M. A. *Arquitetura brasileira após Brasília: depoimentos*. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 1982.

PETRAGLIA, I. C. *Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

POLIÃO, M. V. *Da arquitetura*. São Paulo: Hucitec, 1999.

REGINO, A. N. et al. *Arquitetura atribuição do arquiteto: homenagem ao centenário do arquiteto Eduardo Kneese de Mello*. São Paulo: FEBASP, 2005.

RIBEIRO, D. *UnB: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

SANTOS JUNIOR, W. R. dos. *O currículo mínimo no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969 –1994*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SANTOS, C. N. F. S. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Ed. UFF; São Paulo: Projeto, 1988.

SCHÖN, D. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul – Artmed, 2000.

SERRÃO, V. *História da arte em Portugal: o renascimento e o maneirismo*. Lisboa: Presença, 2002.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, T. T. *O que produz e o que reproduz em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul - Artmed, 1992.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Plano orientador da Universidade de Brasília*. Brasília, 1962.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. *Fórum de debates 1968: documentos e relatórios das comissões e sub-comissões*. São Paulo: FAUUSP, 1969.

VITEBO, F. S. *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988.

WEIMER, G. *Arquitetos e construtores rio-grandenses na Colônia e no Império*. Santa Maria: UFSM, 2006.

WEIMER, G. *Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.

ZANINI, W. (Org.). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983.

**PARTE II - ANEXO:  
DADOS ESTATÍSTICOS DO ENSINO  
DE ARQUITETURA E URBANISMO**



# **DADOS SOBRE OS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO 1991-2007**

**Censo 2007/Inep**

**121**

As tabelas constantes deste Anexo foram elaboradas pela equipe da Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep, dirigida por Maria Inês Gomes de Sá Pestana e composta por Laura Bernardes da Silva, Nabiha Gebrim e José Marcelo Schiessl.

## **Organização do Anexo**

O presente Anexo tem por objetivo apresentar os principais dados sobre os cursos de Engenharia no período de 1991 a 2007, período de abrangência do Censo da Educação Superior no Brasil.

As tabelas estão assim organizadas:

- Apresentação e Esclarecimentos sobre as Tabelas de Dados;
- Organização das Tabelas de Dados sobre:
  1. Número de Cursos
  2. Vagas Oferecidas
  3. Candidatos Inscritos

4. Ingressantes
5. Matriculados
6. Concluintes

Esses dados estão distribuídos pelas Regiões:

- Norte: RR, AP, AM, AP, RO, AC e TO
- Nordeste: MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA
- Centro Oeste: MT, MS, GO e DF
- Sudeste: MG, ES, RJ e SP
- Sul: PR, SC e RS
- BRASIL – Total

E estruturados segundo:

- CATEGORIA ADMINISTRATIVA:  
Públicas: Federal, Estadual e Municipal  
Privadas: Particular e Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas
- ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA:  
Universidades, Centros e Faculdades.
- Listagem dos Cursos de Engenharia de Produção tabulados em 2007.

122

### **Apresentação das tabelas**

As tabelas constantes deste Anexo foram elaboradas pela equipe do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com base nos dados do Censo da Educação Superior, que é realizado anualmente desde 1991. Estas tabelas subsidiam as análises e reflexões sobre o crescimento e evolução dos cursos de Engenharia no período considerado.

De acordo com o disposto no Resumo Técnico do Censo da Educação Superior de 2007 (BRASIL, 2009), o Censo da Educação Superior é realizado anualmente pelo Inep, que coleta dados sobre a educação superior brasileira

com o objetivo de oferecer aos dirigentes das instituições, aos gestores das políticas educacionais, aos pesquisadores e à sociedade em geral, informações detalhadas sobre a situação atual e as grandes tendências do setor. A coleta anual dessas informações tem por referência as diretrizes gerais previstas pelo Decreto nº 6.425 de 4 de abril de 2008 sobre o censo da educação superior. Essa atividade reúne dados sobre as instituições de educação superior em suas diferentes formas de organização acadêmica e categorias administrativas; os cursos de graduação presenciais ou à

distância; as vagas oferecidas; as inscrições; as matrículas; os ingressantes e concluintes, além de informações sobre as funções docentes, entre muitos outros. (p. 3).

Informações específicas e detalhadas do Censo podem ser encontradas nas Sinopses dos Censos, publicadas anualmente e disponíveis na página do Inep.<sup>40</sup> “O Inep pretende, ao tornar públicos estes dados e divulgar uma análise dos mesmos, colaborar com todos aqueles que tenham interesse nas questões relativas à educação superior”. (BRASIL, 2009, p. 3).

A coleta de dados se dá por meio de um questionário eletrônico que as Instituições de Educação Superior (IES), representadas por seu Pesquisador Institucional, utilizam para o envio dos dados requeridos. Conforme estabelece o artigo 4º do Decreto nº 6.425 de 4 de abril de 2008,

o fornecimento das informações solicitadas por ocasião do censo da educação básica e da educação superior, bem como para fins de elaboração de indicadores educacionais, é obrigatório para todos os estabelecimentos públicos e privados de educação básica e para todas as instituições de educação superior, na forma do Art. 9º, inciso V e § 2º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (BRASIL, 2008).

O instrumento de coleta é composto por itens sobre as IES e seus respectivos cursos. Durante o período de preenchimento, os pesquisadores institucionais podem fazer, a qualquer momento, alterações ou inclusões necessárias no conjunto de dados de suas respectivas instituições. Encerrado o prazo de preenchimento dos questionários eletrônicos, o sistema é fechado para alteração e os dados são colocados à disposição das IES, sob a forma de relatório, para consulta, validação ou correção das informações prestadas. Após esse período de validação ou correção, o Inep realiza rotinas de análise na base de dados do censo para verificar a consistência das informações prestadas pelas instituições. Realizada a correção e em colaboração com os Pesquisadores Institucionais, o censo é finalizado. Feita a divulgação dos dados e publicada a Sinopse Estatística, não é possível realizar qualquer alteração nas informações do censo, visto que as mesmas passam a ser estatísticas oficiais. (BRASIL, 2009, p. 4).

### **Esclarecimentos sobre as tabelas**

Sobre as tabelas, é importante esclarecer que a coleta e tabulação de dados vêm sendo aprimoradas ao longo dos anos. Dentre as mudanças ocorridas, deve-se destacar que até 1996, os dados das IES privadas não eram separados em Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas (sem fins lucrativos) e Particulares (com fins lucrativos) como ocorre atualmente.

Com essa observação, alerta-se que quaisquer análises sobre os dados de 1991 a 1996 devem levar em consideração essas alterações ocorridas.

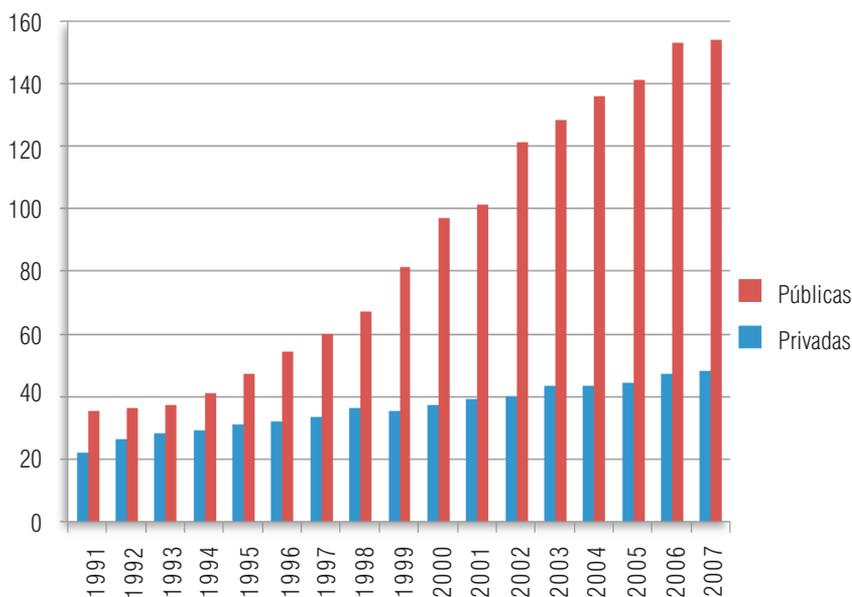
<sup>40</sup> Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>.

Outra questão a ser considerada refere-se à evolução das IES no que diz respeito à sua Organização Acadêmica. Diversas IES, no período considerado (1991-2007), evoluíram de Faculdade para Centro Universitário ou de Centro Universitário para Universidade.

Além disso, deve-se considerar que, como em todo processo de coleta e tabulação de dados, não se pode descartar a hipótese de imprecisões na inserção dos dados ou a não existência de base completa dos mesmos nas diversas IES, além da possibilidade de interpretação inadequada dos campos do questionário de coleta de dados.

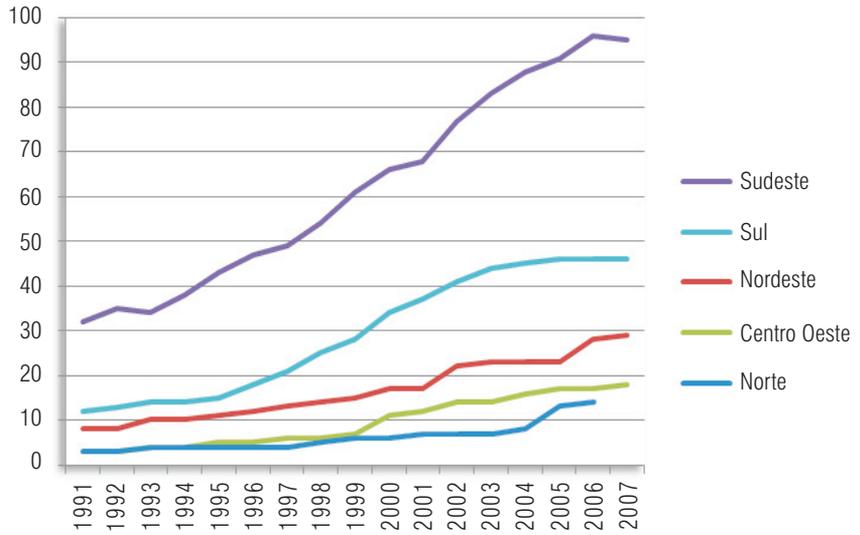
De todo modo, pelo que se observa das tabelas e das sinopses do Inep, os dados nelas encerrados refletem a realidade encontrada na Educação em Engenharia nacional. Com os constantes aprimoramentos no sistema de coleta e de tabulação desses dados, o Censo é hoje, indiscutivelmente, um valioso e indispensável instrumento para a formulação de políticas e para o fomento da educação superior no país.

Das tabelas apresentadas a seguir podemos extrair os gráficos abaixo e as respectivas análises.



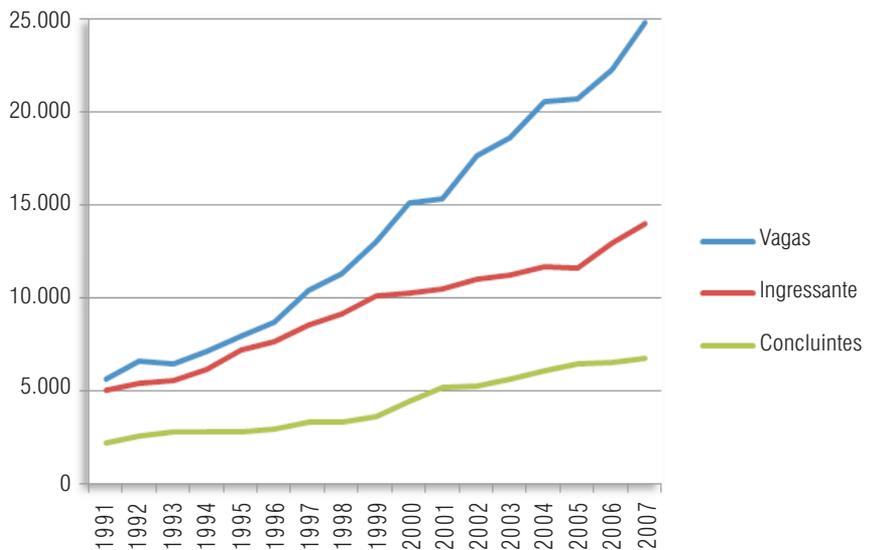
**FIGURA A1.1** EXPANSÃO DO NÚMERO DE CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO – INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

O gráfico da Figura A1.1 demonstra que a expansão do número de cursos de Arquitetura e Urbanismo ocorreu de forma mais acentuada a partir de meados da década de 90, e principalmente no ensino privado.



**FIGURA A1.2** EXPANSÃO DO NÚMERO DE CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

Do ponto de vista da distribuição regional, verifica-se que essa expansão se deu principalmente nos estados do Sul e Sudeste (Figura A1.2).



**FIGURA A1.3** EXPANSÃO DO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO – VAGAS *VERSUS* INGRESSANTES *VERSUS* CONCLUINTE

O gráfico da Figura A1.3 demonstra que, muito embora o crescimento da oferta de vagas tenha sido acentuada, o número de ingressantes e de concluintes não cresceu na mesma intensidade.



# NÚMERO DE CURSOS **127**

## **TABELAS A1.1**

Distribuição Regional por Categorias Administrativas:

*Públicas* – Federal, Estadual e Municipal

*Privadas* – Particular e Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas

## **TABELAS A1.2**

Distribuição Regional por Organização Acadêmica

*(Universidades, Centros, Faculdades, divididos cada um em públicos e privados)*



## TABELAS A1.1– NÚMERO DE CURSOS (1991-2007)

Distribuídos Regionalmente por Categorias Administrativas

*Públicas:* Federal, Estadual e Municipal

*Privadas:* Particular e Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas

**REGIÃO:** NORTE

Ano	Total	Pública			Privada		
		Total	Federal	Estadual	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	2	1	1	-	1	1	-
1992	3	1	1	-	2	2	-
1993	3	1	1	-	2	2	-
1994	4	2	1	1	2	2	-
1995	4	2	1	1	2	2	-
1996	4	2	1	1	2	2	-
1997	4	2	1	1	2	2	-
1998	4	2	1	1	2	1	1
1999	5	2	1	1	3	2	1
2000	6	2	1	1	4	2	2
2001	6	2	1	1	4	2	2
2002	7	2	1	1	5	3	2
2003	7	2	2	-	5	3	2
2004	7	2	2	-	5	4	1
2005	8	3	3	-	5	4	1
2006	13	4	4	-	9	8	1
2007	14	4	4	-	10	9	1

129

**REGIÃO:** NORDESTE

Ano	Total	Pública				Privada	
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular
1991	8	6	6	-	2	2	-
1992	8	6	6	-	2	2	-
1993	10	8	7	1	2	2	-
1994	10	8	7	1	2	2	-
1995	11	9	8	1	2	2	-
1996	12	9	7	2	3	3	-
1997	13	9	7	2	4	3	1
1998	14	9	7	2	5	3	2
1999	15	9	7	2	6	4	2
2000	17	9	7	2	8	5	3
2001	17	9	7	2	8	5	3
2002	22	10	8	2	12	8	4
2003	23	10	8	2	13	9	4
2004	23	10	8	2	13	9	4
2005	23	10	8	2	13	9	4
2006	28	11	9	2	17	11	6
2007	29	12	10	2	17	12	5

**REGIÃO:** CENTRO-OESTE

Ano	Total	Pública			Privada		
		Total	Federal	Estadual	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	3		1	-	2	2	-
1992	3	1	1	-	2	2	-
1993	4	1	1	-	3	3	-
1994	4	1	1	-	3	3	-
1995	5	2	2	-	3	3	-
1996	5	2	2	-	3	3	-
1997	6	2	2	-	4	2	2
1998	6	2	2	-	4	3	1
1999	7	2	2	-	5	4	1
2000	11	4	3	1	7	6	1
2001	12	5	3	2	7	6	1
2002	14	5	3	2	9	8	1
2003	14	5	3	2	9	8	1
2004	16	5	3	2	11	10	1
2005	17	5	3	2	12	10	2
2006	17	5	3	2	12	10	2
2007	18	5	3	2	13	11	2

**130****REGIÃO:** SUDESTE

Ano	Total	Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	32	9	5	3	1	23	23	-
1992	35	12	7	4	1	23	23	-
1993	34	11	7	3	1	23	23	-
1994	38	11	7	3	1	27	27	-
1995	43	11	7	3	1	32	32	-
1996	47	11	7	3	1	36	36	-
1997	49	11	7	3	1	38	18	20
1998	54	12	8	3	1	42	19	23
1999	61	13	8	4	1	48	23	25
2000	66	13	8	4	1	53	31	22
2001	68	14	9	4	1	54	33	21
2002	77	14	9	4	1	63	37	26
2003	83	15	9	5	1	68	37	31
2004	88	15	9	5	1	73	40	33
2005	91	15	9	5	1	76	43	33
2006	96	16	10	5	1	80	44	36
2007	95	16	10	5	1	79	44	35

**REGIÃO:** SUL

Ano	Total	Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	12	5	4	1	-	7	7	-
1992	13	6	4	1	1	7	7	-
1993	14	7	5	1	1	7	7	-
1994	14	7	5	1	1	7	7	-
1995	15	7	5	1	1	8	8	-
1996	18	8	5	1	2	10	10	-
1997	21	9	5	1	3	12	2	10
1998	25	11	5	1	5	14	4	10
1999	28	9	5	1	3	19	6	13
2000	34	9	5	2	2	25	7	18
2001	37	9	5	2	2	28	8	20
2002	41	9	5	3	1	32	9	23
2003	44	11	5	2	4	33	10	23
2004	45	11	5	2	4	34	11	23
2005	46	11	5	2	4	35	10	25
2006	46	11	5	2	4	35	9	26
2007	46	11	5	2	4	35	9	26

**131**

**TOTAL BRASIL**

Ano	Total	Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	57	22	17	4	1	35	35	0
1992	62	26	19	5	2	36	36	0
1993	65	28	21	5	2	37	37	0
1994	70	29	21	6	2	41	41	0
1995	78	31	23	6	2	47	47	0
1996	86	32	22	7	3	54	54	0
1997	93	33	22	7	4	60	27	33
1998	103	36	23	7	6	67	30	37
1999	116	35	23	8	4	81	39	42
2000	134	37	24	10	3	97	51	46
2001	140	39	25	11	3	101	54	47
2002	161	40	26	12	2	121	65	56
2003	171	43	27	11	5	128	67	61
2004	179	43	27	11	5	136	74	62
2005	185	44	28	11	5	141	76	65
2006	200	47	31	11	5	153	82	71
2007	202	48	32	11	5	154	85	69

## TABELAS A1.2 – NÚMERO DE CURSOS (1991-2007)

Distribuídos Regionalmente por Organização Acadêmica

(Universidades, Centros, Faculdades, divididos cada um em públicos e privados)

**REGIÃO:** NORTE

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	2	1	1	-	-	-	1	1
1992	3	2	1	1	-	-	1	1
1993	3	3	1	2	-	-	-	-
1994	4	4	2	2	-	-	-	-
1995	4	4	2	2	-	-	-	-
1996	4	3	2	1	-	-	1	1
1997	4	3	2	1	-	-	1	1
1998	4	3	2	1	-	-	1	1
1999	5	3	2	1	-	-	2	2
2000	6	3	2	1	1	1	2	2
2001	6	3	2	1	2	2	1	1
2002	7	4	2	2	2	2	1	1
2003	7	4	2	2	2	2	1	1
2004	7	4	2	2	3	3	-	-
2005	8	5	3	2	3	3	-	-
2006	13	6	4	2	3	3	4	4
2007	14	6	4	2	3	3	5	5

132

**REGIÃO:** NORDESTE

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	8	6	-	-	-	-	2	-	2
1992	8	6	6	-	-	-	2	-	2
1993	10	8	8	-	-	-	2	-	2
1994	10	8	8	-	-	-	2	-	2
1995	11	10	9	1	-	-	1	-	1
1996	12	10	9	1	-	-	2	-	2
1997	13	11	9	2	-	-	2	-	2
1998	14	12	9	3	-	-	2	-	2
1999	15	13	9	4	-	-	2	-	2
2000	17	13	9	4	1	1	3	-	3
2001	17	13	9	4	1	1	3	-	3
2002	22	14	9	5	2	2	6	1	5
2003	23	14	9	5	2	2	7	1	6
2004	23	14	9	5	2	2	7	1	6
2005	23	14	9	5	2	2	7	1	6
2006	28	15	10	5	2	2	11	1	10
2007	29	16	11	5	2	2	11	1	10

**REGIÃO:** CENTRO-OESTE

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	3	2	1	1	-	-	1	1
1992	3	2	1	1	-	-	1	1
1993	4	2	1	1	-	-	2	2
1994	4	2	1	1	-	-	2	2
1995	5	3	2	1	-	-	2	2
1996	5	3	2	1	-	-	2	2
1997	6	5	2	3	-	-	1	1
1998	6	5	2	3	1	1	-	-
1999	7	5	2	3	1	1	1	1
2000	11	7	4	3	2	2	2	2
2001	12	8	5	3	2	2	2	2
2002	14	10	5	5	2	2	2	2
2003	14	10	5	5	2	2	2	2
2004	16	10	5	5	3	3	3	3
2005	17	10	5	5	3	3	4	4
2006	17	10	5	5	3	3	4	4
2007	18	10	5	5	3	3	5	5

**133**

**REGIÃO:** SUDESTE

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	32	23	9	14	-	-	9	-	9
1992	35	26	11	15	-	-	9	1	8
1993	34	26	11	15	-	-	8	-	8
1994	38	29	11	18	-	-	9	-	9
1995	43	32	11	21	-	-	11	-	11
1996	47	36	11	25	-	-	11	-	11
1997	49	38	11	27	2	2	9	-	9
1998	54	41	12	29	5	5	8	-	8
1999	61	43	13	30	9	9	9	-	9
2000	66	46	13	33	10	10	10	-	10
2001	68	47	14	33	12	12	9	-	9
2002	77	53	14	39	15	15	9	-	9
2003	83	57	15	42	16	16	10	-	10
2004	88	60	15	45	19	19	9	-	9
2005	91	60	15	45	21	21	10	-	10
2006	96	60	15	45	23	23	13	1	12
2007	95	60	15	45	21	21	14	1	13

**REGIÃO:** SUL

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	12	10	5	5	-	-	2	-	2
1992	13	11	6	5	-	-	2	-	2
1993	14	12	7	5	-	-	2	-	2
1994	14	12	7	5	-	-	2	-	2
1995	15	13	7	6	-	-	2	-	2
1996	18	16	8	8	-	-	2	-	2
1997	21	19	9	10	-	-	2	-	2
1998	25	23	11	12	-	-	2	-	2
1999	28	25	8	17	-	-	3	1	2
2000	34	27	8	19	3	3	4	1	3
2001	37	29	8	21	5	5	3	1	2
2002	41	32	9	23	7	7	2	-	2
2003	44	32	11	21	10	10	2	-	2
2004	45	32	11	21	10	10	3	-	3
2005	46	32	11	21	10	10	4	-	4
2006	46	32	11	21	10	10	4	-	4
2007	46	33	11	22	9	9	4	-	4

**134****TOTAL BRASIL**

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	57	42	22	20	-	-	15	-	15
1992	62	47	25	22	-	-	15	1	14
1993	65	51	28	23	-	-	14	-	14
1994	70	55	29	26	-	-	15	-	15
1995	78	62	31	31	-	-	16	-	16
1996	86	68	32	36	-	-	18	-	18
1997	93	76	33	43	2	2	15	-	15
1998	103	84	36	48	6	6	13	-	13
1999	116	89	34	55	10	10	17	1	16
2000	134	96	36	60	17	17	21	1	20
2001	140	100	38	62	22	22	18	1	17
2002	161	113	39	74	28	28	20	1	19
2003	171	117	42	75	32	32	22	1	21
2004	179	120	42	78	37	37	22	1	21
2005	185	121	43	78	39	39	25	1	24
2006	200	123	45	78	41	41	36	2	34
2007	202	125	46	79	38	38	39	2	37

# VAGAS OFERECIDAS

## **TABELAS A2.1**

Distribuição Regional por Categorias Administrativas:

*Públicas* – Federal, Estadual e Municipal

*Privadas* – Particular e Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas

## **TABELAS A2.2**

Distribuição Regional por Organização Acadêmica

(*Universidades, Centros, Faculdades*, divididos cada um em públicos e privados)



## TABELAS A2.1 – NÚMERO DE VAGAS (1991-2007)

Distribuídas Regionalmente por Categorias Administrativas

*Públicas:* Federal, Estadual e Municipal

*Privadas:* Particular e Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas

**REGIÃO:** NORTE

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	150	50	50	-	-	-	100	100
1992	300	200	50	150	-	-	100	100
1993	281	281	50	231	-	-	-	-
1994	365	365	95	270	-	-	-	-
1995	380	380	80	300	-	-	-	-
1996	410	210	110	100	-	-	200	200
1997	409	209	80	129	-	-	200	200
1998	453	223	93	130	-	-	230	230
1999	627	217	90	127	-	-	410	410
2000	606	201	101	100	120	120	285	285
2001	720	190	90	100	370	370	160	160
2002	860	330	110	220	370	370	160	160
2003	920	310	90	220	370	370	240	240
2004	1.100	470	70	400	630	630	-	-
2005	1.047	600	150	450	447	447	-	-
2006	1.072	335	185	150	397	397	340	340
2007	1.671	566	201	365	435	435	670	670

137

**REGIÃO:** NORDESTE

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	495	375	375	-	-	-	120	-	120
1992	495	375	375	-	-	-	120	-	120
1993	580	460	460	-	-	-	120	-	120
1994	520	460	460	-	-	-	60	-	60
1995	620	560	480	80	-	-	60	-	60
1996	735	615	495	120	-	-	120	-	120
1997	931	791	531	260	-	-	140	-	140
1998	999	811	561	250	-	-	188	-	188
1999	1.153	928	565	363	-	-	225	-	225
2000	1.360	895	545	350	120	120	345	-	345
2001	1.459	985	545	440	120	120	354	-	354
2002	2.150	1.145	545	600	360	360	645	-	645
2003	2.661	990	565	425	240	240	1.431	-	1.431
2004	2.218	1.123	563	560	240	240	855	60	795
2005	2.327	1.262	555	707	240	240	825	30	795
2006	2.839	1.234	565	669	240	240	1.365	30	1.335
2007	3.118	1.372	627	745	260	260	1.486	60	1.426

**REGIÃO:** CENTRO-OESTE

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	214	134	54	80	-	-	80	80
1992	214	134	54	80	-	-	80	80
1993	307	107	27	80	-	-	200	200
1994	357	157	57	100	-	-	200	200
1995	360	160	60	100	-	-	200	200
1996	360	160	60	100	-	-	200	200
1997	572	492	90	402	-	-	80	80
1998	575	495	90	405	80	80	-	-
1999	630	500	90	410	80	80	50	50
2000	1.010	590	190	400	200	200	220	220
2001	1.067	647	230	417	200	200	220	220
2002	1.370	950	230	720	200	200	220	220
2003	1.311	841	230	611	200	200	270	270
2004	1.720	1.030	230	800	320	320	370	370
2005	1.880	1.090	270	820	320	320	470	470
2006	2.030	1.130	270	860	440	440	460	460
2007	2.800	1.760	270	1.490	680	680	360	360

138

**REGIÃO:** SUDESTE

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	3.741	2.755	735	2.020	-	-	986	-	986
1992	4.495	3.129	829	2.300	-	-	1.366	264	1.102
1993	4.153	3.075	825	2.250	-	-	1.078	-	1.078
1994	4.745	3.545	795	2.750	-	-	1.200	-	1.200
1995	5.305	3.925	835	3.090	-	-	1.380	-	1.380
1996	5.758	4.315	805	3.510	-	-	1.443	-	1.443
1997	6.598	4.995	850	4.145	225	225	1.378	-	1.378
1998	7.044	5.450	872	4.578	390	390	1.204	-	1.204
1999	7.941	5.628	914	4.714	965	965	1.348	-	1.348
2000	8.877	6.114	930	5.184	1.360	1.360	1.403	-	1.403
2001	8.616	5.938	952	4.986	1.330	1.330	1.348	-	1.348
2002	9.633	6.017	927	5.090	2.536	2.536	1.080	-	1.080
2003	9.888	6.408	967	5.441	2.340	2.340	1.140	-	1.140
2004		7.023	967	6.056	3.331	3.331	1.090	-	1.090
2005		6.883	982	5.901	3.237	3.237	1.095	-	1.095
2006		7.293	983	6.310	3.460	3.460	1.450	40	1.410
2007		8.225	983	7.242	3.428	3.428	1.610	40	1.570

**REGIÃO:** SUL

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	1.024	864	334	530	-	-	160	-	160
1992	1.104	944	414	530	-	-	160	-	160
1993	1.159	999	454	545	-	-	160	-	160
1994	1.159	999	434	565	-	-	160	-	160
1995	1.258	1.098	434	664	-	-	160	-	160
1996	1.434	1.274	504	770	-	-	160	-	160
1997	1.879	1.629	629	1.000	-	-	250	-	250
1998	2.253	1.943	708	1.235	-	-	310	-	310
1999	2.660	2.260	516	1.744	-	-	400	90	310
2000	3.250	2.262	490	1.772	385	385	603	80	523
2001	3.436	2.606	490	2.116	360	360	470	80	390
2002	3.627	2.732	524	2.208	745	745	150	-	150
2003	3.810	2.735	723	2.012	935	935	140	-	140
2004	4.021	2.871	696	2.175	920	920	230	-	230
2005	4.219	2.923	765	2.158	866	866	430	-	430
2006	4.107	2.786	899	1.887	881	881	440	-	440
2007	3.924	2.769	723	2.046	725	725	430	-	430

**139**

**TOTAL BRASIL**

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	5.624	4.178	1.548	2.630	-	-	1.446	-	1.446
1992	6.608	4.782	1.722	3.060	-	-	1.826	264	1.562
1993	6.480	4.922	1.816	3.106	-	-	1.558	-	1.558
1994	7.146	5.526	1.841	3.685	-	-	1.620	-	1.620
1995	7.923	6.123	1.889	4.234	-	-	1.800	-	1.800
1996	8.697	6.574	1.974	4.600	-	-	2.123	-	2.123
1997	10.389	8.116	2.180	5.936	225	225	2.048	-	2.048
1998	11.324	8.922	2.324	6.598	470	470	1.932	-	1.932
1999	13.011	9.533	2.175	7.358	1.045	1.045	2.433	90	2.343
2000	15.103	10.062	2.256	7.806	2.185	2.185	2.856	80	2.776
2001	15.298	10.366	2.307	8.059	2.380	2.380	2.552	80	2.472
2002	17.640	11.174	2.336	8.838	4.211	4.211	2.255	-	2.255
2003	18.590	11.284	2.575	8.709	4.085	4.085	3.221	-	3.221
2004	20.503	12.517	2.526	9.991	5.441	5.441	2.545	60	2.485
2005	20.688	12.758	2.722	10.036	5.110	5.110	2.820	30	2.790
2006	22.251	12.778	2.902	9.876	5.418	5.418	4.055	70	3.985
2007	24.776	14.692	2.804	11.888	5.528	5.528	4.556	100	4.456

## TABELAS 2.2 – VAGAS OFERECIDAS (1991-2007)

Distribuídas Regionalmente por Organização Acadêmica

(Universidades, Centros, Faculdades, divididos cada um em públicos e privados)

### REGIÃO: NORTE

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	150	50	50	-	-	-	100	100
1992	300	200	50	150	-	-	100	100
1993	281	281	50	231	-	-	-	-
1994	365	365	95	270	-	-	-	-
1995	380	380	80	300	-	-	-	-
1996	410	210	110	100	-	-	200	200
1997	409	209	80	129	-	-	200	200
1998	453	223	93	130	-	-	230	230
1999	627	217	90	127	-	-	410	410
2000	606	201	101	100	120	120	285	285
2001	720	190	90	100	370	370	160	160
2002	860	330	110	220	370	370	160	160
2003	920	310	90	220	370	370	240	240
2004	1.100	470	70	400	630	630	-	-
2005	1.047	600	150	450	447	447	-	-
2006	1.072	335	185	150	397	397	340	340
2007	1.671	566	201	365	435	435	670	670

140

### REGIÃO: NORDESTE

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	495	375	375	-	-	-	120	-	120
1992	495	375	375	-	-	-	120	-	120
1993	580	460	460	-	-	-	120	-	120
1994	520	460	460	-	-	-	60	-	60
1995	620	560	480	80	-	-	60	-	60
1996	735	615	495	120	-	-	120	-	120
1997	931	791	531	260	-	-	140	-	140
1998	999	811	561	250	-	-	188	-	188
1999	1.153	928	565	363	-	-	225	-	225
2000	1.360	895	545	350	120	120	345	-	345
2001	1.459	985	545	440	120	120	354	-	354
2002	2.150	1.145	545	600	360	360	645	-	645
2003	2.661	990	565	425	240	240	1.431	-	1.431
2004	2.218	1.123	563	560	240	240	855	60	795
2005	2.327	1.262	555	707	240	240	825	30	795
2006	2.839	1.234	565	669	240	240	1.365	30	1.335
2007	3.118	1.372	627	745	260	260	1.486	60	1.426

**REGIÃO:** CENTRO-OESTE

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	214	134	54	80	-	-	80	80	
1992	214	134	54	80	-	-	80	80	
1993	307	107	27	80	-	-	200	200	
1994	357	157	57	100	-	-	200	200	
1995	360	160	60	100	-	-	200	200	
1996	360	160	60	100	-	-	200	200	
1997	572	492	90	402	-	-	80	80	
1998	575	495	90	405	80	80	-	-	
1999	630	500	90	410	80	80	50	50	
2000	1.010	590	190	400	200	200	220	220	
2001	1.067	647	230	417	200	200	220	220	
2002	1.370	950	230	720	200	200	220	220	
2003	1.311	841	230	611	200	200	270	270	
2004	1.720	1.030	230	800	320	320	370	370	
2005	1.880	1.090	270	820	320	320	470	470	
2006	2.030	1.130	270	860	440	440	460	460	
2007	2.800	1.760	270	1.490	680	680	360	360	

141

**REGIÃO:** SUDESTE

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	3.741	2.755	735	2.020	-	-	986	-	986
1992	4.495	3.129	829	2.300	-	-	1.366	264	1.102
1993	4.153	3.075	825	2.250	-	-	1.078	-	1.078
1994	4.745	3.545	795	2.750	-	-	1.200	-	1.200
1995	5.305	3.925	835	3.090	-	-	1.380	-	1.380
1996	5.758	4.315	805	3.510	-	-	1.443	-	1.443
1997	6.598	4.995	850	4.145	225	225	1.378	-	1.378
1998	7.044	5.450	872	4.578	390	390	1.204	-	1.204
1999	7.941	5.628	914	4.714	965	965	1.348	-	1.348
2000	8.877	6.114	930	5.184	1.360	1.360	1.403	-	1.403
2001	8.616	5.938	952	4.986	1.330	1.330	1.348	-	1.348
2002	9.633	6.017	927	5.090	2.536	2.536	1.080	-	1.080
2003	9.888	6.408	967	5.441	2.340	2.340	1.140	-	1.140
2004		7.023	967	6.056	3.331	3.331	1.090	-	1.090
2005		6.883	982	5.901	3.237	3.237	1.095	-	1.095
2006		7.293	983	6.310	3.460	3.460	1.450	40	1.410
2007		8.225	983	7.242	3.428	3.428	1.610	40	1.570

**REGIÃO:** SUL

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	1.024	864	334	530	-	-	160	-	160
1992	1.104	944	414	530	-	-	160	-	160
1993	1.159	999	454	545	-	-	160	-	160
1994	1.159	999	434	565	-	-	160	-	160
1995	1.258	1.098	434	664	-	-	160	-	160
1996	1.434	1.274	504	770	-	-	160	-	160
1997	1.879	1.629	629	1.000	-	-	250	-	250
1998	2.253	1.943	708	1.235	-	-	310	-	310
1999	2.660	2.260	516	1.744	-	-	400	90	310
2000	3.250	2.262	490	1.772	385	385	603	80	523
2001	3.436	2.606	490	2.116	360	360	470	80	390
2002	3.627	2.732	524	2.208	745	745	150	-	150
2003	3.810	2.735	723	2.012	935	935	140	-	140
2004	4.021	2.871	696	2.175	920	920	230	-	230
2005	4.219	2.923	765	2.158	866	866	430	-	430
2006	4.107	2.786	899	1.887	881	881	440	-	440
2007	3.924	2.769	723	2.046	725	725	430	-	430

**142**

**TOTAL BRASIL**

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	5.624	4.178	1.548	2.630	-	-	1.446	-	1.446
1992	6.608	4.782	1.722	3.060	-	-	1.826	264	1.562
1993	6.480	4.922	1.816	3.106	-	-	1.558	-	1.558
1994	7.146	5.526	1.841	3.685	-	-	1.620	-	1.620
1995	7.923	6.123	1.889	4.234	-	-	1.800	-	1.800
1996	8.697	6.574	1.974	4.600	-	-	2.123	-	2.123
1997	10.389	8.116	2.180	5.936	225	225	2.048	-	2.048
1998	11.324	8.922	2.324	6.598	470	470	1.932	-	1.932
1999	13.011	9.533	2.175	7.358	1.045	1.045	2.433	90	2.343
2000	15.103	10.062	2.256	7.806	2.185	2.185	2.856	80	2.776
2001	15.298	10.366	2.307	8.059	2.380	2.380	2.552	80	2.472
2002	17.640	11.174	2.336	8.838	4.211	4.211	2.255	-	2.255
2003	18.590	11.284	2.575	8.709	4.085	4.085	3.221	-	3.221
2004	20.503	12.517	2.526	9.991	5.441	5.441	2.545	60	2.485
2005	20.688	12.758	2.722	10.036	5.110	5.110	2.820	30	2.790
2006	22.251	12.778	2.902	9.876	5.418	5.418	4.055	70	3.985
2007	24.776	14.692	2.804	11.888	5.528	5.528	4.556	100	4.456

# INSCRITOS

## **TABELAS A3.1**

Distribuição Regional por Categorias Administrativas:

*Públicas* – Federal, Estadual e Municipal

*Privadas* – Particular e Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas

## **TABELAS A3.2**

Distribuição Regional por Organização Acadêmica

(*Universidades, Centros, Faculdades*, divididos cada um em públicos e privados)



**TABELAS A3.1 – CANDIDATOS INSCRITOS (1991-2007)**

Distribuídos Regionalmente por Categorias Administrativas

*Públicas:* Federal, Estadual e Municipal*Privadas:* Particular e Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas**REGIÃO:** NORTE

Ano	Total	Pública			Privada		
		Total	Federal	Estadual	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	616	353	353	-	263	263	-
1992	1.235	397	397	-	838	838	-
1993	893	454	454	-	439	439	-
1994	1.497	996	402	594	501	501	-
1995	1.102	448	259	189	654	654	-
1996	1.741	1.308	312	996	433	433	-
1997	801	401	311	90	400	400	-
1998	689	382	304	78	307	175	132
1999	933	536	317	219	397	266	131
2000	949	374	314	60	575	395	180
2001	880	293	233	60	587	350	237
2002	1.034	378	318	60	656	346	310
2003	2.822	455	455	-	2.367	285	-
2004	2.629	599	599	-	2.030	1.930	100
2005	1.830	1.105	1.105	-	725	637	88
2006	3.703	1.060	1.060	-	2.643	2.585	58
2007	3.946	1.303	1.303	-	2.643	2.575	68

**145****REGIÃO:** NORDESTE

Ano	Total	Pública			Privada		
		Total	Federal	Estadual	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	2.441	2.129	2.129	-	312	312	-
1992	2.799	2.512	2.512	-	287	287	-
1993	4.117	3.906	2.354	1.552	211	211	-
1994	3.905	3.708	2.913	795	197	197	-
1995	4.142	3.754	3.332	422	388	388	-
1996	4.830	4.382	3.337	1.045	448	448	-
1997	4.373	3.683	2.915	768	690	534	156
1998	4.917	4.096	3.328	768	821	440	381
1999	5.791	4.441	3.514	927	1.350	743	607
2000	6.411	4.942	3.220	1.722	1.469	784	685
2001	5.891	4.427	3.321	1.106	1.464	739	725
2002	6.369	4.257	3.312	945	2.112	1.179	933
2003	6.642	4.997	3.546	1.451	1.645	997	648
2004	6.146	4.353	3.478	875	1.793	1.257	536
2005	6.146	4.175	3.115	1.060	1.971	1.320	651
2006	6.893	4.619	3.823	796	2.274	1.499	775
2007	7.648	4.788	4.140	648	2.860	2.155	705

**REGIÃO:** CENTRO-OESTE

Ano	Total	Pública			Privada		
		Total	Federal	Estadual	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	1.469	601	601	-	868	868	-
1992	1.363	589	589	-	774	774	-
1993	971	379	379	-	592	592	-
1994	1.455	815	815	-	640	640	-
1995	1.638	685	685	-	953	953	-
1996	1.431	542	542	-	889	889	-
1997	2.156	854	854	-	1.302	816	486
1998	1.977	1.090	1.090	-	887	455	432
1999	2.346	1.244	1.244	-	1.102	706	396
2000	3.309	1.661	1.295	366	1.648	1.419	229
2001	2.896	1.561	1.330	231	1.335	1.061	274
2002	3.260	1.545	1.235	310	1.715	1.455	260
2003	2.839	1.482	1.322	160	1.357	1.076	281
2004	3.453	2.018	1.419	599	1.435	1.240	195
2005	3.587	2.327	1.479	848	1.260	848	412
2006	3.517	1.780	1.318	462	1.737	1.192	545
2007	4.652	2.755	2.198	557	1.897	1.454	443

**146****REGIÃO:** SUDESTE

Ano	Total	Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	16.538	6.565	2.530	3.895	140	9.973	9.973	-
1992	18.732	9.545	4.160	5.259	126	9.187	9.187	-
1993	16.903	7.323	3.340	3.868	115	9.580	9.580	-
1994	17.733	7.996	3.831	4.028	137	9.737	9.737	-
1995	24.101	9.680	4.434	5.055	191	14.421	14.421	-
1996	22.961	9.407	4.262	4.934	211	13.554	13.554	-
1997	24.893	11.011	6.126	4.728	157	13.882	4.438	9.444
1998	24.265	9.587	4.908	4.551	128	14.678	4.289	10.389
1999	26.921	11.666	5.753	5.804	109	15.255	5.958	9.297
2000	25.469	10.695	5.303	5.300	92	14.774	6.468	8.306
2001	21.955	9.447	5.210	4.140	97	12.508	5.127	7.381
2002	21.557	9.131	4.314	4.726	91	12.426	5.162	7.264
2003	23.236	10.637	4.437	6.137	63	12.599	4.691	7.908
2004	24.417	9.824	4.670	5.087	67	14.593	6.143	8.450
2005	23.139	10.249	4.810	5.372	67	12.890	5.976	6.914
2006	24.579	10.423	4.830	5.547	46	14.156	6.716	7.440
2007	27.441	11.224	5.181	5.997	46	16.217	8.795	7.422

**REGIÃO:** SUL

Ano	Total	Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	4.378	2.592	2.052	540	-	1.786	1.786	-
1992	4.437	3.149	2.805	136	208	1.288	1.288	-
1993	5.072	3.488	2.761	498	229	1.584	1.584	-
1994	4.151	2.560	1.732	582	246	1.591	1.591	-
1995	9.064	5.679	4.739	575	365	3.385	3.385	-
1996	10.092	6.010	4.338	1.058	614	4.082	4.082	-
1997	10.284	5.924	4.181	1.012	731	4.360	545	3.815
1998	10.877	6.418	4.597	1.006	815	4.459	928	3.531
1999	11.132	6.240	4.651	1.040	549	4.892	1.202	3.690
2000	10.875	6.081	4.233	1.540	308	4.794	1.254	3.540
2001	10.968	6.050	4.130	1.611	309	4.918	936	3.982
2002	10.705	6.083	4.223	1.673	187	4.712	816	3.896
2003	11.234	6.386	4.797	1.006	583	4.848	888	3.960
2004	11.123	6.582	4.507	1.536	539	4.541	929	3.612
2005	11.092	6.669	4.656	1.499	514	4.423	1.067	3.356
2006	11.621	6.858	4.386	1.882	590	4.763	1.453	3.310
2007	11.011	6.336	3.923	1.793	620	4.675	1.180	3.495

147

**TOTAL BRASIL**

Ano	Total	Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	25.442	12.240	7.665	4.435	140	13.202	13.202	-
1992	28.566	16.192	10.463	5.395	334	12.374	12.374	-
1993	27.956	15.550	9.288	5.918	344	12.406	12.406	-
1994	28.741	16.075	9.693	5.999	383	12.666	12.666	-
1995	40.047	20.246	13.449	6.241	556	19.801	19.801	-
1996	41.055	21.649	12.791	8.033	825	19.406	19.406	-
1997	42.507	21.873	14.387	6.598	888	20.634	6.733	13.901
1998	42.725	21.573	14.227	6.403	943	21.152	6.287	14.865
1999	47.123	24.127	15.479	7.990	658	22.996	8.875	14.121
2000	47.013	23.753	14.365	8.988	400	23.260	10.320	12.940
2001	42.590	21.778	14.224	7.148	406	20.812	8.213	12.599
2002	43.015	21.394	13.402	7.714	278	21.621	8.958	12.663
2003	46.773	23.957	14.557	8.754	646	22.816	7.937	14.879
2004	47.768	23.376	14.673	8.097	606	24.392	11.499	12.893
2005	45.794	24.525	15.165	8.779	581	21.269	9.848	11.421
2006	50.313	24.740	15.417	8.687	636	25.573	13.445	12.128
2007	54.698	26.406	16.745	8.995	666	28.292	16.159	12.133

**TABELAS A3.2 – CANDIDATOS INSCRITOS (1991-2007)**

Distribuídos Regionalmente por Organização Acadêmica

*(Universidades, Centros, Faculdades, divididos cada um em públicos e privados)***REGIÃO:** NORTE

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	616	353	-	-	-	263	263	-
1992	1.235	1.117	397	720	-	118	118	-
1993	893	893	454	439	-	-	-	-
1994	1.497	1.497	996	501	-	-	-	-
1995	1.102	1.102	448	654	-	-	-	-
1996	1.741	1.558	1.308	250	-	183	183	-
1997	801	601	401	200	-	200	200	-
1998	689	557	382	175	-	132	132	-
1999	933	697	536	161	-	236	236	-
2000	949	516	374	142	253	253	180	180
2001	880	553	293	260	189	189	138	138
2002	1.034	648	378	270	162	162	224	224
2003	2.822	680	455	225	391	391	1.751	1.751
2004	2.629	930	599	331	1.699	1.699	-	-
2005	1.830	1.368	1.105	263	462	462	-	-
2006	3.703	1.357	1.060	297	1.700	1.700	646	646
2007	3.946	1.619	1.303	316	1.712	1.712	615	615

148

**REGIÃO:** NORDESTE

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	2.441	2.129	2.129	-	-	-	312	-	312
1992	2.799	2.512	2.512	-	-	-	287	-	287
1993	4.117	3.906	3.906	-	-	-	211	-	211
1994	3.905	3.708	3.708	-	-	-	197	-	197
1995	4.142	4.060	3.754	306	-	-	82	-	82
1996	4.830	4.564	4.382	182	-	-	266	-	266
1997	4.373	4.087	3.683	404	-	-	286	-	286
1998	4.917	4.671	4.096	575	-	-	246	-	246
1999	5.791	5.430	4.441	989	-	-	361	-	361
2000	6.411	5.772	4.942	830	234	234	405	-	405
2001	5.891	5.226	4.427	799	226	226	439	-	439
2002	6.369	5.246	4.257	989	351	351	772	-	772
2003	6.642	5.742	4.997	745	272	272	628	-	628
2004	6.146	4.905	4.055	850	214	214	1.027	298	729
2005	6.146	5.11	4.043	1.069	240	240	794	132	662
2006	6.893	5.249	4.312	937	290	290	1.354	307	1.047
2007	7.648	5.569	4.296	1.273	281	281	1.798	492	1.306

**REGIÃO:** CENTRO-OESTE

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	1.469	1.127	601	526	-	-	342	342
1992	1.363	962	589	373	-	-	401	401
1993	971	597	379	218	-	-	374	374
1994	1.455	1.064	815	249	-	-	391	391
1995	1.638	1.090	685	405	-	-	548	548
1996	1.431	963	542	421	-	-	468	468
1997	2.156	2.045	854	1.191	-	-	111	111
1998	1.977	1.868	1.090	778	109	109	-	-
1999	2.346	2.226	1.244	982	69	69	51	51
2000	3.309	2.739	1.661	1.078	355	355	215	215
2001	2.896	2.433	1.561	872	292	292	171	171
2002	3.260	2.771	1.545	1.226	341	341	148	148
2003	2.839	2.415	1.482	933	278	278	146	146
2004	3.453	2.966	2.018	948	336	336	151	151
2005	3.587	3.034	2.327	707	363	363	190	190
2006	3.517	2.995	1.780	1.215	408	408	114	114
2007	4.652	3.937	2.755	1.182	669	669	46	46

149

**REGIÃO:** SUDESTE

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	16.538	13.914	6.565	7.349	-	-	2.624	-	2.624
1992	18.732	14.893	8.268	6.625	-	-	3.839	1.277	2.562
1993	16.903	14.002	7.323	6.679	-	-	2.901	-	2.901
1994	17.733	14.206	7.996	6.210	-	-	3.527	-	3.527
1995	24.101	19.363	9.680	9.683	-	-	4.738	-	4.738
1996	22.961	18.835	9.407	9.428	-	-	4.126	-	4.126
1997	24.893	21.234	11.011	10.223	208	208	3.451	-	3.451
1998	24.265	20.462	9.587	10.875	371	371	3.432	-	3.432
1999	26.921	22.146	11.666	10.480	1.649	1.649	3.126	-	3.126
2000	25.469	21.952	10.695	11.257	1.298	1.298	2.219	-	2.219
2001	21.955	18.356	9.447	8.909	1.793	1.793	1.806	-	1.806
2002	21.557	17.702	9.131	8.571	2.440	2.440	1.415	-	1.415
2003	23.236	19.182	10.637	8.545	2.456	2.456	1.598	-	1.598
2004	24.417	19.887	9.824	10.063	2.941	2.941	1.589	-	1.589
2005	23.139	18.565	10.249	8.316	3.209	3.209	1.365	-	1.365
2006	24.579	19.462	10.159	9.303	3.382	3.382	1.735	264	1.471
2007	27.441	21.921	11.006	10.915	3.607	3.607	1.913	218	1.695

**REGIÃO:** SUL

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	4.378	3.856	2.592	1.264	-	-	522	-	522
1992	4.437	3.989	3.149	840	-	-	448	-	448
1993	5.072	4.477	3.488	989	-	-	595	-	595
1994	4.151	3.612	2.560	1.052	-	-	539	-	539
1995	9.064	8.144	5.679	2.465	-	-	920	-	920
1996	10.092	9.223	6.010	3.213	-	-	869	-	869
1997	10.284	9.622	5.924	3.698	-	-	662	-	662
1998	10.877	10.209	6.418	3.791	-	-	668	-	668
1999	11.132	10.321	6.141	4.180	-	-	811	99	712
2000	10.875	9.498	5.974	3.524	440	440	937	107	830
2001	10.968	9.570	5.907	3.663	775	775	623	143	480
2002	10.795	9.553	6.083	3.470	1.116	1.116	126	-	126
2003	11.234	9.672	6.386	3.286	1.399	1.399	163	-	163
2004	11.123	9.646	6.582	3.064	1.214	1.214	263	-	263
2005	11.092	9.428	6.669	2.759	1.215	1.215	449	-	449
2006	11.621	9.368	6.858	2.510	1.593	1.593	660	-	660
2007	11.011	9.396	6.336	3.060	1.059	1.059	556	-	556

**150**

**TOTAL BRASIL**

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	25.442	21.379	12.240	9.139	-	-	4.063	-	4.063
1992	28.566	23.473	14.915	8.558	-	-	5.093	-	3.816
1993	27.956	23.875	15.550	8.325	-	-	4.081	-	4.081
1994	28.741	24.087	16.075	8.012	-	-	4.654	-	4.654
1995	40.047	33.759	20.246	13.513	-	-	6.288	-	6.288
1996	41.055	35.143	21.649	13.494	-	-	5.912	-	5.912
1997	42.507	37.589	21.873	15.716	208	208	4.710	-	4.710
1998	42.725	37.767	21.573	16.194	480	480	4.478	-	4.478
1999	47.123	40.820	24.028	16.792	1.718	1.718	4.585	99	4.486
2000	47.013	40.477	23.646	16.831	2.580	2.580	3.956	107	3.849
2001	42.590	36.138	21.635	14.503	3.275	3.275	3.177	143	3.034
2002	43.015	35.920	21.394	14.526	4.410	4.410	2.685	-	2.685
2003	46.773	37.691	23.957	13.734	4.796	4.796	4.286	-	4.286
2004	47.768	38.334	23.078	15.256	6.404	6.404	3.030	298	2.732
2005	45.794	37.507	24.393	13.114	5.489	5.489	2.798	132	2.666
2006	50.313	38.431	24.169	14.262	7.373	7.373	4.509	571	3.938
2007	54.698	42.442	25.696	16.746	7.328	7.328	4.928	710	4.218

# INGRESSANTES

## **TABELAS A4.1**

Distribuição Regional por Categorias Administrativas:

*Públicas* – Federal, Estadual e Municipal

*Privadas* – Particular e Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas

## **TABELAS A4.2**

Distribuição Regional por Organização Acadêmica

(*Universidades, Centros, Faculdades*, divididos cada um em públicos e privados)



## TABELAS A4.1 – INGRESSANTES (1991-2007)

Distribuídos Regionalmente por Categorias Administrativas

*Públicas:* Federal, Estadual e Municipal

*Privadas:* Particular e Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas

**REGIÃO:** NORTE

Ano	Total	Pública			Privada		
		Total	Federal	Estadual	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	150	50	50	-	100	100	-
1992	294	49	49	-	245	245	-
1993	270	50	50	-	220	220	-
1994	355	95	50	45	260	260	-
1995	345	80	50	30	265	265	-
1996	310	110	50	60	200	200	-
1997	343	79	50	29	264	264	-
1998	298	90	50	40	208	103	105
1999	382	90	50	40	292	186	106
2000	458	90	50	40	368	220	148
2001	433	90	50	40	343	156	187
2002	475	110	50	60	365	176	189
2003	508	100	100	-	408	156	252
2004	498	70	70	-	428	382	46
2005	483	150	150	-	333	295	38
2006	771	185	185	-	586	556	30
2007	939	177	177	-	762	726	36

153

**REGIÃO:** NORDESTE

Ano	Total	Pública				Privada	
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular
1991	422	302	302	-	120	120	-
1992	443	341	341	-	102	102	-
1993	549	429	369	60	120	120	-
1994	518	458	398	60	60	60	-
1995	553	413	353	60	140	140	-
1996	733	493	395	98	240	240	-
1997	925	532	432	100	393	318	75
1998	960	556	456	100	404	279	125
1999	1.124	559	460	99	565	385	180
2000	1.300	546	448	98	754	451	303
2001	1.368	545	445	100	823	508	315
2002	1.677	545	445	100	1.132	784	348
2003	1.622	556	456	100	1.066	752	314
2004	1.749	613	504	109	1.136	798	338
2005	1.729	583	478	105	1.146	770	376
2006	1.992	592	512	80	1.400	923	477
2007	2.200	684	604	80	1.516	1.142	374

**REGIÃO:** CENTRO-OESTE

Ano	Total	Pública				Privada	
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular
1991	214	54	54	-	160	160	-
1992	216	54	54	-	162	162	-
1993	307	27	27	-	280	280	-
1994	352	64	64	-	288	288	-
1995	360	60	60	-	300	300	-
1996	360	60	60	-	300	300	-
1997	514	90	90	-	424	244	180
1998	519	91	91	-	428	322	106
1999	590	90	90	-	500	381	119
2000	801	190	130	60	611	518	93
2001	913	230	130	100	683	563	120
2002	967	230	130	100	737	652	85
2003	918	231	131	100	687	596	91
2004	891	230	130	100	661	569	92
2005	964	269	130	139	695	486	209
2006	1.091	270	131	139	821	552	269
2007	1.124	270	129	141	854	671	183

**154****REGIÃO:** SUDESTE

Ano	Total	Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	3.259	670	375	225	70	2.589	2.589	-
1992	3.555	670	478	484	66	2.527	2.527	-
1993	3.429	803	517	225	61	2.626	2.626	-
1994	3.854	782	512	195	75	3.072	3.072	-
1995	4.760	794	489	225	80	3.966	3.966	-
1996	4.793	833	528	225	80	3.960	3.960	-
1997	4.984	852	547	225	80	4.132	2.106	2.026
1998	5.266	869	565	227	77	4.397	1.735	2.662
1999	5.615	901	579	255	67	4.714	1.858	2.856
2000	5.244	900	594	255	51	4.344	2.109	2.235
2001	5.283	930	612	256	62	4.353	1.945	2.408
2002	5.293	898	605	258	35	4.395	1.990	2.405
2003	5.444	949	613	295	41	4.495	1.878	2.617
2004	5.970	948	615	295	38	5.022	2.204	2.818
2005	5.779	961	622	296	43	4.818	2.169	2.649
2006	6.243	1.001	666	296	39	5.242	2.412	2.830
2007	7.067	1.003	667	297	39	6.064	3.402	2.662

**REGIÃO:** SUL

Ano	Total	Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	954	334	274	60	-	620	620	-
1992	896	409	275	40	94	487	487	-
1993	986	399	239	60	100	587	587	-
1994	1.013	433	294	40	99	580	580	-
1995	1.141	318	178	40	100	823	823	-
1996	1.421	504	284	60	160	917	917	-
1997	1.783	619	282	60	277	1.164	203	961
1998	2.091	680	284	60	336	1.411	485	926
1999	2.348	600	287	60	253	1.748	544	1.204
2000	2.465	534	288	100	146	1.931	610	1.321
2001	2.500	529	289	98	142	1.971	524	1.447
2002	2.562	499	288	140	71	2.063	405	1.658
2003	2.723	596	290	100	206	2.127	430	1.697
2004	2.528	581	291	101	189	1.947	494	1.453
2005	2.630	592	290	100	202	2.038	486	1.552
2006	2.827	611	295	100	216	2.216	731	1.485
2007	2.648	590	267	100	223	2.058	545	1.513

155

**TOTAL BRASIL**

Ano	Total	Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	4.999	1.410	1.055	285	70	3.589	3.589	-
1992	5.404	1.881	1.197	524	160	3.523	3.523	-
1993	5.541	1.708	1.202	345	161	3.833	3.833	-
1994	6.092	1.832	1.318	340	174	4.260	4.260	-
1995	7.159	1.665	1.130	355	180	5.494	5.494	-
1996	7.617	2.000	1.317	443	240	5.617	5.617	-
1997	8.549	2.172	1.401	414	357	6.377	3.135	3.242
1998	9.134	2.286	1.446	427	413	6.848	2.924	3.924
1999	10.059	2.240	1.466	454	320	7.819	3.354	4.465
2000	10.268	2.260	1.510	553	197	8.008	3.908	4.100
2001	10.497	2.324	1.526	594	204	8.173	3.696	4.477
2002	10.974	2.282	1.518	658	106	8.692	4.007	4.685
2003	11.215	2.432	1.590	595	247	8.783	3.812	4.971
2004	11.636	2.442	1.610	605	227	9.194	4.447	4.747
2005	11.585	2.555	1.670	640	245	9.030	4.206	4.824
2006	12.924	2.659	1.789	615	255	10.265	5.174	5.091
2007	13.978	2.724	1.844	618	262	11.254	6.486	4.768

## TABELAS A4.2 – INGRESSANTES (1991-2007)

Distribuídos Regionalmente por Organização Acadêmica

(Universidades, Centros, Faculdades, divididos cada um em públicos e privados)

**REGIÃO:** NORTE

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	150	50	50	-	-	-	100	100
1992	294	194	49	145	-	-	100	100
1993	270	270	50	220	-	-	-	-
1994	355	355	95	260	-	-	-	-
1995	345	345	80	265	-	-	-	-
1996	310	210	110	100	-	-	100	100
1997	343	179	79	100	-	-	164	164
1998	298	193	90	103	-	-	105	105
1999	382	197	90	107	-	-	185	185
2000	458	190	90	100	120	120	148	148
2001	433	190	90	100	133	133	110	110
2002	475	237	110	127	109	109	129	129
2003	508	222	100	122	74	74	212	212
2004	498	228	70	158	270	270	-	-
2005	483	260	150	110	223	223	-	-
2006	771	296	185	111	210	210	265	265
2007	939	308	177	131	275	275	356	356

156

**REGIÃO:** NORDESTE

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	422	302	302	-	-	-	120	-	120
1992	443	341	341	-	-	-	102	-	102
1993	549	429	429	-	-	-	120	-	120
1994	518	458	458	-	-	-	60	-	60
1995	553	493	413	80	-	-	60	-	60
1996	733	613	493	120	-	-	120	-	120
1997	925	792	532	260	-	-	133	-	133
1998	960	803	556	247	-	-	157	-	157
1999	1.124	924	559	365	-	-	200	-	200
2000	1.300	879	546	333	118	118	303	-	303
2001	1.368	957	545	412	120	120	291	-	291
2002	1.677	967	545	422	211	211	499	-	499
2003	1.622	909	556	353	175	175	538	-	538
2004	1.749	973	553	420	164	164	612	60	552
2005	1.729	1.037	553	484	155	155	537	30	507
2006	1.992	1.068	562	506	174	174	750	30	720
2007	2.200	1.154	625	529	207	207	839	59	780

**REGIÃO:** CENTRO-OESTE

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	214	134	54	80	-	-	80	80
1992	216	136	54	82	-	-	80	80
1993	307	107	27	80	-	-	200	200
1994	352	164	64	100	-	-	188	188
1995	360	160	60	100	-	-	200	200
1996	360	160	60	100	-	-	200	200
1997	514	434	90	344	-	-	80	80
1998	519	459	91	368	60	60	-	-
1999	590	486	90	396	60	60	44	44
2000	801	524	190	334	168	168	109	109
2001	913	603	230	373	180	180	130	130
2002	967	717	230	487	162	162	88	88
2003	918	690	231	459	146	146	82	82
2004	891	661	230	431	165	165	65	65
2005	964	647	269	378	220	220	97	97
2006	1.091	830	270	560	207	207	54	54
2007	1.124	813	270	543	275	275	36	36

157

**REGIÃO:** SUDESTE

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	3.259	2.452	670	1.782	-	-	807	-	807
1992	3.555	2.532	769	1.763	-	-	-	259	764
1993	3.429	2.590	803	1.787	-	-	839	-	839
1994	3.854	2.857	782	2.075	-	-	997	-	997
1995	4.760	3.607	794	2.813	-	-	1.153	-	1.153
1996	4.793	3.709	833	2.876	-	-	1.084	-	1.084
1997	4.984	3.733	852	2.881	141	141	1.110	-	1.110
1998	5.266	4.081	869	3.212	225	225	960	-	960
1999	5.615	4.052	901	3.151	478	478	1.085	-	1.085
2000	5.244	3.601	900	2.701	629	629	1.014	-	1.014
2001	5.283	3.557	930	2.627	845	845	881	-	881
2002	5.293	3.534	898	2.636	1.132	1.132	627	-	627
2003	5.444	3.539	949	2.590	1.200	1.200	705	-	705
2004	5.970	3.729	948	2.781	1.654	1.654	587	-	587
2005	5.779	3.609	961	2.648	1.629	1.629	541	-	541
2006	6.243	3.863	963	2.900	1.780	1.780	600	38	562
2007	7.067	4.736	963	3.773	1.575	1.575	756	40	716

**REGIÃO:** SUL

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	954	794	334	460	-	-	160	-	160
1992	896	733	409	324	-	-	163	-	163
1993	986	826	399	427	-	-	160	-	160
1994	1.013	853	433	420	-	-	160	-	160
1995	1.141	982	318	664	-	-	159	-	159
1996	1.421	1.261	504	757	-	-	160	-	160
1997	1.783	1.533	619	914	-	-	250	-	250
1998	2.091	1.815	680	1.135	-	-	276	-	276
1999	2.348	2.005	533	1.472	-	-	343	67	276
2000	2.465	1.828	481	1.347	195	195	442	53	389
2001	2.500	1.868	469	1.399	303	303	329	60	269
2002	2.562	1.972	499	1.473	492	492	98	-	98
2003	2.723	1.952	596	1.356	653	653	118	-	118
2004	2.528	1.786	581	1.205	554	554	188	-	188
2005	2.630	1.881	592	1.289	536	536	213	-	213
2006	2.827	1.807	611	1.196	725	725	295	-	295
2007	2.648	1.939	590	1.349	463	463	246	-	246

**158**

**TOTAL BRASIL**

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	4.999	3.732	1.410	2.322	-	-	1.267	-	1.267
1992	5.404	3.936	1.622	2.314	-	-	1.468	259	1.209
1993	5.541	4.222	1.708	2.514	-	-	1.319	-	1.319
1994	6.092	4.687	1.832	2.855	-	-	1.405	-	1.405
1995	7.159	5.587	1.665	3.922	-	-	1.572	-	1.572
1996	7.617	5.953	2.000	3.953	-	-	1.664	-	1.664
1997	8.549	6.671	2.172	4.499	141	141	1.737	-	1.737
1998	9.134	7.351	2.286	5.065	285	285	1.498	-	1.498
1999	10.059	7.664	2.173	5.491	538	538	1.857	67	1.790
2000	10.268	7.022	2.207	4.815	1.230	1.230	2.016	53	1.963
2001	10.497	7.175	2.264	4.911	1.581	1.581	1.741	60	1.681
2002	10.974	7.427	2.282	5.145	2.106	2.106	1.441	-	1.441
2003	11.215	7.312	2.432	4.880	2.248	2.248	1.655	-	1.655
2004	11.636	7.377	2.382	4.995	2.807	2.807	1.452	60	1.392
2005	11.585	7.434	2.525	4.909	2.763	2.763	1.388	30	1.358
2006	12.924	7.864	2.591	5.273	3.096	3.096	1.964	68	1.896
2007	13.978	8.950	2.625	6.325	2.795	2.795	2.233	99	2.134

# MATRICULADOS

## **TABELAS A5.1**

Distribuição Regional por Categorias Administrativas:

*Públicas* – Federal, Estadual e Municipal

*Privadas* – Particular e Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas

## **TABELAS A5.2**

Distribuição Regional por Organização Acadêmica

(*Universidades, Centros, Faculdades*, divididos cada um em públicos e privados)



**TABELAS A5.1 – MATRICULADOS (1991-2007)**

Distribuídos Regionalmente por Categorias Administrativas

*Públicas:* Federal, Estadual e Municipal*Privadas:* Particular e Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas**REGIÃO:** NORTE

Ano	Total	Pública			Privada		
		Total	Federal	Estadual	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	739	318	318	-	421	421	-
1992	786	328	328	-	458	458	-
1993	842	345	345	-	497	497	-
1994	1.039	412	366	46	627	627	-
1995	1.189	386	324	62	803	803	-
1996	1.228	375	292	83	853	853	-
1997	1.148	362	250	112	786	786	-
1998	1.206	407	268	139	799	435	364
1999	1.340	444	277	167	896	446	450
2000	1.579	486	312	174	1.093	571	522
2001	1.539	454	319	135	1.085	566	519
2002	1.618	500	299	201	1.118	543	575
2003	1.702	504	504	-	1.198	593	605
2004	1.750	524	524	-	1.226	1.046	180
2005	1.829	590	590	-	1.239	1.063	176
2006	2.167	661	661	-	1.506	1.315	191
2007	2.451	742	742	-	1.709	1.569	140

**161****REGIÃO:** NORDESTE

Ano	Total	Pública				Privada	
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular
1991	2.802	2.320	2.320	-	482	482	-
1992	2.883	2.408	2.408	-	475	475	-
1993	2.840	2.316	2.286	30	524	524	-
1994	2.979	2.456	2.372	84	523	523	-
1995	2.824	2.590	2.491	99	234	234	-
1996	3.001	2.394	2.242	152	607	607	-
1997	3.448	2.557	2.300	257	891	528	363
1998	3.856	2.768	2.475	293	1.088	690	398
1999	4.260	2.800	2.416	384	1.460	954	506
2000	4.854	2.958	2.489	469	1.896	1.224	672
2001	5.420	3.022	2.527	495	2.398	1.435	963
2002	6.018	3.031	2.511	520	2.987	1.794	1.193
2003	6.624	3.121	2.614	507	3.503	2.097	1.406
2004	7.082	3.140	2.651	489	3.942	2.452	1.490
2005	7.702	3.201	2.703	498	4.501	2.862	1.639
2006	8.033	3.245	2.776	469	4.788	2.667	2.121
2007	8.587	3.257	2.821	436	5.330	3.575	1.755

**REGIÃO:** CENTRO-OESTE

Ano	Total	Pública				Privada	
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular
1991	1.037	286	286	-	751	751	-
1992	1.081	294	294	-	787	787	-
1993	1.190	304	304	-	886	886	-
1994	1.379	325	325	-	1.054	1.054	-
1995	1.592	391	391	-	1.201	1.201	-
1996	1.621	435	435	-	1.186	1.186	-
1997	1.744	463	463	-	1.281	516	765
1998	1.954	466	466	-	1.488	930	558
1999	2.184	557	557	-	1.627	1.031	596
2000	2.419	639	608	31	1.780	1.191	589
2001	2.718	672	611	61	2.046	1.450	596
2002	3.148	796	641	155	2.352	1.782	570
2003	3.351	958	678	280	2.393	1.843	550
2004	3.589	1.084	712	372	2.505	1.993	512
2005	3.683	1.169	712	457	2.514	1.646	868
2006	3.879	1.238	732	506	2.641	1.752	889
2007	4.091	1.280	738	542	2.811	1.917	894

**162****REGIÃO:** SUDESTE

Ano	Total	Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	13.147	3.609	1.939	1.384	286	9.538	9.538	-
1992	13.922	4.193	1.844	1.994	355	9.729	9.729	-
1993	14.087	3.782	2.079	1.406	297	10.305	10.305	-
1994	14.941	4.007	2.267	1.424	316	10.934	10.934	-
1995	16.309	4.110	2.384	1.408	318	12.199	12.199	-
1996	18.199	4.444	2.714	1.397	333	13.755	13.755	-
1997	18.428	4.529	2.786	1.403	340	13.899	6.543	7.356
1998	18.730	3.793	2.899	547	347	14.937	4.550	10.387
1999	21.078	4.911	3.107	1.459	345	16.167	5.330	10.837
2000	21.320	4.902	3.151	1.432	319	16.418	6.826	9.592
2001	21.990	4.887	3.134	1.479	274	17.103	7.443	9.660
2002	22.811	4.997	3.161	1.583	253	17.814	7.843	9.971
2003	22.991	4.954	3.153	1.581	220	18.037	7.558	10.479
2004	23.165	5.138	3.242	1.708	188	18.027	7.079	10.948
2005	23.605	5.202	3.245	1.775	182	18.403	8.148	10.255
2006	24.002	5.298	3.322	1.794	182	18.704	8.264	10.440
2007	26.062	5.434	3.393	1.867	174	20.628	10.129	10.499

**REGIÃO:** SUL

Ano	Total	Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	4.199	1.857	1.516	341	-	2.342	2.342	-
1992	4.234	1.844	1.469	323	52	2.390	2.390	-
1993	4.420	1.972	1.498	334	140	2.448	2.448	-
1994	4.639	2.083	1.535	333	215	2.556	2.556	-
1995	5.201	2.246	1.620	331	295	2.955	2.955	-
1996	5.698	2.324	1.658	271	395	3.374	3.374	-
1997	6.904	2.568	1.717	240	611	4.336	653	3.683
1998	7.649	2.830	1.729	274	827	4.819	1.098	3.721
1999	8.495	3.038	1.736	304	998	5.457	1.367	4.090
2000	9.548	2.875	1.763	354	758	6.673	1.629	5.044
2001	10.311	2.673	1.575	404	694	7.638	1.943	5.695
2002	10.791	2.399	1.605	388	406	8.392	1.922	6.470
2003	11.336	3.082	1.703	427	952	8.254	1.866	6.388
2004	11.827	3.046	1.644	510	892	8.781	2.112	6.669
2005	12.173	3.016	1.630	511	875	9.157	2.134	7.023
2006	12.236	3.007	1.626	517	864	9.229	2.296	6.933
2007	12.323	3.020	1.625	502	893	9.303	2.187	7.116

**163**

**TOTAL BRASIL**

Ano	Total	Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	21.924	8.390	6.379	1.725	286	13.534	13.534	-
1992	22.906	9.067	6.343	2.317	407	13.839	13.839	-
1993	23.379	8.719	6.512	1.770	437	14.660	14.660	-
1994	24.977	9.283	6.865	1.887	531	15.694	15.694	-
1995	27.115	9.723	7.210	1.900	613	17.392	17.392	-
1996	29.747	9.972	7.341	1.903	728	19.775	19.775	-
1997	31.672	10.479	7.516	2.012	951	21.193	9.026	12.167
1998	33.395	10.264	7.837	1.253	1.174	23.131	7.703	15.428
1999	37.357	11.750	8.093	2.314	1.343	25.607	9.128	16.479
2000	39.720	11.860	8.323	2.460	1.077	27.860	11.441	16.419
2001	41.978	11.708	8.166	2.574	968	30.270	12.837	17.433
2002	44.386	11.723	8.217	2.847	659	32.663	13.884	18.779
2003	46.004	12.619	8.652	2.795	1.172	33.385	13.957	19.428
2004	47.413	12.932	8.773	3.079	1.080	34.481	14.682	19.799
2005	48.992	13.178	8.880	3.241	1.057	35.814	15.853	19.961
2006	50.317	13.449	9.117	3.286	1.046	36.868	16.294	20.574
2007	53.514	13.733	9.319	3.347	1.067	39.781	19.377	20.404

**TABELAS A5.2 – MATRICULADOS (1991-2007)**

Distribuídos Regionalmente por Organização Acadêmica

*(Universidades, Centros, Faculdades, divididos cada um em públicos e privados)***REGIÃO:** NORTE

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	739	318	318	-	-	-	421	421
1992	786	380	328	52	-	-	406	406
1993	842	842	345	497	-	-	-	-
1994	1.039	1.039	412	627	-	-	-	-
1995	1.189	1.189	386	803	-	-	-	-
1996	1.228	826	375	451	-	-	402	402
1997	1.148	813	362	451	-	-	335	335
1998	1.206	842	407	435	-	-	364	364
1999	1.340	890	444	446	-	-	450	450
2000	1.579	937	486	451	120	120	522	522
2001	1.539	919	454	465	429	429	191	191
2002	1.618	941	500	441	412	412	265	265
2003	1.702	990	504	486	333	333	379	379
2004	1.750	987	524	463	763	763	-	-
2005	1.829	1.097	590	507	732	732	-	-
2006	2.167	1.136	661	475	802	802	229	229
2007	2.451	1.249	742	507	740	740	462	462

164

**REGIÃO:** NORDESTE

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	2.802	2.320	2.320	-	-	-	482	-	482
1992	2.883	2.408	2.408	-	-	-	475	-	475
1993	2.840	2.316	2.316	-	-	-	524	-	524
1994	2.979	2.456	2.456	-	-	-	523	-	523
1995	2.824	2.629	2.590	39	-	-	195	-	195
1996	3.001	2.516	2.394	122	-	-	485	-	485
1997	3.448	2.915	2.557	358	-	-	533	-	533
1998	3.856	3.269	2.768	501	-	-	587	-	587
1999	4.260	3.673	2.800	873	-	-	587	-	587
2000	4.854	4.081	2.958	1.123	50	50	723	-	723
2001	5.420	4.403	3.022	1.381	153	153	864	-	864
2002	6.018	4.543	2.987	1.556	349	349	1.126	44	1.082
2003	6.624	4.798	3.090	1.708	416	416	1.410	31	1.379
2004	7.082	4.882	3.054	1.828	525	525	1.675	86	1.589
2005	7.702	5.090	3.116	1.974	613	613	1.999	85	1.914
2006	8.033	5.300	3.151	2.149	655	655	2.078	94	1.984
2007	8.587	5.427	3.183	2.244	669	669	2.491	74	2.417

**REGIÃO:** CENTRO-OESTE

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	1.037	724	286	438	-	-	313	313
1992	1.081	727	294	433	-	-	354	354
1993	1.190	722	304	418	-	-	468	468
1994	1.379	772	325	447	-	-	607	607
1995	1.592	888	391	497	-	-	704	704
1996	1.621	944	435	509	-	-	677	677
1997	1.744	1.480	463	1.017	-	-	264	264
1998	1.954	1.707	466	1.241	247	247	-	-
1999	2.184	1.956	557	1.399	228	228	-	-
2000	2.419	2.052	639	1.413	261	261	106	106
2001	2.718	2.177	672	1.505	343	343	198	198
2002	3.148	2.496	796	1.700	422	422	230	230
2003	3.351	2.589	958	1.631	512	512	250	250
2004	3.589	2.680	1.084	1.596	591	591	318	318
2005	3.683	2.670	1.169	1.501	697	697	316	316
2006	3.879	2.844	1.238	1.606	764	764	271	271
2007	4.091	3.024	1.280	1.744	878	878	189	189

165

**REGIÃO:** SUDESTE

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	13.147	9.742	3.609	6.133	-	-	3.405	-	3.405
1992	13.922	10.026	3.572	6.454	-	-	3.896	621	3.275
1993	14.087	10.587	3.782	6.805	-	-	3.500	-	3.500
1994	14.941	11.289	4.007	7.282	-	-	3.652	-	3.652
1995	16.309	12.351	4.110	8.241	-	-	3.958	-	3.958
1996	18.199	13.745	4.444	9.301	-	-	4.454	-	4.454
1997	18.428	14.010	4.529	9.481	542	542	3.876	-	3.876
1998	18.730	14.301	3.793	10.508	696	696	3.733	-	3.733
1999	21.078	16.040	4.911	11.129	1.029	1.029	4.009	-	4.009
2000	21.320	15.825	4.902	10.923	1.511	1.511	3.984	-	3.984
2001	21.990	16.030	4.887	11.143	2.505	2.505	3.455	-	3.455
2002	22.811	16.316	4.997	11.319	4.385	4.385	2.110	-	2.110
2003	22.991	16.097	4.954	11.143	4.523	4.523	2.371	-	2.371
2004	23.165	16.533	5.138	11.395	4.831	4.831	1.801	-	1.801
2005	23.605	16.345	5.202	11.143	5.452	5.452	1.808	-	1.808
2006	24.002	16.490	5.298	11.192	5.511	5.511	2.001	-	2.001
2007	26.062	18.677	5.400	13.277	5.145	5.145	2.240	34	2.206

**REGIÃO: SUL**

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	4.199	3.560	1.857	1.703	-	-	639	-	639
1992	4.234	3.592	1.844	1.748	-	-	642	-	642
1993	4.420	3.780	1.972	1.808	-	-	640	-	640
1994	4.639	3.972	2.083	1.889	-	-	667	-	667
1995	5.201	4.468	2.246	2.222	-	-	733	-	733
1996	5.698	4.935	2.324	2.611	-	-	763	-	763
1997	6.904	6.055	2.568	3.487	-	-	849	-	849
1998	7.649	6.692	2.830	3.862	-	-	957	-	957
1999	8.495	7.295	2.812	4.483	-	-	1.200	226	974
2000	9.548	7.959	2.608	5.351	174	174	1.415	267	1.148
2001	10.311	8.316	2.379	5.937	654	654	1.341	294	1.047
2002	10.791	8.562	2.399	6.163	1.966	1.966	263	-	263
2003	11.336	8.921	3.082	5.839	2.128	2.128	287	-	287
2004	11.827	8.957	3.046	5.911	2.436	2.436	434	-	434
2005	12.173	9.124	3.016	6.108	2.452	2.452	597	-	597
2006	12.236	8.795	3.007	5.788	2.688	2.688	753	-	753
2007	12.323	9.437	3.020	6.417	2.127	2.127	759	-	759

**166**
**TOTAL BRASIL**

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	21.924	16.664	8.390	8.274	-	-	5.260	-	5.260
1992	22.906	17.133	8.446	8.687	-	-	5.773	621	5.152
1993	23.379	18.247	8.719	9.528	-	-	5.132	-	5.132
1994	24.977	19.528	9.283	10.245	-	-	5.449	-	5.449
1995	27.115	21.525	9.723	11.802	-	-	5.590	-	5.590
1996	29.747	22.966	9.972	12.994	-	-	6.781	-	6.781
1997	31.672	25.273	10.479	14.794	542	542	5.857	-	5.857
1998	33.395	26.811	10.264	16.547	943	943	5.641	-	5.641
1999	37.357	29.854	11.524	18.330	1.257	1.257	6.246	226	6.020
2000	39.720	30.854	11.593	19.261	2.116	2.116	6.750	267	6.483
2001	41.978	31.845	11.414	20.431	4.084	4.084	6.049	294	5.755
2002	44.386	32.858	11.679	21.179	7.534	7.534	3.994	44	3.950
2003	46.004	33.395	12.588	20.807	7.912	7.912	4.697	31	4.666
2004	47.413	34.039	12.846	21.193	9.146	9.146	4.228	86	4.142
2005	48.992	34.326	13.093	21.233	9.946	9.946	4.720	85	4.635
2006	50.317	34.565	13.355	21.210	10.420	10.420	5.332	94	5.238
2007	53.514	37.814	13.625	24.189	9.559	9.559	6.141	108	6.033

# CONCLUINTES

## **TABELAS A6.1**

Distribuição Regional por Categorias Administrativas:

*Públicas* – Federal, Estadual e Municipal

*Privadas* – Particular e Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas

## **TABELAS A6.2**

Distribuição Regional por Organização Acadêmica

(*Universidades, Centros, Faculdades*, divididos cada um em públicos e privados)



**TABELAS A6.1 – CONCLUINTES (1991-2007)**

Distribuídos Regionalmente por Categorias Administrativas

*Públicas:* Federal, Estadual e Municipal*Privadas:* Particular e Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas**REGIÃO:** NORTE

Ano	Total	Pública				Privada	
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular
1991	67	39	39	-	28	28	-
1992	72	29	29	-	43	43	-
1993	96	37	37	-	59	59	-
1994	95	36	36	-	59	59	-
1995	109	52	52	-	57	57	-
1996	93	50	50	-	43	43	-
1997	134	63	63	-	71	71	-
1998	123	54	54	-	69	51	18
1999	94	25	25	-	69	63	6
2000	153	50	32	18	103	59	44
2001	170	67	49	18	103	49	54
2002	207	79	43	36	128	60	68
2003	153	53	53	-	100	62	38
2004	218	66	66	-	152	104	48
2005	131	19	19	-	112	93	19
2006	241	63	63	-	178	138	40
2007	207	48	48	-	159	122	37

**169****REGIÃO:** NORDESTE

Ano	Total	Pública				Privada	
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular
1991	215	215	215	-	-	-	-
1992	221	197	197	-	24	24	-
1993	306	274	274	-	32	32	-
1994	326	299	299	-	27	27	-
1995	276	242	242	-	34	34	-
1996	362	319	319	-	43	43	-
1997	335	273	273	-	62	25	37
1998	368	332	332	-	36	12	24
1999	415	347	335	12	68	13	55
2000	389	289	253	36	100	60	40
2001	581	372	314	58	209	166	43
2002	610	393	306	87	217	165	52
2003	697	450	392	58	247	161	86
2004	740	361	288	73	379	245	134
2005	751	348	286	62	403	247	156
2006	931	414	351	63	517	235	282
2007	1.067	397	351	46	670	483	187

**REGIÃO:** CENTRO-OESTE

Ano	Total	Pública				Privada	
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular
1991	90	28	28	-	62	62	-
1992	104	43	43	-	61	61	-
1993	82	34	34	-	48	48	-
1994	104	26	26	-	78	78	-
1995	126	30	30	-	96	96	-
1996	119	41	41	-	78	78	-
1997	161	47	47	-	114	52	62
1998	170	52	52	-	118	77	41
1999	223	55	55	-	168	103	65
2000	243	74	74	-	169	100	69
2001	293	98	98	-	195	106	89
2002	262	85	85	-	177	108	69
2003	282	94	94	-	188	109	79
2004	411	141	123	18	270	189	81
2005	424	137	100	37	287	179	108
2006	591	199	105	94	392	245	147
2007	618	248	132	116	370	249	121

**170**

**REGIÃO:** SUDESTE

Ano	Total	Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	1.398	388	227	147	14	1.010	1.010	-
1992	1.730	543	231	265	47	1.187	1.187	-
1993	1.826	485	286	169	30	1.341	1.341	-
1994	1.793	406	198	163	45	1.387	1.387	-
1995	1.843	519	286	210	23	1.324	1.324	-
1996	1.849	467	246	178	43	1.382	1.382	-
1997	2.130	521	319	147	55	1.609	761	848
1998	2.129	576	372	164	40	1.553	403	1.150
1999	2.313	538	307	175	56	1.775	477	1.298
2000	2.839	654	406	186	62	2.185	845	1.340
2001	3.113	710	435	217	58	2.403	884	1.519
2002	3.125	757	457	242	58	2.368	946	1.422
2003	3.240	757	484	225	48	2.483	903	1.580
2004	3.302	707	480	187	40	2.595	977	1.618
2005	3.650	837	490	307	40	2.813	1.293	1.520
2006	3.204	748	468	240	40	2.456	1.045	1.411
2007	3.314	730	463	236	31	2.584	1.100	1.484

**REGIÃO:** SUL

Ano	Total	Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	391	212	179	33	-	179	179	-
1992	391	225	192	33	-	166	166	-
1993	428	227	194	33	-	201	201	-
1994	403	226	186	40	-	177	177	-
1995	383	182	135	47	-	201	201	-
1996	493	233	166	67	-	260	260	-
1997	503	253	181	61	11	250	59	191
1998	488	263	202	43	18	225	45	180
1999	561	268	196	45	27	293	64	229
2000	765	368	237	38	93	397	68	329
2001	976	428	245	68	115	548	124	424
2002	982	267	206	-	61	715	191	524
2003	1.218	375	252	51	72	843	223	620
2004	1.367	497	255	89	153	870	291	579
2005	1.443	415	221	78	116	1.028	319	709
2006	1.538	486	250	102	134	1.052	266	786
2007	1.495	487	255	97	135	1.008	236	772

171

**TOTAL BRASIL**

Ano	Total	Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	Com/Conf/Fil
1991	2.161	882	688	180	14	1.279	1.279	-
1992	2.518	1.037	692	298	47	1.481	1.481	-
1993	2.738	1.057	825	202	30	1.681	1.681	-
1994	2.721	993	745	203	45	1.728	1.728	-
1995	2.737	1.025	745	257	23	1.712	1.712	-
1996	2.916	1.110	822	245	43	1.806	1.806	-
1997	3.263	1.157	883	208	66	2.106	968	1.138
1998	3.278	1.277	1.012	207	58	2.001	588	1.413
1999	3.606	1.233	918	232	83	2.373	720	1.653
2000	4.389	1.435	1.002	278	155	2.954	1.132	1.822
2001	5.133	1.675	1.141	361	173	3.458	1.329	2.129
2002	5.186	1.581	1.097	365	119	3.605	1.470	2.135
2003	5.590	1.729	1.275	334	120	3.861	1.458	2.403
2004	6.038	1.772	1.212	367	193	4.266	1.806	2.460
2005	6.399	1.756	1.116	484	156	4.643	2.131	2.512
2006	6.505	1.910	1.237	499	174	4.595	1.929	2.666
2007	6.701	1.910	1.249	495	166	4.791	2.190	2.601

**TABELAS A6.2 – CONCLUINTES (1991-2007)**

Distribuídos Regionalmente por Organização Acadêmica

*(Universidades, Centros, Faculdades, divididos cada um em públicos e privados)***REGIÃO:** NORTE

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	67	39	39	-	-	-	28	28
1992	72	29	29	-	-	-	43	43
1993	96	96	37	59	-	-	-	-
1994	95	95	36	59	-	-	-	-
1995	109	109	52	57	-	-	-	-
1996	93	93	50	43	-	-	-	-
1997	134	134	63	71	-	-	-	-
1998	123	105	54	51	-	-	18	18
1999	94	88	25	63	-	-	6	6
2000	153	109	50	59	-	-	44	44
2001	170	116	67	49	54	54	-	-
2002	207	139	79	60	68	68	-	-
2003	153	115	53	62	38	38	-	-
2004	218	118	66	52	100	100	-	-
2005	131	79	19	60	52	52	-	-
2006	241	135	63	72	106	106	-	-
2007	207	119	48	71	88	88	-	-

172

**REGIÃO:** NORDESTE

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	215	215	-	-	-	-	-	-	-
1992	221	197	197	-	-	-	24	-	24
1993	306	274	274	-	-	-	32	-	32
1994	326	299	299	-	-	-	27	-	27
1995	276	242	242	-	-	-	34	-	34
1996	362	319	319	-	-	-	43	-	43
1997	335	273	273	-	-	-	62	-	62
1998	368	332	332	-	-	-	36	-	36
1999	415	347	347	-	-	-	68	-	68
2000	389	328	289	39	-	-	61	-	61
2001	581	508	372	136	-	-	73	-	73
2002	610	515	393	122	-	-	95	-	95
2003	697	614	450	164	-	-	83	-	83
2004	740	586	335	251	15	15	139	26	113
2005	751	540	344	196	58	58	153	4	149
2006	931	676	406	270	95	95	160	8	152
2007	1.067	688	375	313	73	73	306	22	284

**REGIÃO:** CENTRO-OESTE

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	90	65	28	37	-	-	25	25
1992	104	90	43	47	-	-	14	14
1993	82	54	34	20	-	-	28	28
1994	104	73	26	47	-	-	31	31
1995	126	81	30	51	-	-	45	45
1996	119	67	41	26	-	-	52	52
1997	161	161	47	114	-	-	-	-
1998	170	147	52	95	23	23	-	-
1999	223	189	55	134	34	34	-	-
2000	243	202	74	128	41	41	-	-
2001	293	261	98	163	32	32	-	-
2002	262	240	85	155	22	22	-	-
2003	282	273	94	179	9	9	-	-
2004	411	339	141	198	18	18	54	54
2005	424	298	137	161	86	86	40	40
2006	591	455	199	256	81	81	55	55
2007	618	460	248	212	93	93	65	65

**173**

**REGIÃO:** SUDESTE

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	1.398	1.038	388	650	-	-	360	-	360
1992	1.730	1.189	454	735	-	-	541	89	452
1993	1.826	1.325	485	840	-	-	501	-	501
1994	1.793	1.291	406	885	-	-	502	-	502
1995	1.843	1.363	519	844	-	-	480	-	480
1996	1.849	1.361	467	894	-	-	488	-	488
1997	2.130	1.567	521	1.046	47	47	516	-	516
1998	2.129	1.621	576	1.045	44	44	464	-	464
1999	2.313	1.712	538	1.174	63	63	538	-	538
2000	2.839	2.219	654	1.565	76	76	544	-	544
2001	3.113	2.466	710	1.756	155	155	492	-	492
2002	3.125	2.366	757	1.609	503	503	256	-	256
2003	3.240	2.277	757	1.520	584	584	379	-	379
2004	3.302	2.294	707	1.587	801	801	207	-	207
2005	3.650	2.633	837	1.796	764	764	253	-	253
2006	3.204	2.247	748	1.499	661	661	296	-	296
2007	3.314	2.482	730	1.752	549	549	283	-	283

**REGIÃO:** SUL

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	391	332	212	120	-	-	59	-
1992	391	329	225	104	-	-	62	-
1993	428	371	227	144	-	-	57	-
1994	403	359	226	133	-	-	44	-
1995	383	329	182	147	-	-	54	-
1996	493	418	233	185	-	-	75	-
1997	503	424	253	171	-	-	79	-
1998	488	409	263	146	-	-	79	-
1999	561	471	268	203	-	-	90	-
2000	765	674	368	306	-	-	91	-
2001	976	787	379	408	53	53	136	49
2002	982	821	267	554	161	161	-	-
2003	1.218	1.041	375	666	177	177	-	-
2004	1.367	1.093	497	596	233	233	41	-
2005	1.443	1.143	415	728	248	248	52	-
2006	1.538	1.189	486	703	272	272	77	-
2007	1.495	1.246	487	759	201	201	48	-

**174**

**TOTAL BRASIL**

Ano	Total	Universidades			Centros Universitários		Faculdades		
		Total	Pública	Privada	Total	Privado	Total	Pública	Privada
1991	2.161	1.689	882	807	-	-	472	-	472
1992	2.518	1.834	948	886	-	-	684	89	595
1993	2.738	2.120	1.057	1.063	-	-	618	-	618
1994	2.721	2.117	993	1.124	-	-	604	-	604
1995	2.737	2.124	1.025	1.099	-	-	613	-	613
1996	2.916	2.258	1.110	1.148	-	-	658	-	658
1997	3.263	2.559	1.157	1.402	47	47	657	-	657
1998	3.278	2.614	1.277	1.337	67	67	597	-	597
1999	3.606	2.807	1.233	1.574	97	97	702	-	702
2000	4.389	3.532	1.435	2.097	117	117	740	-	740
2001	5.133	4.138	1.626	2.512	294	294	701	49	652
2002	5.186	4.081	1.581	2.500	754	754	351	-	351
2003	5.590	4.320	1.729	2.591	808	808	462	-	462
2004	6.038	4.430	1.746	2.684	1.167	1.167	441	26	415
2005	6.399	4.693	1.752	2.941	1.208	1.208	498	4	494
2006	6.505	4.702	1.902	2.800	1.215	1.215	588	8	580
2007	6.701	4.995	1.888	3.107	1.004	1.004	702	22	680

# **CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO EXISTENTES, SEGUNDO O CENSO INEP 2007, DISTRIBUÍDOS POR ESTADO E REGIÃO, COM DADOS SOBRE:**

**NÚMERO DE CURSOS (Nº C.), VAGAS OFERECIDAS (VAGAS),  
CANDIDATOS INSCRITOS (INSCR.), INGRESSANTES (INGR.),  
MATRICULADOS (MATIC.) E CONCLUINTES (CONCL.)**



**REGIÃO:** NORTE

IES	UF	Cursos	Vagas	Inscritos	Ingressos	Matriculados	Concluintes
Universidade Federal de Roraima	RR	1	35	180	35	28	0
Centro de Ensino Superior do Amapá	AP	1	150	90	86	124	0
Universidade Federal do Amapá	AP	1	66	273	44	146	0
Centro Universitário do Norte	AM	1	195	1.535	189	333	36
Centro Universitário Luterano de Manaus	AM	1	120	68	36	140	37
Centro Universitário Nilton Lins	AM	1	120	109	50	267	15
Faculdade Metropolitana de Manaus	AM	1	160	95	37	19	0
Universidade da Amazônia	PA	1	150	235	93	454	57
Universidade Federal do Pará	PA	1	50	630	48	348	31
Faculdade Interamericana de Porto Velho	RO	1	150	147	94	129	0
Faculdade Barão do Rio Branco	AC	1	120	234	90	60	0
Faculdade da Amazônia Ocidental	AC	1	90	49	49	130	0
Fundação Universidade Federal do Tocantins	TO	1	50	220	50	220	17

**REGIÃO:** CENTRO-OESTE

IES	UF	Cursos	Vagas	Inscritos	Ingressos	Matriculados	Concluintes
Fac. de Ciências Sociais Aplicadas de Sinop	MT	1	90	11	11	26	0
Universidade de Cuiabá	MT	1	280	237	88	405	50
Universidade do Estado de Mato Grosso	MT	1	80	271	80	211	51
Universidade Federal de Mato Grosso	MT	1	30	419	30	150	30
Centro Universitário da Grande Dourados	MS	1	80	108	67	220	23
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	MS	1	40	279	39	202	34
Univ. Des. do Estado e da Reg. do Pantanal	MS	1	170	364	153	487	49
Faculdade Cambury	GO	1	0	0	0	0	0
Universidade Católica de Goiás	GO	1	120	206	95	489	71
Universidade Estadual de Goiás	GO	1	60	286	61	331	65
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Planalto Central	DF	1	150	25	25	114	43
Instituto de Ensino Superior Planalto	DF	1	120	10	0	35	22
Universidade de Brasília	DF	1	60	1.500	60	386	68
Centro Universitário de Brasília	DF	1	240	265	139	476	70
Centro Universitário Euro-Americano	DF	1	360	296	69	182	0

**REGIÃO:** NORDESTE

IES	UF	Cursos	Vagas	Inscritos	Ingressos	Matriculados	Concluintes
Centro Universitário do Maranhão	MA	1	140	123	100	247	19
Universidade Estadual do Maranhão	MA	1	37	37	30	269	15
Inst. de Ciências Jurídica e Soc. Prof. Camillo F.	PI	1	60	93	60	220	49
Universidade Federal do Piauí	PI	1	30	166	30	180	9
Faculdade Nordeste	CE	1	184	184	165	141	0
Universidade de Fortaleza	CE	1	120	237	114	694	75
Universidade Federal do Ceará	CE	1	40	343	40	281	23
Univ Fed do Rio Grande do Norte	RN	1	40	396	40	190	34
Universidade Potiguar	RN	1	160	273	124	456	107
Centro Universitário de João Pessoa	PB	1	120	158	107	422	54
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas	PB	1	120	58	53	224	0
Universidade Federal da Paraíba	PB	1	60	445	61	269	32
Faculdade Damas da Instrução Cristã	PE	1	90	39	14	21	0
Faculdade de Arq e Urb de Pernambuco	PE	1	75	128	75	346	44
Faculdade de Ciências Humanas ESUDA	PE	1	240	121	102	481	108
Faculdade do Vale do Ipojuca	PE	1	100	81	58	114	0
Faculdade Maurício de Nassau	PE	1	257	236	30	24	0
Universidade Católica de Pernambuco	PE	1	120	143	64	272	14
Universidade Federal de Pernambuco	PE	1	100	676	100	594	55
Centro de Estudos Superiores de Maceió	AL	1	120	130	112	576	83
Universidade Federal de Alagoas	AL	2	100	500	104	350	48
Universidade Federal de Sergipe	SE	1	50	249	50	48	0
Universidade Tiradentes	SE	1	120	140	95	356	64
Fac. UNIME de Ciências Exatas e Tecnológica	BA	1	180	236	111	270	0
Universidade Federal da Bahia	BA	1	120	873	120	835	128
Universidade Salvador	BA	1	225	480	132	466	53

178

**REGIÃO:** SUDESTE – ESPÍRITO SANTO

IES	Cursos	Vagas	Inscritos	Ingressos	Matriculados	Concluintes
Faculdade Brasileira	1	120	123	77	256	29
Faculdade de Aracruz	1	90	91	45	164	19
Faculdade Nacional	1	100	180	100	190	8
Universidade Federal do Espírito Santo	1	60	456	60	376	38

**REGIÃO:** SUDESTE – MINAS GERAIS

IES	Cursos	Vagas	Inscritos	Ingressos	Matriculados	Concluintes
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora	1	90	66	53	151	0
Centro Universitário de Belo Horizonte	1	113	138	59	188	22
Centro Universitário do Leste de Minas Gerais	1	100	86	43	201	36
Centro Universitário do Triângulo	1	120	105	62	163	20
Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix	1	180	204	106	388	29
Centro Universitário U UNA	1	165	99	55	52	0
Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológica Santo Agostinho	1	150	63	36	89	0
Fundação Universidade Federal de Viçosa	1	40	590	40	216	38
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	2	240	473	134	469	109
Universidade de Itaúna	1	120	78	41	130	39
Universidade de Uberaba	1	91	94	32	161	12
Universidade Federal de Juiz de Fora	1	51	640	51	243	39
Universidade Federal de Minas Gerais	1	90	1.137	90	443	70
Universidade Federal de Uberlândia	1	25	104	26	211	26
Universidade FUMEC	1	100	249	87	430	68
Universidade Vale do Rio Doce	1	40	42	22	66	10

**179****REGIÃO:** SUDESTE – RIO DE JANEIRO

IES	Cursos	Vagas	Inscritos	Ingressos	Matriculados	Concluintes
Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos	1	40	218	40	34	0
Centro Universitário Augusto Motta	1	220	273	62	107	0
Centro Universitário Fluminense	1	280	126	64	269	0
Centro Universitário Geraldo Di Biase	1	100	108	83	378	42
Centro Universitário Metodista Bennett	1	400	58	25	239	63
Centro Universitário Plínio Leite	1	150	113	112	338	83
Faculdades Integradas Silva e Souza	1	200	113	43	309	62
ITCAS do Centro Educ. N. Sra. Auxiliadora	1	180	117	55	91	0
Pont. Universidade Católica do Rio de Janeiro	1	80	283	83	274	19
Universidade Estácio de Sá	1	160	87	43	409	25
Universidade Federal do Rio de Janeiro	1	240	705	239	1.201	166
Universidade Federal Fluminense	1	72	956	71	462	69
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1	30	358	30	134	8
Universidade Gama Filho	2	200	317	132	465	66
Universidade Santa Úrsula	1	240	74	64	357	48
Universidade São Judas Tadeu	1	180	246	141	412	85

**REGIÃO: SUDESTE – SÃO PAULO**

IES	Cursos	Vagas	Inscritos	Ingressos	Matriculados	Concluintes
Centro Universitário Barão de Mauá	1	60	83	41	207	34
Centro Universitário Belas-Artes de São Paulo	1	400	1.023	365	1.068	53
Centro Universitário Central Paulista	1	120	94	58	163	0
Centro Universitário de Araraquara	1	70	142	60	172	15
Centro Universitário de Araras- Dr. Edmundo Ulson	1	120	44	39	112	0
Centro Universitário de Rio Preto	1	150	404	42	123	6
Centro Universitário de Votuporanga	1	60	62	29	97	16
Centro Universitário Módulo	1	60	80	55	162	0
Centro Universitário Moura Lacerda	1	100	88	61	284	36
Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio	1	160	134	84	196	27
Escola da Cidade - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	1	60	138	57	211	33
Faculdade de Artes Plásticas da Fundação Armando A. Penteadó	1	200	492	149	473	88
Faculdade Faccat	1	100	24	24	22	22
Faculdades Integradas de Ourinhos	1	120	186	23	84	0
Faculdades Integradas Dom Pedro II	1	60	43	27	134	22
FIAM FAAM Centro Universitário	1	300	143	70	238	67
Instituto de Ensino Superior COC	1	100	59	27	32	0
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	1	179	356	152	604	107
Univ Anhemi Morumbi	2	170	1.195	239	500	56
Univ Bandeirante De São Paulo	3	270	1.197	209	1.043	54
Univ Braz Cubas	1	320	309	30	173	47
Univ Católica De Santos	1	120	137	66	283	37
Univ Cruzeiro Do Sul	1	180	189	77	180	0
Univ de Franca	1	60	62	44	110	0
Univ de Marília	1	103	88	71	187	20
Univ de Mogi Das Cruzes	1	140	199	51	138	26
Univ de São Paulo	2	180	2.984	180	1.264	173
Univ de Taubaté	1	60	46	39	174	31
Univ do Grande ABC	1	120	114	36	106	14
Univ do Oeste Paulista	1	90	107	42	105	0
Univ do Vale do Paraíba	1	60	164	40	208	54
Univ Estadual De Campinas	1	30	1.319	32	182	20
Univ Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho	2	85	1.694	85	421	43
Univ Guarulhos	1	120	317	90	172	19
Univ Ibirapuera	1	120	48	0	97	11
Univ Metodista De Piracicaba	1	124	82	42	204	47
Univ Nove De Julho	2	410	697	399	1.632	132
Univ Paulista	11	3.320	1.571	796	1.914	205
Univ Presbiteriana Mackenzie	1	400	1.626	390	2.071	369
Univ Santa Cecília	1	80	140	56	210	41
Univ São Francisco	1	60	162	51	234	36
Univ São Marcos	1	480	668	358	330	43

**REGIÃO: SUL**

IES	UF	Cursos	Vagas	Inscritos	Ingressos	Matriculados	Concluintes
Centro Universitário de Maringá - CEUMAR	PR	1	60	99	60	244	30
Centro Universitário Filadélfia	PR	2	100	193	109	352	33
Faculdade Assis Gurgacz	PR	1	90	196	51	182	36
Fac de Ciências Agrárias e Exatas de Primavera do Leste	PR	1	0	0	0	14	0
Faculdade Dinâmica das Cataratas	PR	1	160	162	95	254	12
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PR	1	180	347		824	118
Univ Estadual de Londrina	PR	1	60	599	60	297	56
Univ Estadual de Maringá	PR	1	40	1.194	40	205	41
Univ Federal do Paraná	PR	1	44	948	44	250	50
Univ Norte do Paraná	PR	1	80	45	0	8	8
Univ Paran aense	PR	2	168	166		358	28
Univ Positivo	PR	1	156	291	99	416	65
Univ Tuiuti do Paraná	PR	1	100	98	48	93	7
Faculdade Barddal de Artes Aplicadas	SC	1	90	24	16	109	0
Instituto Superior Tupy - IST	SC	1	90	174	84	214	0
Univ. Comunitária Regional de Chapecó	SC	1	158	206	84	300	9
Univ do Extremo Sul Catarinense	SC	1	116	151	61	228	6
Univ do Oeste de Santa Catarina	SC	1	35	38	32	132	24
Univ do Sul de Santa Catarina	SC	2	140	268	92	336	71
Univ do Vale do Itajaí	SC	1	96	247	79	409	42
Univ Federal de Santa Catarina	SC	1	80		80	431	49
Univ Regional de Blumenau	SC	1	100	201	70	329	58
Centro Universitário de Jaraguá do Sul	RS	1	30	83	22	144	37
Centro Universitário FEEVALE	RS	1	75	178	58	366	7
Centro Universitário Franciscano	RS	1	40	70	40	171	8
Centro Universitário Metodista	RS	1	120	85	15	36	0
Centro Universitário Ritter dos Reis	RS	1	240	295		705	86
Centro Universitário UNIVATES	RS	1	60	56	34	109	0
Pont. Univ. Católica do Rio Grande do Sul	RS	1	123	371	99	557	73
Univ Católica de Pelotas	RS	1	30	50	25	144	15
Univ da Região da Campanha	RS	1	30	62	20	97	1
Univ de Caxias do Sul	RS	1	101	281	97	569	66
Univ de Cruz Alta	RS	1	64	44	17	161	10
Univ de Passo Fundo	RS	1	77	202	61	306	51
Univ de Santa Cruz do Sul	RS	1	55	81	50	235	17
Univ do Vale do Rio dos Sinos	RS	1	233	272		981	108
Univ Federal de Pelotas	RS	1	21	307	21	210	57
Univ Federal de Santa Maria	RS	1	22	400	22	135	19
Univ Federal do Rio Grande do Sul	RS	1	100	1.166	100	599	80
Univ Luterana do Brasi	RS	3	330	220	149	729	
Univ Regional Integrada. do Alto Uruguai e das Missões	RS	1	30	39	25	79	12



## **SOBRE OS AUTORES**



### *Andrey Rosenthal Schlee*

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), é professor adjunto da Universidade de Brasília (UnB). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História da Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio cultural, arquitetura brasileira, preservação, arquitetura no Rio Grande do Sul e arquitetura e urbanismo. Dedicase também às questões relacionadas com a melhoria do Ensino de Arquitetura e Urbanismo. No momento, é diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB; membro da Comissão Consultiva de Arquitetura e Urbanismo da Rede de Agências Nacionais de Acreditação (Rana) do Sistema de Acreditação do Mercosul; membro da Comissão Assessora de Avaliação da Área de Arquitetura e Urbanismo do Enade; membro da Comissão de Arquitetura do Inep-Confea; e diretor da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea).

### *Ester Judite Bendjouya Gutierrez*

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), é professora associada da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura, cidade, urbanismo, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, patrimônio, escravidão, trabalho, charqueadas, ensino/aprendizagem, avaliação, educação patrimonial, projeto, planejamento e gestão.

**185**

### *Fernando José de Medeiros Costa*

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN), é professor assistente dessa Universidade. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Adequação Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura, projeto de arquitetura, conforto ambiental, lazer e turismo e arquitetura e urbanismo. É o atual vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea). Foi membro do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia por dois mandatos: como suplente(1996-1998) e como titular (2005-2007). Assessorou a Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo do MEC/SESu, de 1997 a 2002. Membro do banco de avaliadores do Inep desde 2002. Atualmente integra a Comissão Consultiva da área de Arquitetura para o Sistema Arcu-Sul, coordenado pela Conaes/Sesu/MEC.

### *Gogliardo Vieira Maragno*

Doutorando com bolsa Capes no programa Arquitectura, Energía y Medio Ambiente da Universidad Politécnica de Cataluña, em Barcelona. É professor assistente da Universidade Federal de Mato Grosso

do Sul (UFMS), nas áreas de Conforto Ambiental e Projeto de Arquitetura, desde 2002. Foi coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMS (2003-2007) e da Uniderp (1990- 1994). Presidiu a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea), de 1997a 1999, e fez parte de sua diretoria, de 1995 a 2007. Avaliador e consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), participou da Comissão do Exame Nacional de Cursos de Arquitetura e Urbanismo (2002 e 2001). Conselheiro federal representante das instituições de ensino de arquitetura do país no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), de 1999 a 2001. Co-autor do livro *Arquitetura em Campo Grande* (Uniderp, 1999). Tem experiência nas áreas de conforto ambiental, arquitetura bioclimática, ensino e projeto de arquitetura.

### *Isabel Cristina Eiras de Oliveira*

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), é arquiteta urbanista e docente do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF). Participa de Comissões de Avaliação para Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos de Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e para Autorização e Reconhecimento de Cursos na Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto (SESu/MEC). Compõe a atual Comissão Assessora de Avaliação da Área de Arquitetura e Urbanismo para a elaboração do Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Enade). Participa também da Comissão que traça a Trajetória do Ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil para a SESu/MEC. Atua na Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea) desde meados da década de 80. Autora da cartilha *Estatuto da cidade para compreender...* (Ibam, 2001), entre outras publicações. Possui artigos em publicações nacionais e internacionais. Participou de diversos congressos, fóruns e seminários nacionais e internacionais como conferencista, palestrante e apresentando trabalhos.

186

### *Pedro Lopes de Queirós*

Pós-Graduado em Engenharia Sanitária pela Universidade de São Paulo (USP), é professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), conselheiro federal do Confea e representante das IEEs. Foi presidente da Abenge (1999/2004) e da Asociación Iberoamericana de Instituciones de Enseñanza de la Ingeniería (Asibei) (1999/2001).

### *Vanderli Fava de Oliveira*

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor associado II da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); coordenador do curso de Engenharia

de Produção e representante do Conselho de Graduação no Conselho Superior da UFJF; membro da Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação (CTAA); membro da Comissão de Especialistas do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) na parceria Confea/MEC; membro da Comissão de Graduação da Associação Brasileira de Engenharia de Produção (Abepro) e seu atual coordenador; membro da Comissão de Engenharia de Produção do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC); membro do Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Educação em Engenharia (Abenge); membro do comitê científico dos periódicos *Revista de Educação em Engenharia*; *Produto & Produção*, *Graf & Tec*, *Revista Educação Gráfica*, *Revista Gepros* e *Produção & Engenharia*. Foi presidente da Associação Brasileira de Expressão Gráfica (Abeg) – 2000-2003; diretor da Abepro – 2005-2007; presidente do Fórum Mineiro de Engenharia de Produção (Fmepro) – 2005-2009; avaliador de cursos de Engenharia do Inep/MEC – 2002-2009; multiplicador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) – 2007. Tem experiência na área de Engenharia de Produção, com ênfase em Educação em Engenharia e Gestão Estratégica da Produção, atuando principalmente nos seguintes temas: educação em Engenharia, gestão e avaliação de sistemas educacionais e estratégia organizacional.

#### *Wilson Ribeiro dos Santos Junior*

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), é professor em regime integral da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Camp) e membro do corpo docente permanente do Programa de Pós Graduação em Urbanismo e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Integra a Comissão Assessora de Avaliação da Área de Arquitetura e Urbanismo do Inep. Conselheiro federal suplente, representante das Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia (Confea) por três mandatos. Líder do Grupo de Pesquisa Requalificação Urbana, do Ceatec/PUC-Campinas, atuando principalmente nos seguintes temas: requalificação urbana, sistema de espaços livres, projetos urbanos em áreas centrais, desenvolvimento metropolitano, ensino de arquitetura e urbanismo e avaliação das condições de ensino.

---

Esta obra foi impressa em Brasília-DF, em janeiro de 2010.  
Capa impressa em papel cartão supremo 250g e miolo em papel off-set 90g.  
Texto composto em Swis721 LtCnBT corpo 10.

---

---

Esta obra foi impressa em Brasília-DF, em janeiro de 2010.  
Capa impressa em papel cartão supremo 250g e miolo em papel off-set 90g.  
Texto composto em Swis721 LtCnBT corpo 10.

---



**CONFEA**  
Conselho Federal de Engenharia,  
Arquitetura e Agronomia

**INEP**

Ministério  
da Educação

